

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
INSTITUTO DE ENERGIA E AMBIENTE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA AMBIENTAL**

**ALANA BELEI**

**BEM VIVER E COLETIVOS: ESTUDO DE CASO DO “MUTIRÃO  
PELO BEM VIVER” EM SÃO PAULO.**

**SÃO PAULO**

**2023**

ALANA BELEI

BEM VIVER E COLETIVOS: ESTUDO DE CASO DO “MUTIRÃO PELO BEM VIVER”  
EM SÃO PAULO.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Ciência Ambiental.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Tatiana Gomes Rotondaro.

Versão Corrigida

SÃO PAULO

2023

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

#### FICHA CATALOGRÁFICA

Belei, Alana.

Bem Viver e coletivos: estudo de caso do “Mutirão pelo Bem Viver” em São Paulo. /Alana Belei; orientadora: Tatiana Gomes Rotondaro. – São Paulo, 2023.

127 f.: il; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental – Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo.

1. Bem viver. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Ativistas políticos. 4. Movimentos sociais. 5. Partido-movimento. 6. Coletivismo. I. Título.

Elaborado por Maria Penha da Silva Oliveira CRB-8/6961

Nome: BELEI, Alana.

Título: Bem Viver e coletivos: estudo de caso do “Mutirão pelo Bem Viver” em São Paulo.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Ciência Ambiental.

Aprovada em:

Banca examinadora:

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof.Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Presidente Assinatura: \_\_\_\_\_

## AGRADECIMENTOS

Aos militantes do Coletivo Subverta e do Movimento de Luta dos Territórios por Agroecologia e Poder Popular (LUTA - nome atual do MBV), à Meire, fundadora do ICP, aos moradores e lideranças do Jardim Paraná, da Brasilândia e da ocupação do Jardim Itatiaia. Obrigada por aceitarem participar desta pesquisa, por todos os momentos compartilhados com tanto afeto, pela confiança depositada no meu trabalho e pelos ensinamentos, aprendi demais com vocês. A experiência construída coletivamente por todos nós foi um dos meus principais motivadores para a conclusão desta pesquisa.

À Tatiana Rotondaro pela orientação e fácil acessibilidade, pelos ensinamentos acadêmicos, por me estimular a refletir e por acompanhar meu processo de formação como pesquisadora. Muito obrigada.

À minha mãe, Vera, por apoiar minhas decisões, ou apenas aceitar e mesmo assim continuar ao meu lado, confiando e acreditando em mim, me permitindo ser quem eu sou. Obrigada por se preocupar com minha educação, mesmo diante das enormes dificuldades que passamos, por ter cuidado para que eu me desenvolvesse e trilhasse meu caminho.

À minha irmãzinha e melhor amiga, Loren, que me conhece como ninguém, esteve e continua presente nos momentos mais importantes da minha vida. Nossas vidas parecem sempre nos levar para caminhos parecidos, mesmo com escolhas tão diferentes...quem diria que anos depois de você defender seu mestrado no PROCAM, eu estaria fazendo o mesmo? Que sorte imensa ter sua amizade e parceria desde que tenho consciência de existir.

Ao meu esposo, Lucas, que conquistou meu coração durante esta minha jornada e reforçou que o tempo cronológico não dá conta de medir o que é vivido com profundidade e verdade. Obrigada por entender minhas longas horas de ausência, pelo companheirismo, por me trazer de volta para a realidade durante meus devaneios pessimistas, por continuar acreditando em mim quando eu mesma não acredito. Eu nunca recebi tanto apoio emocional, material e incentivo quanto o que você me dá.

Às minhas amigas Denise e Paula que, mesmo morando em diferentes continentes, permanecem presentes em minha vida. Obrigada por sempre ouvirem meus longos áudios de desabafos e por me dizerem o que preciso ouvir.

À minha terapeuta Antonielle por ser tão cuidadosa e atenciosa comigo e com meu processo de readaptação ao Brasil em meio à pandemia, depois de quase 2 anos e meio vivendo outras realidades, junto ao processo de adaptação ao mestrado. Seu trabalho foi essencial para que esta dissertação pudesse ser concluída com sanidade.

Aos meus amigos do PROCAM, Henrique e Camila pelas trocas, pelos desabafos e pela ótima parceria de trabalho que desenvolvemos principalmente durante o SICAM e, em especial, ao Henrique por dividir comigo as responsabilidades durante nossa representação discente.

Às professoras Silvia Zanirato e Ana Paula Fracalanza, que compuseram a banca do meu exame de qualificação. Além das valiosas contribuições para a minha pesquisa, gostaria de agradecer em especial pelo acolhimento durante meu exame.

À equipe administrativa do IEE, em especial à Renata, ao Raphael e ao Luciano, pela prontidão em sanar minhas dúvidas e pelo ótimo trabalho prestado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), pela bolsa concedida (Código de Financiamento 001) para a realização desta pesquisa.

*“Se a alma rebelde se quer domesticar  
Menina preta perde infância, vira doméstica  
Amontoados ao relento, sem poder se esticar  
Um baobá vira um bonsai, é só assim pra explicar  
Que o nosso povo nas periferia  
Precisa encher suas panela vazia  
Dignidade é dignidade, não se negocia  
Porque essa troca leva infância, devolve apatia  
E é pior na pandemia  
Sobra ferida na alma, uma coleção de trauma  
Fora a parte física e nós já tá na parte crítica  
Pra que o nosso futuro não chore  
A urgência é: precisamos ser melhores, viu?  
Se tem muita pressão  
Não desenvolve a semente  
É a mesma coisa com a gente  
Que é pra ser gentil  
Como flor é pra florir  
Mas sem água, sol e tempo  
Que botão vai se abrir?”  
(EMICIDA; BARBOSA, 2020)*

## RESUMO

BELEI, Alana. **Bem Viver e coletivos: estudo de caso do “Mutirão pelo Bem Viver” em São Paulo**. 127 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental - Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2023.

O debate em torno do desenvolvimento sustentável vem crescendo junto com a urgência em encontrar soluções para a agravante crise climática. Entretanto, as propostas produzidas não estão direcionando para soluções apropriadas. Além disso, com as diversas crises nos sistemas democráticos causadas pelas profundas mudanças no capitalismo global, movimentos sociais e ativistas têm desenvolvido novos repertórios de resistência, dentre eles, é notório a emergência de uma nova organização: os coletivos, ainda em fase de construção teórico-analítica. No intuito de buscar alternativas e dialogar com outros saberes, a noção de Bem Viver emerge inspirada na cosmovisão das populações andinas e amazônicas. O presente trabalho realizou um estudo de caso da iniciativa “Mutirão pelo Bem Viver” (MBV) impulsionada pelo Coletivo Ecosocialista e Libertário Subverta, uma corrente do partido político PSOL, com foco em sua atuação no estado de São Paulo, para compreender como o debate decolonial tem influenciado as práticas de movimentos sociais e coletivos. O estudo demonstrou tratar-se de uma tentativa de construção via partido-movimento, como proposto por Boaventura de Souza Santos (2021), com atuação institucional e de base de modo complementar e gradativo. O principal objetivo da atuação de base, realizada por meio do MBV, é fomentar a auto-organização da população das comunidades parceiras. Por fim, o uso do termo "coletivo" parece estar associado à novidade atribuída a ele, sua atuação atrelada ao repertório teórico do grupo e suas características relacionadas ao ativismo contemporâneo, situado entre as correntes anarquistas e a militância em organizações mais clássicas.

**Palavras-chave:** Bem viver. Ativismo contemporâneo. Movimentos sociais. Coletivos. Partido-movimento.

## ABSTRACT

BELEI, Alana. **Good living and collectives: a case study of “Mutirão do Bem Viver” in São Paulo.** 127 p. Dissertation (Master’s Degree in Environmental Science) - Postgraduate Program in Environmental Science - Institute of Energy and Environment, University of São Paulo, São Paulo, 2023.

The sustainable development debate has been growing along with the urgency to find solutions to the aggravating climate crisis. However, the proposals produced are not leading to appropriate solutions. In addition, with the various crises in democratic systems caused by profound changes in global capitalism, social movements and activists have developed new repertoires of resistance. Amongst them, the emergence of a new organization is notorious: the collectives, still being theoretically and analytically constructed. In order to seek alternatives and dialogue with other knowledge, the notion of Good Living emerges inspired by the cosmovision of the Andean and Amazonian populations. The present research carried out a case study of the initiative “Mutirão pelo Bem Viver” (MBV) promoted by Coletivo Ecosocialista e Libertário Subverta, a current of the political party PSOL, focusing on its performance in the state of São Paulo - Brazil, to understand how the decolonial debate has influenced the practices of social movements and collectives. The study showed that it is an attempt to build via a movement party, as proposed by Boaventura de Souza Santos (2021), with institutional and grassroots action in a complementary and gradual way. The main objective of grassroots action, carried out through the MBV, is to encourage the self-organization of the population of the partner communities. Finally, the use of the term "collective" seems to be associated with the novelty attributed to it, its performance linked to the group's theoretical repertoire and its characteristics related to contemporary activism, situated between anarchist currents and militancy in more classical organizations.

**Keywords:** Good living. Contemporary activism. Social movements. Collectives. Movement party.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Nova exposição do Museu do Ipiranga em São Paulo - arte como ferramenta para a construção do imaginário social .....	57
Figura 2 - A arte como instrumento que contradiz o discurso desenvolvimentista: exposição “Carolina Maria de Jesus: Um Brasil para os brasileiros” .....	58
Figura 3 - Publicações sobre as Comunidades Agroecológicas do Bem Viver (CABV) no Instagram da Sociedade do Bem Viver e do Subverta .....	64
Figura 4 - Panfleto entregue junto às cestas agroecológicas .....	66
Figura 5 - Divulgação do MBV e arrecadação de doações financeiras .....	67
Figura 6 - Exemplos de publicações sobre o Bem Viver nas redes sociais (Facebook e Instagram) da Sociedade do Bem Viver .....	68
Figura 7 - Mapa da localização do Instituto Caminho da Paz, parceiro do Mutirão pelo Bem Viver na capital do estado de São Paulo .....	73
Figura 8 - Publicação no Facebook sobre as entregas de cestas agroecológicas na capital paulista no início do projeto .....	74
Figura 9 - Cozinha Comunitária e algumas oficinas realizadas .....	76
Figura 10 - Reunião do projeto de Economia Solidária .....	77
Figura 11 - Horta Comunitária Jardim Paraná: mutirões de limpeza e plantio .....	78
Figura 12 - Linha do tempo das atividades da segunda fase do projeto no Jd Paraná .....	79
Figura 13 - Mapa da localização da comunidade do Jardim Itatiaia, parceira do Mutirão pelo Bem Viver em Campinas .....	82
Figura 14 - Primeira fase do projeto na comunidade do Jardim Itatiaia .....	83
Figura 15 - Horta Comunitária Jardim Itatiaia: mutirões de limpeza, plantio, colheita e distribuição .....	85
Figura 16 - Assembléia de Constituição de Associação de Bairro na comunidade do Jardim Itatiaia .....	87
Figura 17 - Linha do tempo das atividades da segunda fase do projeto no Jd Itatiaia .....	88

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Atas de reuniões e relatos das visitas às comunidades consultados .....	23
Quadro 2 - Entrevistados e atuação .....	24
Quadro 3 - Caracterização dos respondentes do Jardim Paraná .....	97
Quadro 4 - Caracterização de ator externo e liderança do Jardim Itatiaia .....	99

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Idade dos membros do Subverta/MBV entrevistados .....	91
Gráfico 2 - Escolaridade dos membros do Subverta/MBV entrevistados .....	91
Gráfico 3 - Local da última formação dos membros do Subverta/MBV entrevistados .....	92
Gráfico 4 - Local de residência dos membros do Subverta/MBV entrevistados .....	92
Gráfico 5 - Ocupação profissional dos membros do Subverta/MBV entrevistados .....	93
Gráfico 6 - Como os membros do Subverta/MBV entrevistados conheceram o Subverta /MBV .....	93
Gráfico 7 - Como os membros do Subverta/MBV entrevistados conheceram o Bem Viver ..	94
Gráfico 8 - Motivação em participar do Subverta/MBV .....	95
Gráfico 9 - O que o MBV representa para os membros do MBV entrevistados .....	95
Gráfico 10 - Aprendizados adquiridos pelos membros do MBV entrevistados .....	96
Gráfico 11 - Motivação dos moradores e liderança do Jardim Paraná em participar dos projetos MBV .....	97
Gráfico 12 - Objetivo da atuação do MBV de acordo com seus membros entrevistados .....	102
Gráfico 13 - O que é o Bem Viver para os membros do MBV entrevistados .....	109

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

CABV - Comunidades Agroecológicas do Bem Viver

CEB - Comunidade Eclesias de Base

CIM - Centro de Integração do Migrante

GT - Grupos de Trabalho

ICP - Instituto Caminho da Paz

IMS - Instituto Moreira Salles

LAPSIT - Liga Acadêmica de Psicologia Social do Trabalho

LUTA - Movimento de Luta dos Territórios por Agroecologia e Poder Popular

MBV - Mutirão pelo Bem Viver

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MPL - Movimento Passe Livre

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONU - Organização das Nações Unidas

PCUS - Partido Comunista da União Soviética

ProUni - Programa Universidade Para Todos

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

PT - Partido dos Trabalhadores

PUCSP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Subverta - Coletivo Ecosocialista e Libertário Subverta

TCP - Teoria do Confronto Político

TNMS - Teoria dos Novos Movimentos Sociais

TPP - Teoria do Processo Político

UNE - União Nacional dos Estudantes

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>13</b>
I. Contextualização .....	15
II. O caso em estudo: “Mutirão pelo Bem Viver” em SP .....	19
III. Problema de pesquisa e hipótese .....	21
IV. Objetivos gerais e específicos .....	21
V. Metodologia .....	22
VI. Organização dos capítulos .....	25
<b>1. Coletivos: organizações do ativismo contemporâneo</b> .....	<b>27</b>
1.1. Movimentos sociais e coletivos: trajetória teórico-analítica e concepções possíveis .....	27
1.2. Conjuntura socioeconômica e política contemporânea .....	32
1.3. Coletivos: origem e caracterização .....	36
1.3.1. Estrutura organizacional .....	38
1.3.2. Pautas e práticas de atuação .....	41
1.3.3. Coletivos e o ativismo contemporâneo .....	43
<b>2. Bem Viver</b> .....	<b>46</b>
2.1. A origem da noção de Bem Viver .....	46
2.2. O que é o Bem Viver .....	47
2.2.1. Descolonizar e resgatar saberes ignorados .....	54
2.3. Relação Cultura <i>versus</i> Natureza .....	59
2.4. Transição baseada no autocentramento .....	62
<b>3. A Experiência do Mutirão pelo Bem Viver em São Paulo</b> .....	<b>64</b>
3.1. Surge o “Mutirão do Bem Viver em resposta à pandemia” .....	64
3.1.1. A segunda fase do projeto .....	70
3.2. A regional do estado de São Paulo .....	72
3.2.1. Atuação do MBV no Jardim Paraná, Brasilândia, São Paulo/SP .....	73
3.2.1.1. Novas ações em andamento na capital paulista .....	82
3.2.2. Atuação do MBV no Jardim Itatiaia, Campinas/SP .....	83
3.2.3. Reflexões sobre as atuações no Jardim Paraná e Jardim Itatiaia .....	90
3.3. Atividades internas do MBV durante a segunda fase do projeto .....	90
<b>4. As diversas perspectivas sobre o Mutirão pelo Bem Viver em São Paulo.</b> .....	<b>91</b>
4.1. Caracterização dos participantes das entrevistas .....	91
4.2. Percepções sobre a estrutura organizacional .....	101

4.3. Percepções sobre a atuação .....	102
4.3.1. Contribuições para as comunidades .....	105
4.4. Relação do MBV com o Coletivo Subverta .....	108
4.5. Entendimentos sobre o Bem Viver .....	109
4.6. Movimentos sociais X coletivos .....	110
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>113</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>116</b>
<b>APÊNDICE A - Roteiro de entrevista exploratório sobre o Coletivo Subverta .....</b>	<b>122</b>
<b>APÊNDICE B - Roteiro de entrevista - militantes Subverta e MBV .....</b>	<b>123</b>
<b>APÊNDICE C - Roteiro de entrevista - comunidades Jd. Paraná e Jd. Itatiaia .....</b>	<b>125</b>
<b>APÊNDICE D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....</b>	<b>127</b>

## APRESENTAÇÃO

O principal objetivo desta pesquisa é avaliar como o debate decolonial, no caso deste estudo o Bem Viver<sup>1</sup>, tem inspirado o repertório do ativismo, mais especificamente dos grupos que se denominam “coletivos”, além de buscar melhor compreensão desta forma de organização e mobilização social ainda muito recente e que carece de precisão teórico-metodológica.

A motivação pela temática decolonial surgiu em meados de 2018, quando eu vivia meu primeiro ano de intercâmbio na Austrália, conheci sua história de colonização e pude presenciar os efeitos desta colonização para os povos aborígenes, povos originários do país. Notei que a história do “descobrimento” do Brasil que eu aprendi na escola sempre foi contada a partir de um único ponto de vista, o Europeu, me fazendo questionar meus conhecimentos sobre meu próprio país e os povos indígenas da América Latina.

Ainda neste período de intercâmbio, tive a oportunidade de conhecer realidades e culturas bastante contrastantes ao participar de projetos sociais no Camboja e na Índia. Com a crise climática mundialmente em evidência, eu questionava bastante qual era sua real causa, sempre me levando a crer se tratar do modo como concebemos o mundo e, conseqüentemente organizamos a sociedade e, principalmente, a economia, além de acreditar ser essencial uma mudança nos sistemas alimentares (produção, distribuição, consumo) e nas políticas públicas que os regem. Em um momento de muita inquietação interna, escrevi em meu diário pessoal (arquivo pessoal, maio/2019):

[...] O que me entristece é que parece que o mundo todo tem o objetivo de ser um país desenvolvido, como os atuais países de "primeiro mundo", só que ninguém se dá conta de que a nossa definição de desenvolvimento é o que tem causado todos esses problemas que lutamos tanto contra [...]

Obviamente, essa é uma visão muito simplista e generalista, foi incluída apenas na intenção de demonstrar minha motivação pelo tema, que será aprofundado no decorrer desta dissertação. Segundo Minayo (2002: p.17), “a pesquisa vincula pensamento e ação”, ou seja, o problema intelectual surge a princípio como um problema da vida prática.

---

<sup>1</sup> Neste estudo, o Bem Viver é considerado como parte do debate decolonial visto que está alinhado ao histórico de críticas do processo de colonização, mas, como novidade, acrescenta a dimensão ambiental, inclusive na discussão econômica. Enquanto os estudos anteriores centravam-se na dimensão epistemológica, como por exemplo na dualidade ‘Cultura x Natureza’, que nunca existiu efetivamente na prática, apenas no imaginário do colonizador, o Bem Viver resgata uma dimensão integrada, não apenas conceitual, mas também em termos de prática ao questionar a utilização dos ‘recursos naturais’. Deste modo, reivindica que é a economia que deve ser subordinada à Natureza, e não o contrário.

Quando voltei ao Brasil, em meio à pandemia gerada pelo COVID-19, conheci por meio da Internet o projeto “Mutirão pelo Bem Viver”, que na época recebia o nome de “Mutirão do Bem Viver em resposta à pandemia”, objeto de estudo desta pesquisa, e em sequência, o Bem Viver. Na época, eu ainda não sabia que tais ideias e teorias que despertam meu interesse são chamadas de decoloniais. Coincidentemente (ou não), o Bem Viver traz uma intersecção sobre minhas principais inquietações: outro ponto de vista da história da América Latina; problematização sobre o conceito de desenvolvimento; discussão sobre o enfrentamento à crise climática vinculada a novas concepções sobre o mundo e a vida. Portanto, existem outras (e várias) pessoas debatendo, pensando e problematizando esses temas. Ainda assim, indagava se e como tal teoria poderia ser realmente aplicada, principalmente no contexto brasileiro de contra-reformas, desmontes de instituições democráticas e de políticas públicas.

Portanto, a pesquisa teve como antecedente meu envolvimento e participação no projeto “Mutirão do Bem Viver em resposta à pandemia” a partir do final de 2020. Deste modo, minha experiência pessoal foi o impulso inicial para o desenvolvimento desta pesquisa, sendo que o ingresso no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, as conversas com os moradores do Jardim Paraná e o contato com a realidade vivida por eles, permitiram que eu ampliasse meu olhar para além das minhas próprias inquietações de modo mais objetivo. Em consonância com a ideia de que o conhecimento é socialmente construído, identifiquei aprendizado semelhante durante uma das entrevistas:

Eu tenho uma visão mais de realidade material, e acho que quem me ensinou isso 100% foram as pessoas do território e as vezes que eu quebrei a cara tentando fazer articulação em vários sentidos, tanto pelo Subverta, quanto pelo Mutirão, e não dava certo, e aí eu via que eu tava viajando, às vezes. Eu acho que foi o que mais me contribuiu, foi a ser mais realista e a pensar mais com o pé no chão.[...] e a agir conforme a realidade permite, sempre sonhando, sempre com o nosso horizonte ali, nossa utopia, mas agindo de acordo com o que a realidade permite no momento. (participante 4, entrevista realizada em 14/04/22)

Assim sendo, esta pesquisa se enquadra no paradigma emergente, como proposto por Boaventura de Souza Santos (2008). Este paradigma tende a ser um conhecimento não dualista, descartando a distinção entre ciências naturais e sociais; considera que todo conhecimento é local e total, com a ciência sendo construída segundo critério e imaginação do próprio cientista; considera todo conhecimento como autoconhecimento, assim o objeto é a continuação do sujeito por outros meios; enfatiza a importância da ciência dialogar com outras formas de conhecimento.

Apesar de descartar, no plano discursivo, a dicotomia entre as dimensões ambiental e social, de um modo geral, as pesquisas acabam reforçando-a ao enfatizarem uma dessas dimensões nos programas de pós-graduação. Portanto, escolhi desenvolver esta pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental para enfatizar que as questões sociais são constituintes da questão ambiental, e vice-versa.

Enquanto pesquisadora em formação interdisciplinar, acredito ser importante destacar que, durante o período de realização desta pesquisa, fui atravessada por problemas pessoais, principalmente de ordem emocional, em parte frutos de minha readaptação ao Brasil e à minha nova realidade em um cenário de isolamento social, que eram intensificados conforme eu avançava nos estudos e pelos sentidos que eu atribuía às minhas vivências pessoais passadas. Isso tudo reforçou para mim mesma que, enquanto ser social, sou produto da sociedade em que cresci, mas sobre a qual também exerço influência, sendo que meu estado emocional tem um peso significativo nos resultados desta influência. Por isso, o andamento da pesquisa também foi afetado pelo meu estado emocional. Contudo, mantive meus esforços para cumprir todas as etapas e rigor necessários para sua conclusão e análise dos fatos.

A minha principal expectativa com esta dissertação de mestrado é contribuir para o debate sobre os coletivos e sua relação com o debate decolonial, neste caso o Bem Viver, por meio de um estudo da relação entre teoria e prática, pois é assim que o conhecimento faz sentido para mim.

## **I. Contextualização**

A presente pesquisa iniciou-se em um momento globalmente conturbado de crise sanitária causada pela pandemia do COVID-19. Particularmente no Brasil, contávamos com um presidente que negou a gravidade do vírus e, assim, inviabilizou qualquer medida que realmente amenizasse os danos e mortes causados no Brasil. Adicionalmente, a desigualdade social cresce de forma nunca vista antes. O relatório “A Desigualdade Mata” disponibilizado em 2022 pela Oxfam, mostra que os dez homens mais ricos do mundo dobraram suas fortunas durante a pandemia, enquanto 99% da população mundial piorou de renda. No cenário da pandemia, esses dados são ainda mais preocupantes visto que pobres e pessoas racializadas têm mais chances de morrer de COVID-19 (OXFAM, 2022).



Além disso, a pandemia deixou ainda mais evidente que o limite ecossistêmico foi ultrapassado em nome da acumulação do capitalismo, algo já alertado há décadas por cientistas, movimentos sociais, organizações internacionais e atores políticos.

Apesar dos planos e agendas criados como tentativa de frear a crise climática, a exemplo da “Agenda 2030” lançada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015 (PLATAFORMA AGENDA 2030; 2015), a problemática encontra-se em continuar assumindo a natureza como um recurso à disposição do ser humano visando acúmulo material e crescimento econômico, entendidos como os parâmetros que definem o desenvolvimento, portanto sem que seja devidamente problematizado o conceito de desenvolvimento como praticado. Este entendimento demonstra-se inviável em um contexto de crise climática e de limites planetários sendo ultrapassados, caso contrário, corre-se o risco de perder as condições necessárias para a sobrevivência da espécie humana na Terra. (ACOSTA, 2017; GUDYNAS, 2011). Portanto, o aprofundamento da crise climática tem trazido questionamentos sobre os pensamentos dominantes que orientam nossa visão de mundo, assim como sobre a nossa relação com a natureza.

Dentre as diversas crises contemporâneas, seja a crise sanitária, climática, ambiental, social, econômica, de representatividade (RICCI, 2009), de identidades (HALL, 2006), também passamos por uma crise de paradigma (SANTOS, 2008). Tal crise exige que as categorias conceituais usadas para pensar a vida, a natureza, o ser humano e suas relações consigo mesmo, com a natureza e como se posiciona em relação ao mundo sejam reformuladas. Consideramos que a crise de paradigma abarca as demais crises.

A ativista ambiental indiana Vandana Shiva (2002) argumenta que a homogeneização do pensamento é a principal ameaça à vida e sua diversidade, fenômeno que denomina como monocultura da mente e que, segundo a autora, dissemina-se por aumentar a centralização do controle, estando diretamente relacionado com poder e política. A homogeneização e centralização levariam ao colapso social e ecológico. Deste modo, afirma que as alternativas existem mas foram e continuam sendo excluídas, e defende que a manutenção da diversidade requer o controle descentralizado dos sistemas de produção e consumo.

Neste sentido, a estrutura colonial de poder, nomeada como colonialidade por Quijano (1992), desempenha um papel fundamental na disseminação das monoculturas da mente pelo resto do mundo e continua orientando as relações sociais até os dias de hoje (QUIJANO, 1992). O pensamento moderno é uma continuação do pensamento colonial, observado pelas injustas e excludentes relações políticas e culturais do sistema mundo atual protagonizadas pelo Ocidente, com o mundo dividido em Norte e Sul Global (SANTOS, 2007).

Santos (2007) acredita que as práticas deste pensamento só cessarão diante de uma resistência política que tenha como premissa uma resistência epistemológica, pois a justiça social global acontecerá somente por meio da justiça cognitiva global. Para a construção de um novo pensamento, defende que devemos “aprender com o Sul” uma Epistemologia do Sul por meio da “ecologia de saberes” ao confrontar a monocultura da ciência moderna com a pluralidade de conhecimentos heterogêneos que devem dialogar entre si de modo a manter sua autonomia.

Se o Norte Global deve “aprender com o Sul”, no Brasil, um país marcado por uma imensa desigualdade social herança do processo de colonização acompanhado da escravidão, é necessário aprender com as populações marginalizadas da sociedade, nas periferias, favelas, ocupações, no campo, na floresta (ACOSTA, 2017), e assim, ouvir o outro lado da história sobre a construção do que conhecemos como Brasil.

Por isso, acreditamos que o diálogo com outros saberes e formas de conceber o mundo pode nos fornecer uma ampliação nas possibilidades de organização social. Na América Latina, por exemplo, uma fonte de inspiração pode ser encontrada na experiência dos povos originários, que mantêm suas tradições e modo de vida, mostrando que sociedades vivendo em harmonia com a Natureza são possíveis e nos lembrando que somos parte da Natureza. A partir deste entendimento, inspirados nos povos andinos e amazônicos, buscou-se expressões que representassem suas percepções sobre o mundo, desenvolvendo a proposta do Bem Viver, entendida neste estudo como uma continuidade do debate decolonial. Contudo, as práticas do Bem Viver são os maiores desafios para sua construção, afinal romper com tradições é algo muito complexo (ACOSTA, 2017; GUDYNAS, 2011).

Para Boaventura de Souza Santos (2007) o pensamento pós-colonial, sendo o Bem Viver uma expressão deste pensamento, se manifesta nos movimentos e organizações da globalização contra-hegemônica que lutam contra a exclusão social, econômica, política e cultural. Especificamente no Brasil, as teorias da descolonização começaram a ganhar novo fôlego ao serem recuperadas pela juventude na primeira década do século XXI (GOHN, 2018). Portanto, torna-se necessário verificar como o Bem viver está acontecendo nas práticas sociais, tendo em vista seu possível potencial de resposta às crises contemporâneas.

Para analisar a prática do Bem Viver, partimos do conceito de repertório desenvolvido por Charles Tilly para analisar ações coletivas em períodos históricos diversos. O conceito de repertório refere-se a um conjunto de estratégias de ação utilizadas pelos movimentos sociais a partir da memória das lutas sociais passadas. O repertório abarca a estrutura organizacional

e as práticas de atuação, além de ser adaptável a novos contextos, lugares e tempos. De acordo com Alonso (2012):

A palavra repertório identifica um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha. Repertórios são criações culturais aprendidas, mas eles não descendem de filosofia abstrata ou tomam forma como resultado da propaganda política; eles emergem da luta. [...] Em qualquer ponto particular da história, contudo, elas [as pessoas] aprendem apenas um pequeno número de maneiras alternativas de agir coletivamente (Tilly, 1995 apud Alonso, 2012: p. 26).

Como consequência das profundas mudanças no capitalismo global, os sistemas democráticos do mundo todo têm passado por diversas crises. Por isso, movimentos sociais e ativistas têm desenvolvido novos repertórios de resistência (VALIENGO, OLIVEIRA, 2020), como as teorias decoloniais.

Deste modo, a partir da crise de 2008 do capitalismo global, ocorrem diversos movimentos e protestos em âmbito mundial, majoritariamente formado por jovens organizados por meio das novas tecnologias da comunicação em relações horizontais, críticos das estruturas hierárquicas, por isso, sem filiação a organizações, movimentos sociais ou partidos, como por exemplo o movimento Occupy nos EUA, a Primavera Árabe na Tunísia, Egito, Turquia, e revoltas na Grécia, Espanha, Portugal (GOHN, 2018). A comunicação autônoma e horizontal, distante do controle do governo e das instituições, proporcionada pela Internet e seus diversos aplicativos e redes sociais desempenham uma característica fundamental que possibilitou a emergência destes movimentos e sua estrutura organizacional (CASTELLS, 2013).

No Brasil, mobilizações como essas ocorrem a partir de 2013. Este evento evidenciou a emergência de um novo tipo de organização, os grupos que se autodenominam coletivos, tornando-se objeto de interesse e um desafio aos acadêmicos, visto que ainda não há uma precisão teórico-metodológica sobre os coletivos.

Como toda “novidade” em análise, a literatura e o campo de estudos sobre os coletivos ainda é um esforço em construção e em expansão, com o desenvolvimento de novas abordagens e métodos de pesquisa, que visam dar conta das inúmeras formas de “coletivos” (GOHN, PENTEADO, MARQUES, 2020: p. 2).

Os aspectos mais destacados pela literatura para caracterizar os coletivos são: uso de tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs), autonomia derivada do anarquismo, socialismo utópico ou individualismo do século XIX e início de XX, horizontalidade em oposição a estruturas organizacionais mais rígidas e hierárquicas, ausência

de lideranças formais (não significa que não há lideranças e sim que não são formalizadas), crítica a formas tradicionais de instituição (partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais), além de serem vistos como expressão de uma nova configuração social mais fluída, com práticas que apresentam continuidades e descontinuidades (GOHN et al, 2020; PEREZ, 2019; PEREZ, SOUZA, 2017).

Geralmente, o papel educativo dos movimentos sociais e ações coletivas costuma ser enfatizado em seus estudos. Por meio da articulação de múltiplas identidades, podem ser criados novos repertórios e propostas a serem incorporadas pela sociedade civil e política, atuando na criação de novas pautas para institucionalização, visto que representam parte da democracia (GOHN, 2016). Deste modo, fica evidente a importância de tais estudos.

Diante do exposto, a presente pesquisa visa estudar um coletivo que possui em seu repertório de atuação o Bem Viver, o Coletivo Ecosocialista e Libertário Subverta, uma corrente do partido político PSOL, a partir de um estudo de caso do projeto Mutirão pelo Bem Viver, impulsionado pelo coletivo, e será mais detalhado no tópico a seguir.

## II. O caso em estudo: “Mutirão pelo Bem Viver” em SP

O Mutirão do Bem Viver em resposta à pandemia<sup>2</sup> (MBV) teve início durante a pandemia, como um projeto impulsionado pelos *militantes* do Coletivo Ecosocialista e Libertário Subverta (Subverta), posteriormente aberto para atuação de pessoas de fora do Subverta, denominadas como *voluntários*.

De acordo com a narrativa de militantes do Subverta, este é um coletivo que constrói o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e o Mutirão pelo Bem Viver (MBV), ou seja, via institucional e social, respectivamente, sendo necessário se filiar ao PSOL ao aderir ao Subverta, não havendo esta mesma necessidade no caso do MBV. Portanto, entendemos o Subverta como uma corrente do PSOL que se autodenomina como coletivo. Este não se refere a um caso isolado, há outras correntes do PSOL autodenominadas de coletivos, como o Coletivo Rosa Zumbi e o Coletivo Primeiro de Maio (PEREZ, 2019).

Por considerar que o Bem Viver deve ser construído por meio de um processo participativo e de baixo para cima (ACOSTA, 2017), a presente pesquisa foca na atuação

---

<sup>2</sup> Mutirão do Bem Viver em resposta à pandemia era o nome inicial do projeto. Contudo, em meados de 2021, alguns militantes se desligaram do Subverta e exigiram que o Subverta não utilizasse mais o mesmo nome para o projeto. Deste modo, durante o período de análise desta pesquisa, o projeto passou a ser chamado de “Mutirão pelo Bem Viver”, enquanto as pessoas que permaneceram debatiam sobre um novo nome que não incluísse o “Bem Viver”. Esta situação será explicada em mais detalhes no terceiro capítulo desta dissertação.

específica do MBV, considerando sua organização interna, sua relação com a comunidade e seu repertório de atuação inspirado no Bem Viver. Adicionalmente, o foco específico na atuação do MBV considera o problema enfrentado pela esquerda contemporânea que limitou sua atuação à manutenção do Estado, por via institucional (RICCI, 2009). Há uma urgência em voltar sua atuação para o social, sendo necessário avaliar como esta articulação está acontecendo. Sendo assim, ressalto que a presente pesquisa não pretende aprofundar-se nos campos político e partidário vinculados à atuação do Subverta e sua articulação com o PSOL, porém sem ignorar tais temas e trazendo as ponderações necessárias durante as análises aqui realizadas. Esta escolha é baseada em minha limitação, tanto de formação quanto prática, nestes campos. Reforço, também, que minha inserção limita-se ao MBV, sendo assim, não faço parte do Subverta e do PSOL.

À princípio, o MBV consistia na arrecadação de doações financeiras por meio de vaquinhas online para compra de alimentos agroecológicos produzidos por pequenos produtores, montagem de cestas acrescidas de alimentos não-perecíveis para serem entregues em territórios com população em situação de vulnerabilidade alimentar. Esta é denominada como a primeira fase do projeto pelo coletivo. A segunda fase refere-se a plantios coletivos de hortas comunitárias e montagem de cozinhas comunitárias nas comunidades atendidas, chamadas de *territórios* pelos membros do coletivo.

A atuação do MBV acontece em diversos estados brasileiros, chamados de *Regionais* pela organização, e as cidades de *Polo*. Por conta do prazo para produção desta pesquisa, optamos focar na experiência da Regional do estado de São Paulo, mais especificamente no Polo da capital do estado, por se tratar de uma metrópole com grande contingente populacional, pela familiaridade da pesquisadora com a cidade e pela maior facilidade de acesso à comunidade atendida na capital paulistana.

Ademais, outro importante fator sobre o enfoque na capital de São Paulo deve-se às especificidades já estudadas nesta região. A capital paulistana apresenta uma distribuição de alimentos heterogênea, observando-se desertos e pântanos alimentares, com regiões que apresentam acentuada carência no acesso à alimentos in natura e semi processados, como por exemplo a região da Serra da Cantareira (PETRO, 2017), onde está localizada a comunidade atendida pela iniciativa em parceria com organização local atuante na região há mais de 20 anos, o Instituto Caminho da Paz (ICP), no Jardim Paraná, Zona Norte da capital.

Contudo, também serão incluídas descrições da atuação do MBV na cidade de Campinas-SP, visto que existe uma maior articulação entre os membros que atuam em ambas cidades, por meio de reuniões online, atuação de membros da capital de São Paulo em

demandas do território de Campinas, além da ocorrência de um mutirão de limpeza de terreno para expansão da horta comunitária e assembleia de constituição de Associação de bairro, ambos em Campinas, que contaram com a presença de membros do Polo da Capital.

Deste modo, o estudo de caso irá descrever e analisar a experiência do MBV em São Paulo, apoiando-se nos estudos sobre os coletivos e no Bem Viver como parte do repertório do coletivo, na expectativa de contribuir para a construção destes estudos.

### **III. Problema de pesquisa e hipótese**

As diversas crises contemporâneas têm exigido que reformulemos nossa concepção de mundo e relações sociais, despontando no debate decolonial que vêm sendo utilizado no repertório do ativismo contemporâneo. Assim, chegamos à seguinte questão-problema: como o Bem Viver inspira a atuação do Mutirão pelo Bem Viver?

A hipótese que norteia esta pesquisa, elaborada a partir da minha interpretação, é a de que a formulação do Bem Viver pelo MBV inspira uma atuação que trabalha com enfoque na crise climática e nas questões ambientais, adicionadas à outras clivagens sociais, como fome, desigualdade social, geração de renda.

### **IV. Objetivos gerais e específicos**

A presente pesquisa tem como objetivo principal avaliar como o Bem Viver inspira o repertório do Coletivo Ecosocialista e Libertário Subverta para a construção do Mutirão pelo Bem Viver e contribuir com os estudos recentes sobre coletivos, que ainda encontram-se em fase de formação teórico-metodológica.

Como objetivos específicos, visa:

- i) Caracterizar os coletivos a partir dos estudos mais recentes, destacando a conjuntura socioeconômica e política contemporânea;
- ii) aproximar de uma conceituação da noção de Bem Viver com base na literatura revisada;
- iii) descrever a experiência do MBV em São Paulo, desde sua formação até as atuações nos territórios do Jardim Paraná-SP e Jardim Itatiaia-Campinas;
- iv) verificar as diferentes perspectivas em relação ao MBV, tanto pelos membros do MBV quanto pelas comunidades do Jardim Paraná-SP e Jardim Itatiaia-Campinas, no que diz respeito a estrutura organizacional, atuação, contribuições para as comunidades parceiras e

relação com o Coletivo Subverta, além de analisar a interpretação dos membros entrevistados do MBV sobre Bem Viver, coletivos e movimentos sociais.

## **V. Metodologia**

Com o objetivo de responder à questão-problema: como o Bem Viver inspira a atuação do Mutirão pelo Bem Viver?, a presente pesquisa realizou um estudo de caso sobre o projeto “Mutirão pelo Bem Viver”, potencializado pelo Coletivo Ecosocialista e Libertário Subverta, uma corrente do partido político PSOL. O estudo de caso consiste em um estudo amplo e exaustivo de determinado indivíduo, grupo ou comunidade com o intuito de obter conhecimento detalhado sobre o objeto estudado (GIL, 2002).

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva. Este método foi escolhido por se tratar de um fenômeno social contemporâneo, ainda uma novidade em análise, e por exigir uma atenção maior e mais profunda, visto que o objetivo da pesquisa é compreender detalhadamente a organização e atuação do MBV.

Para tanto, a primeira etapa dos procedimentos metodológicos refere-se à revisão bibliográfica sobre o Bem Viver, movimentos sociais e coletivos, por meio de busca das palavras-chave do estudo no banco de dados do SciELO e do Google Acadêmico. Esta etapa buscou revisar o que há publicado sobre os assuntos, considerando os objetivos da pesquisa.

O segundo procedimento metodológico diz respeito a observação participante, que fez parte da etapa exploratória para maior familiarização com o objeto de estudo e foi realizada após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos no período de agosto de 2021 à janeiro de 2022 no decorrer da segunda fase da iniciativa, por meio de participação nas reuniões, discussões e atividades online do Mutirão pelo Bem Viver e participação presencial em atividades na cozinha e plantio coletivo na comunidade do Jardim Paraná, na Brasilândia, reuniões com lideranças da região e uma visita a comunidade do Jardim Itatiaia (Campinas) durante um mutirão de limpeza do terreno para expansão da horta comunitária e da assembléia de constituição da Associação de Bairro. Nessa fase, fiz uso de um diário de campo com o “intuito de construir detalhes que no seu somatório vai congrega os diferentes momentos da pesquisa” (NETO, 2002: p. 63) e auxiliar na descrição e análise do objeto de estudo. Contudo, devido ao meu envolvimento com o objeto de estudo anteriormente a oficialização da pesquisa, para fins de análise, também foram consideradas observações anteriores ao período citado, neste caso, sem o auxílio de anotações em diário de campo.

Um cuidado fundamental na utilização da técnica de observação participante refere-se a não enfatizar a participação devido à identificação de propósitos políticos entre pesquisador e pesquisado, fazendo do pesquisador um porta-voz do grupo ao fundir os discursos do investigador com o grupo investigado. Por isso, o estranhamento entre o pesquisador e o objeto de estudo é essencial (CARDOSO, 2004). Neste sentido, a falta de experiência prévia no ativismo brasileiro e minha formação em área não relacionada (marketing), foram fatores determinantes para a presença deste estranhamento. Ainda que o envolvimento com o MBV anteriormente à formalização da pesquisa evidencie minha identificação e interesse pela proposta do projeto, a abordagem valorizou tanto a observação quanto a participação. Tal procedimento metodológico permite contato onde afeto e razão se complementam (CARDOSO, 2004). Além disso, ao fazer parte do contexto estudado, a relação entre pesquisador e pesquisado acontece por meio de um processo em que o pesquisador “pode modificar e ser modificado pelo contexto” (NETO, 2002: p. 59).

A terceira etapa compreende o levantamento de atas de reuniões, relatos de visitas ao território, documentos organizacionais, bem como o acompanhamento do conteúdo dos meios de comunicação online do MBV e do Coletivo Subverta nas redes sociais (Instagram e Facebook) e sites com o objetivo de levantar impressões gerais e aprofundar o entendimento sobre o objeto de estudo.

Quadro 1 - Atas de reuniões e relatos das visitas às comunidades consultados.

	Tipo do documento	Quantidade	Região	Período
1ª fase	Atas de reuniões	14	Capital-SP	Mai/20 a Dezembro/20
		17	Campinas-SP	Junho/20 a Maio/21
		60	Ambas	Fevereiro/21 a Julho/22
2ª fase	Relatos de visitas	31	Capital-SP	Mai/21 a Junho/22
		22	Campinas-SP	Julho/21 a Julho/22
Total		144		

Fonte: arquivo do MBV. Elaborado pela autora (2022).

Por fim, a última etapa compreendeu a aplicação de entrevistas semiestruturadas em formato online por meio da plataforma “Jitsi Meet” com os voluntários do MBV, militantes do Coletivo Subverta, liderança e moradores do Jardim Paraná, ator externo (ex-morador do bairro do Jardim Itatiaia) e liderança do Jardim Itatiaia que participaram do projeto. Optou-se por este formato pois, metodologicamente, esta técnica permite uma interação dialógica mais dinâmica, de modo a permitir maior interação e liberdade às falas dos entrevistados.



Para tal, foram utilizados três roteiros de entrevistas. O primeiro roteiro foi utilizado para entrevista com um militante do Subverta (Participante 1) a fim de compreender a atuação do Subverta e relação com o MBV para elaboração dos demais roteiros. O segundo roteiro foi utilizado nas entrevistas com os voluntários do MBV e militantes do Subverta que atuam no MBV (Participante 2 ao 8). O último roteiro foi aplicado aos moradores e lideranças do Jardim Paraná (Participantes 9, 10 e 11), ator externo e liderança do Jardim Itatiaia (Participantes 12 e 13). Assim, cada roteiro permitiu contemplar a perspectiva dos diferentes grupos que participaram do projeto.

Havia, em média, 60 participantes no grupo do Telegram do MBV na Regional de São Paulo, sendo essa a população do presente estudo. A amostra foi definida pela técnica de amostragem por saturação, ou seja, a realização de entrevistas com novos participantes foi suspensa quando os dados obtidos começaram a apresentar repetição (FONTANELLA et al, 2011) e a seleção de entrevistados foi feita de modo a abranger as diversas dimensões do objeto de estudo em sua totalidade, ou seja, participantes que atuam somente no MBV, militantes do Coletivo Subverta que também atuam no MBV, lideranças e moradores do Jardim Paraná, ator externo e liderança do Jardim Itatiaia, que participaram do projeto, abrangendo, em todos os casos, diferentes níveis de atuação no projeto. O contato inicial e constante com o projeto e com as pessoas envolvidas possibilitou melhor compreensão sobre suas dinâmicas e as pessoas envolvidas, facilitando a seleção das pessoas entrevistadas e o acesso à elas.

Quadro 2 - Entrevistados e atuação

Data	Entrevistados	Atuação*	Duração	Duração Total	Duração média
14/10/21	Participante 1	Subverta e MBV (capital)	1h07min	10h31min	1h18min
18/02/22	Participante 2	Subverta e MBV (capital) - pré-teste	1h35min		
15/3/22	Participante 3	MBV (capital)	35min		
14/04/22	Participante 4	Subverta e MBV (Campinas)	1h32min		
18/04/22	Participante 5	MBV (capital e Campinas)	1h26min		
20/04/22	Participante 6	MBV e Subverta (capital e Campinas)	1h49min		
27/05/22	Participante 7	MBV (capital)	1h19min		
28/06/22	Participante 8	MBV e Subverta (online)	1h04min		
21/10/22	Participante 9	Moradora Jd. Paraná	16min	2h17min	32min
14/12/22	Participante 10	Liderança Jd. Paraná	18min		
10/01/23.	Participante 11	Morador Jd. Paraná	25min		
20/05/23	Participante 12	Ex-morador do bairro Jd. Itatiaia	53min		
23/05/23	Participante 13	Liderança Jd. Itatiaia	24min		
				12h48min	

\* as organizações aparecem na ordem de adesão pelo participante.

Fonte: elaborado pela autora (2022).

Para a realização da pesquisa, o projeto da presente pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, sendo aprovado sob o parecer nº 4.840.472. Deste modo, os entrevistados foram convidados a participar da entrevista, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em caso de aceite. Todas as pessoas convidadas a fazer a entrevista aceitaram participar e consentiram que a entrevista fosse gravada.

As entrevistas foram transcritas com o auxílio da plataforma de vídeos YouTube. Assim, os vídeos das entrevistas foram inseridos, de modo privado, no canal de YouTube criado com meu email institucional para que a plataforma gerasse legendas automáticas, que foram copiadas em um arquivo do “Documentos Google” e revisadas manualmente, de modo a incluir pontuações, parágrafos e corrigir palavras e frases. Esta forma de transcrição foi escolhida por reduzir o trabalho manual sem terceirizar por completo esta etapa da pesquisa, permitindo iniciar a familiarização com os dados coletados.

Como bem pontuado por Minayo (2012), uma boa reflexão exige a presença e acompanhamento do pesquisador em todas as etapas de uma pesquisa qualitativa, tendo em vista que o trabalho do pesquisador ocorre em uma perspectiva circular, ou seja, a realidade só é conhecida conforme é criada pelo pesquisador.

Após esta etapa, os dados coletados foram submetidos a técnica de análise temática de conteúdo. Esta técnica consiste em organizar os dados coletados a partir de temas. No caso deste estudo, os temas estavam pré-determinados no próprio roteiro de entrevistas, que foi desenvolvido com base na literatura e no trabalho de campo, sendo eles: motivação; estrutura organizacional; atuação; relação comunidade x MBV; relação Subverta x MBV; contribuições para comunidade; desafios; aprendizagem; Bem viver; coletivos e movimentos sociais. Deste modo, os dados foram retirados de seu contexto original e reagrupados de acordo com os temas (BARDIN, 2016; AYRES, 2008). Sendo assim, o saber experiencial dos entrevistados foi somado ao saber científico a fim de construir análise junto à literatura científica.

## **VI. Organização dos capítulos**

A presente dissertação está sendo organizada em quatro capítulos, conforme a seguir:

O capítulo 1 explana sobre os movimentos sociais e suas transformações até o surgimento dos coletivos a partir da conjuntura socioeconômica e política contemporânea, buscando caracterizar os coletivos com base na literatura a fim de situar onde se insere a prática inspirada no Bem Viver.

O capítulo 2 discorre sobre a origem e objetivos da proposta do Bem Viver com o intuito de se aproximar de uma conceituação do Bem Viver.

O capítulo 3 descreve a experiência do MBV em São Paulo, apoiando-se na caracterização dos coletivos demonstrada nos estudos recentes.

Por fim, o capítulo 4 apresenta as diferentes percepções sobre MBV em relação à estrutura organizacional, atuação, contribuições para as comunidades, e analisa os significados atribuídos pelos membros do MBV no que diz respeito ao Bem Viver, coletivos e movimentos sociais.

## **1. Coletivos: organizações do ativismo contemporâneo**

Este capítulo irá explanar sobre a trajetória analítica dos movimentos sociais até o momento presente do ativismo, representado pela emergência e aumento acentuado de organizações autodenominadas coletivos, destacando o contexto socioeconômico e político de seu surgimento.

O principal objetivo deste capítulo é situar o debate central desta pesquisa, ou seja, a prática do Bem Viver, que tem como um dos agentes os grupos autodenominados coletivos. Por se tratar de um fenômeno muito recente, ainda encontra-se em processo de construção teórica e analítica. Portanto, o capítulo irá apresentar o estado da arte sobre os coletivos a fim de caracterizá-los.

### **1.1. Movimentos sociais e coletivos: trajetória teórico-analítica e concepções possíveis.**

Iniciaremos esta seção apresentando a trajetória do termo movimentos sociais até a emergência dos coletivos e suas possíveis noções para introduzir e facilitar a discussão sobre o tema, enfatizando que não existe uma concepção e teoria únicas sobre os movimentos sociais e que os estudos sobre os coletivos estão em processo de construção e formulação.

A partir dos estudos das teorias clássicas e contemporâneas dos movimentos sociais, a socióloga Maria da Glória Gohn (1997), que os entende como processos políticos-sociais, elaborou a seguinte concepção de movimentos sociais:

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política (GOHN, 1997: p. 251).

Os movimentos sociais surgem com a hegemonização do modo de produção capitalista e elaboração dos conceitos de cidadão e direitos civis que mantêm a ideia de

consumo e venda da força de trabalho. A contradição presente neste modo de produção, que carrega a dialética da inclusão e exclusão, é o que orienta a organização social do capitalismo (EUZEBIOS FILHO & GRADELLA JUNIOR, 2020). Portanto, apesar da maior visibilidade dada aos movimentos sociais pelos estudos sociológicos e políticos nos anos 60, 70 e 80, trata-se de um fenômeno muito anterior a este período, tanto empiricamente quanto em teoria (GOHN, 1997).

Grande parte dos estudos produzidos até os anos 60 focavam nos movimentos operários, mais especificamente nas lutas sindicais, por advirem de abordagens marxistas que associavam os movimentos sociais à luta de classes, dando ênfase a classe trabalhadora (GOHN, 1997).

Entretanto, somente por volta de 1960 o termo “movimentos sociais” foi utilizado para se referir a multidões reivindicando por mudanças pacíficas, sem interesse na tomada do poder do Estado. Neste período, eclodiram uma série de mobilizações coletivas na Europa e Estados Unidos, que apresentaram padrões que não podiam ser explicados pelas principais teorias em voga na época, o marxismo e o funcionalismo, porque não eram mobilizados por trabalhadores e não reivindicavam pela tomada do poder do Estado, assim, não podiam ser explicados como movimentos de classe e tampouco a partir das teorias revolucionárias (ALONSO, 2009).

Com isso, emerge a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), fruto do novo cenário sociopolítico, com novos atores sociais, como as mulheres, negros, indígenas, que se articulam com base no eixo das identidades, sejam elas de gênero, etnia ou cultural:

O desenvolvimento do novo cenário passou pelas revoltas dos negros no movimento pelo direitos civis nos estados Unidos; pelas rebeliões estudantis dos anos 60, juntamente com a emergência de uma série de movimentos étnicos; pela estruturação dos movimentos feministas conjuntamente com a construção problemática de gênero; pelas revoltas contra as guerras e armas nucleares; assim como pela constituição do movimento dos "pobladores" ou moradores, ou simplesmente de cidadãos, na cena política da América Latina e Espanha (GOHN, 1997: p. 333).

No Brasil, esse processo de alteração dos movimentos sociais acontece em período posterior aos citados. Na década de 1970 e início dos anos 80, período de resistência ao regime militar, as teorias marxistas foram as mais utilizadas na explicação dos fenômenos. Já as teorias culturalistas identitárias ganharam mais destaque entre 1982 e 1988, período de luta para redemocratização do país (GOHN, 2018).

Em suma, o primeiro grupo de movimentos sociais costuma ser classificado como movimentos sociais clássicos, representados atualmente pelo Movimento dos Trabalhadores

Rurais Sem Terra (MST), pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e Centrais Sindicais, e o segundo grupo como novos movimentos sociais ou movimentos identitários (GOHN, 2018).

Em seguida, ocorre a burocratização de diversos movimentos sociais, alguns se transformam em ONGs, outros em partidos políticos. Assim, os estudos deste período se direcionam para os atores sociais atuantes nas políticas públicas com base em abordagens teóricas institucionalistas, a exemplo da Teoria do Processo Político (TPP), com foco nos processos de mobilização e institucionalização das ações coletivas, e não mais na sociedade civil (GOHN, 2018).

Deste modo, enquanto a Teoria dos Novos Movimentos Sociais foca em uma teoria de mudança cultural, a Teoria do Processo Político foca em uma teoria de mobilização política, contudo ambas consideram política e cultura em suas construções macro-históricas para explicar os movimentos sociais (ALONSO, 2009).

No final do século XX, os movimentos internacionais antiglobalização são o destaque. Já na virada de século, a primeira década do século XXI é marcada pela articulação internacional dos movimentos sociais, dentre eles, o Fórum Social Mundial é um exemplo desta articulação, com sua primeira edição sediada em Porto Alegre em 2001. Além disso, especificamente no Brasil, neste período, com a entrada de militantes na estrutura estatal após a vitória do candidato do Partido dos Trabalhadores, o foco dos estudos se volta para a participação em esferas institucionais públicas com abordagens que olham para as instituições e estruturas de poder, analisadas mais por meio das ações coletivas e teorias da participação do que como movimentos sociais, como a Teoria do Confronto Político (TCP) (GOHN, 2018).

Ao final da década de 2000, há uma repolitização dos movimentos sociais, inspirados em abordagens renovadas do socialismo libertário, anarquismo, autonomistas, e com descrença na política e políticos devido à corrupção, além da renovação das lutas sociais através do uso das novas tecnologias. Os estudos sobre os povos indígenas latino-americanos despontam em teorias. As teorias da descolonização começam a ganhar novo fôlego no Brasil ao serem recuperadas pela juventude e tornam-se o eixo central das pesquisas por conferirem as especificidades da realidade latino americana, tendo em vista que as teorias citadas anteriormente, TNMS, TPP e TCP, foram produzidas na Europa e EUA, ou seja, em realidades diferentes. Desta forma, as abordagens decoloniais tornam-se muito influentes no debate Sul-Sul, debatendo a colonialidade na produção do saber ao afirmar que as teorias produzidas no hemisfério Norte recebem destaque e influenciam nas análises e políticas públicas do hemisfério Sul. Contudo, a principal mudança ocorrida na década de 2000 refere-

se a reconhecer a diversidade de movimentos e ações civis coletivas, deixando de contrapor novos movimentos sociais e movimentos sociais clássicos (GOHN, 2018).

Todavia, com a crise de 2008 do capitalismo global, o padrão de protestos muda novamente. Eclode globalmente movimentos e protestos dos “indignados” nas ruas em diversas partes do mundo, com o movimento Occupy nos EUA, a Primavera Árabe na Tunísia, Egito, Turquia, e revoltas na Grécia, Espanha, Portugal, compostos majoritariamente por jovens que se organizam por meio das novas tecnologias, se denominam como ativistas e não mais como militantes, por não serem filiados a organizações, movimentos sociais ou partidos, e sim atuam por causas, sem pertencimento fixo a grupos, criticam estruturas hierárquicas, por isso estabelecem relações horizontais (GOHN, 2018).

No Brasil, essa forma de protesto e mobilização social ganhou força em junho de 2013, com os protestos nas ruas reivindicando políticas sociais vigentes nas áreas de transporte, saúde e educação. O destaque foi o Movimento Passe Livre (MPL), com jovens organizados online em organizações denominadas de coletivos (GOHN, 2018). Face à novidade, este novo ciclo de protestos é classificado como novíssimos movimentos sociais (GOHN, 2016).

Neste novo ciclo de protestos, foi possível identificar três repertórios de confronto. O primeiro foi o repertório socialista. O segundo, e encarado como a grande novidade do período, foi o repertório autonomista dos movimentos por justiça global, incluindo símbolos e slogans anarquistas renovados, e combinando estilo de vida alternativa, organização descentralizada, tomada de decisões por consenso e contra o capitalismo e o Estado. O último, menos notado em 2013, mas já presente, foi o repertório patriota, que retomou símbolos das “Diretas Já” (1984) e do “Fora Collor” (1992) (ALONSO, 2017). Contudo, diferente dos protestos de 1984 e 1992, os protestos patriotas de 2013 não tinham os partidos políticos como articuladores dos atos (TATAGIBA, 2014). Adicionalmente, durante e após este novo ciclo de protestos, ficou mais notório a emergência de organizações que se autodenominam “coletivos”, portanto, há uma relação direta entre o novo ciclo de protestos e a disseminação dos coletivos (PEREZ, 2019).

Gohn (2016) interpreta que as manifestações a partir de Junho de 2013 construíram novos significados às lutas sociais. As ações sociais que se formam são complexas, diversificadas, com atores múltiplos, a construção dos sujeitos é submetida a diversos processos de subjetivação e as emoções ganham destaque (GOHN, 2016). Perez (2019) observa que o período de mobilizações iniciado em junho de 2013 permitiu a socialização, principalmente entre os jovens, que estes conhecessem os coletivos e incentivou a criação de novas organizações denominadas de coletivos que replicam o discurso de crítica ao sistema

político parlamentar e antissistema presente nas Jornadas, mas isso não necessariamente reflete em uma recusa a qualquer articulação com as instituições criticadas.

Na perspectiva de Thibes et al (2020), os coletivos não diferem dos movimentos sociais no quesito atuação, a diferença nítida está na estrutura e organização. Os coletivos não possuem base ampla, atuam em rede com outros coletivos e movimentos, com ações mais fluidas, mas também com projetos, podendo mudar o escopo com maior facilidade que os movimentos sociais (THIBES et al, 2020). Já para Maia (2013), enquanto nos movimentos sociais há uma pauta permanente de ação, os coletivos podem incluir diversas demandas, sendo que a pauta prioritária é definida por meio de análises constantes da conjuntura política (MAIA, 2013). Outra diferença entre os movimentos sociais e coletivos estaria na maneira como os jovens percebem ambos. Os movimentos sociais são vistos como tradicionais, com estruturas centralizadoras, organização mais estruturada e os coletivos como organizações fluidas, fragmentadas e horizontais (GOHN, 2016), assim, há um sentido de novidade atribuída ao termo “coletivo” (PEREZ e SOUZA, 2017).

Deste modo, mesmo que ainda não seja possível determinar uma definição que abarque a pluralidade de organizações que se autodenominam coletivos, os discursos dos coletivos apontam para uma crítica às instituições parlamentares, ao modo de articulação dos partidos políticos e movimentos sociais, por serem consideradas organizações com estruturas hierárquicas, assim, ao afirmarem-se autônomos e com estruturas organizacionais horizontais, os coletivos se contrapõem à estas organizações, ao menos no plano discursivo (PEREZ, 2019; MARQUES e MARX, 2020). “O que essa ‘ideologia coletiva’ destaca, portanto, é que essas novas coletividades buscam outra lógica de organização e de socialização entre os sujeitos” (MARQUES, MARX, 2020: p. 20)

Esta nova forma de organização social denominada “coletivo” ainda é um desafio em processo de estudo e análise, que têm demonstrado uma pluralidade em suas configurações e repertórios de atuação, por isso a formulação do conceito ainda está em disputa (PEREZ, SOUZA, 2017; PEREZ, 2019; MARQUES, MARX, 2020; FARIA, 2020; THIBES et al, 2020; VALIENGO, OLIVEIRA, 2020; COIMBRA, MORAIS, 2020; MONACO, 2020; MARTINS, 2020). Contudo, antes de aprofundar este debate, por se tratarem de fenômenos políticos-sociais, estão diretamente relacionados à conjuntura do período. Portanto, resgataremos os condicionantes históricos da virada do século XX para o século XXI e os elementos socioeconômicos e políticos que contribuíram para a emergência dos coletivos e, em seguida, detalharemos e descreveremos o que os estudos sobre os coletivos têm demonstrado.



## 1.2. Conjuntura socioeconômica e política contemporânea

À fim de retomar um panorama geral dos movimentos sociais brasileiros, resgatamos o mapeamento dos principais movimentos sociais brasileiros no período de 1972 a 1997 desenvolvido por Gohn (1997). A socióloga os divide em três ciclos, sendo o primeiro referente às lutas pela redemocratização do país e acesso a serviços públicos, de 1972 a 1984; o segundo referente a institucionalização dos movimentos no período de 1985 a 1989 e o último engloba a emergência de novos atores, crescimento dos movimentos populares rurais e desmobilização dos movimentos populares urbanos entre 1990 e 1997 (GOHN, 1997).

O fenômeno de institucionalização dos movimentos sociais não se restringe ao Brasil, e pode ser explicado a partir do contexto da Guerra Fria que limitou as lutas contra hegemônicas no entorno do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Essa dinâmica é intensificada após a Revolução Cubana e a inserção de Cuba no bloco soviético ao fortalecer a influência partidária nos processos políticos desenvolvidos como alternativas ao Capitalismo periférico. Com isso, grande parte das lutas e protestos foram conduzidas para o âmbito partidário, até mesmo os movimentos sociais, que foram induzidos a fazer parte de colaterais ou extensões de organizações partidárias, perdendo, deste modo, o horizonte emancipador para além do capital (JOHNSON, 2019).

Por fim, Ricci (2009) pontua dois graves problemas contemporâneos, principalmente para a esquerda. O primeiro refere-se a população não se perceber mais representada pelas organizações de esquerda. O segundo ponto é que a esquerda passou a se limitar à manutenção do Estado, mesmo não sendo este seu foco central, em teoria.

Grande parte destes problemas derivam da ideia sugerida por alguns analistas de que o Estado contemporâneo deve facilitar o trânsito do capital globalizado. Entretanto, esta proposta torna a política subordinada aos mercados, além de separar o Estado da cultura. Deste modo, a estrutura partidária rompe com o cotidiano, gerando uma profunda crise de representatividade (RICCI, 2009).

Com isso, no final do século XX, observamos a ascensão de grupos de esquerda não partidarizados que sugerem estruturas horizontais e discutem sobre uma gestão participativa de território (RICCI, 2009). O momento mais visível da ascensão desses grupos ocorre em 2010, com protestos de rua ao redor do mundo, como a Primavera Árabe, revoltas na Grécia e Espanha e o Occupy nos Estados Unidos, já citados anteriormente. A abrangência de tais protestos pode ser atribuída, em certa medida, à comunicação digital que alterou o fluxo de comunicação, permitindo um processo de autocomunicação em massa (CASTELLS, 2013).

No caso do Occupy Wall Street, os “ocupas” reivindicavam contra o sistema do capital financeiro opressor e autoritário, demonstrando desprezo aos banqueiros, especuladores financeiros e mercenários da mídia, que insistiam em desconsiderar as reivindicações. De acordo com Tariq Ali, os protestos no mundo todo refletem a insatisfação com as representações políticas de um sistema vazio dominado pelo dinheiro, onde o Estado é responsável por manter o status quo financeiro (ALI, 2012).

Já no contexto brasileiro, muitas políticas de inclusão social foram implementadas na primeira década do século, mas os jovens, as camadas médias da população e a participação social online estavam presentes de modo insuficiente nessas políticas. O governo petista não conseguia dialogar com estes grupos porque havia se limitado a formas institucionalizadas de participação civil (GOHN, 2018). Em contrapartida, o PSOL, outra tendência progressista, mantém seu quadro sem renovação e sua estrutura organizacional fortemente hierarquizada, além de ser formado pela classe média universitária e ter dificuldade de dialogar com as periferias brasileiras (SOLANO, 2016).

Desta maneira, o Brasil presencia em Junho de 2013 acontecimento parecido com as mobilizações internacionais. Multidões protestaram nas ruas, convocados online em uma articulação protagonizada pelo MPL que reivindicava o passe livre nos transportes públicos. As novas tecnologias, principalmente a Internet, geraram uma nova forma de sociabilidade, afastada das estruturas estatais institucionalizadas, com ausência de bandeiras partidárias ou sindicais nos protestos. Dessa forma, não haviam mediadores, então o diálogo não fluía. Com isso, o governo repensou sua agenda na tentativa de incluir esses sujeitos sociais que não haviam sido incorporados anteriormente, tornando-se como grande desafio das políticas públicas (GOHN, 2016). O episódio de Junho de 2013 abre oportunidades para os grupos opositores ao governo, tanto da esquerda quanto da direita, expressarem suas insatisfações (TATAGIBA E GALVÃO, 2019).

Tatagiba e Galvão (2019) entendem que os protestos brasileiros a partir de 2013 correspondem ao mesmo processo histórico de mudanças políticas, econômicas e culturais, mas problematizam a ideia de que 2013 inicia um novo ciclo de protestos, pois observaram que demandas de 2013 já haviam sido motivo de outros protestos a partir de 2011, pelo menos. Deste modo, sugerem que a intensificação dos protestos está relacionada à crise do capitalismo periférico e, no Brasil, acrescido do legado contraditório do Partido dos Trabalhadores (PT).

Posteriormente, em 2015, acontecem novos protestos. Em Janeiro e Fevereiro, o MPL organiza novo ato<sup>3</sup> contra o aumento da tarifa dos transportes públicos. Em Março de 2015 ocorrem novas mobilizações totalmente diferentes das de Junho de 2013 pelas características dos grupos sociais e demandas, que apresenta a questão política como principal divisor. De um lado, o grupo que questiona as políticas públicas do governo de Dilma Rousseff, mas é a favor de seu governo, e de outro, o grupo contra seu governo, afirmando-se contra a corrupção e o PT, e a favor do impeachment de Dilma. Além da crise política causada pelas denúncias de corrupção, o país também passava por retorno da inflação e desemprego (GOHN, 2016).

O segundo grupo é a principal novidade do período. São grupos contra o governo e não se identificam com nenhum partido político, proibindo faixas e cartazes de partidos políticos. São formados por faixa etárias diversas, famílias com os filhos, e possuem em comum o pertencimento à classe média, trazendo novas demandas. “Vem pra Rua”, “Movimento Brasil Livre”, “Revoltados on-line” são os grupos organizados que se destacaram (GOHN, 2018). O discurso destes grupos é mobilizado em torno do antipetismo e, por várias vezes, também pelo anticomunismo (SOLANO, 2019).

Para explicar o fenômeno de ascensão do conservadorismo e patriotismo brasileiros a partir do ciclo de protestos iniciado em junho de 2013, Perez (2021) sugere considerar a possível perda de privilégios da elite brasileira durante o governo petista (PEREZ, 2021). A partir do entendimento de que as identidades são formadas por meio da diferença, o contato com aquilo que excluíram as desestabiliza (HALL, 2000). Deste modo, podemos considerar o crescimento do nacionalismo e do fundamentalismo como tentativa de manter a tradição e as identidades nacionais, mesmo que estas sejam imaginadas (HALL, 2006), portanto, como resposta ao avanço substancial promovido pelas lutas sociais. Ao descrever o “Vem Pra Rua”, sua porta-voz disse ser um movimento que luta pelo direito de ser brasileiro, um povo liberal na economia e conservador nos costumes, ou seja, uma ideia de identidade brasileira unificada em torno dos ideais dos movimentos de direita (THIBES et al, 2020).

A partir destes episódios, o ativismo brasileiro muda completamente, com a emergência de atores coletivos de todo espectro político. A crítica à democracia brasileira é o ponto convergente entre eles (THIBES et al, 2020). Portanto, o que se observa é a formação de dois principais grupos, ambos insatisfeitos com o governo petista. Entretanto, enquanto o primeiro grupo busca avançar nas reformas, o segundo reivindica para restabelecer o status quo. Deste modo, a dinâmica padrão desses protestos é composta pela polarização política,

---

<sup>3</sup> Os participantes das manifestações as denominam de “ato” (GOHN, 2016).

petismo e antipetismo, e pela heterogeneidade de atores envolvidos. “Essa combinação de polarização e heterogeneização expressa os limites (*circunstanciais*)<sup>4</sup> da capacidade do lulismo de incorporar demandas e controlar conflitos, limites que se agudizam com a crise econômica” (TATAGIBA, GALVÃO, 2019: p. 66).

Os protestos criam uma polarização política que intensifica a crise política. Adicionada à crise econômica, ao apoio do Poder Judicial na Lava Jato, e ao apoio da mídia hegemônica e oligárquica em fazer uma espetacularização das acusações de corrupção contra petistas, divulgando os escândalos em torno da narrativa de que o governo petista foi o mais corrupto do Brasil, mesmo que outros partidos, como o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB), também estivessem envolvidos nos escândalos de corrupção, são fatores determinantes para o apoio da maioria da população ao impeachment da Dilma Rousseff. Em paralelo, os grupos parlamentares que representam os empresários, evangélicos fundamentalistas e o agronegócio, se aliam em favor do impeachment da presidenta (SOLANO, 2016), que foi consolidado em agosto de 2016.

Contudo, por trás do antipetismo mobilizado, havia um sentimento antissistema profundo e complexo, que é utilizado na campanha eleitoral do representante da extrema direita, Jair Bolsonaro, se apresentando como alternativa à política tradicional. Embora já houvesse discordâncias dos evangélicos pentecostais e neopentecostais com o governo petista, foi somente em 2018 que os pastores consolidaram a realização de discursos antipetistas nas igrejas, em apoio a Bolsonaro. Adicionalmente, as Forças Armadas, apoiadora de Bolsonaro, ganham credibilidade entre a população. Portanto, no contexto de crises econômica e política, de inclusão da população mais pobre por meio do consumo e de políticas de redistribuição de renda, a combinação dos discursos antissistema e de negação à política, que alimentam os discursos de ódio, com o apoio dos evangélicos e das Forças Armadas, tiveram como consequência a eleição de Jair Bolsonaro como presidente do Brasil<sup>5</sup> (SOLANO, 2019).

Este previsível desastre foi agravado pela pandemia do COVID-19, negada insistentemente por Jair Bolsonaro que, somente após muita pressão, liberou um auxílio emergencial à população.

---

<sup>4</sup> Foi incluída na citação a palavra ‘circunstanciais’ dado o processo de recuperação e eleição do Lula nas eleições presidenciais de 2022.

<sup>5</sup> O protestos ao redor do mundo classificados como espontâneos foram agregados ao termo “revoluções coloridas”, tendo em vista que resultaram em mudanças de regime, alinhado ao neoliberalismo, à democracia liberal e aos EUA na geopolítica, ou seja, estas formas de protestos são consideradas controversas pois são facilmente cooptadas e manipuladas pelo imperialismo e pela extrema-direita. Para saber mais, veja: SOUZA, M. M. de. Revoluções coloridas e o golpe no Brasil em 2016. Terra Livre, [S. l.], v. 2, n. 51, p. 16–53, 2019.; FERNANDES, R. M. da S. “COLOR REVOLUTIONS”: “stagings” to the cameras, hashtag joy, joy, from the “shadows” we strike democracy. Research, Society and Development, [S. l.], v. 11, n. 8, p. e39011831135, 2022.

A extrema direita, com sua proposta incivilizada, nos lembra que as forças democráticas nunca deveriam ter deixado de lado a disputa pelos simbolismos, os valores e as subjetividades, e pelas formas de entender e estar no mundo. Ela comunica com os valores da negação, com o medo, com o ódio, com a incapacidade de enxergar o outro como ser humano, com os fascismos do cotidiano (SOLANO, 2019: p. 26).

Conforme bem pontuado por Euzebios (2020), o conservadorismo não é o único problema contemporâneo, mas também a própria esquerda que prioriza a luta dentro dos aparelhos institucionais por meio de políticas públicas para gerar uma transformação social gradual. Entretanto, indaga se seria esta uma luta possível. Em contrapartida, é importante cautela em relação ao discurso de distanciamento das instituições parlamentares por serem consideradas ineficientes, já que estas instituições são fundamentais para a democracia e o repúdio a elas pode culminar na emergência de organizações que dizem representar a nova política mas que descartam as regras democráticas em sua atuação (PEREZ, 2019).

Diante do cenário de crise de representatividade, Ricci (2009) sugere que o projeto da esquerda para superá-la deve ter como objetivo a igualdade e justiça social por meio de democracia ampla e participação da população.

Contudo, o contexto atual é ainda pior. Vivemos um momento de aumento exponencial das desigualdades sociais e as instituições, mesmo que exauridas, estão ameaçadas pelo fascismo. Frente a estes fatos, Boaventura de Sousa Santos (2021) afirma que o momento atual é de lutas defensivas, ou seja, defender a democracia representativa do fascismo, sem perder o horizonte para as lutas ofensivas, devendo articular democracia representativa e democracia participativa. Para tanto, sugere o partido-movimento, que tem como base o combate a dois fundamentalismos: os partidos políticos sofrem do fundamentalismo anti-movimento social e os movimentos sociais sofrem do fundamentalismo anti-partido político. Deste modo, defende que a atuação deve se dar tanto por via institucional, quanto extra-institucional, um desafio que deve ser pacientemente construído.

### **1.3. Coletivos: origem e caracterização.**

Algumas pesquisas recentes sobre os coletivos têm situado sua origem no campo das artes, em um contexto muito anterior aos protestos dos “indignados”, (COIMBRA, MORAIS, 2020; MEDEIROS, DANTAS, 2020; VALIENGO, OLIVEIRA, 2020). Alan Moore (2002) demonstra a existência de coletivos, enquanto grupos de artistas, na história da arte desde pelo menos a Revolução Francesa, mas com emergência mais expressiva na Europa no pós

Segunda Guerra Mundial e na América Latina pós Revolução Cubana de 1959. No Brasil, é possível observar a existência de coletivos nos anos 70 e 80<sup>6</sup>, com um período de esvaziamento nos anos 80 e nova emergência em meados dos anos 90, aparentemente sem ligação com os predecessores (ROSAS, 2006). Para Albuquerque (2008), o evento Panorama da Arte Brasileira, de 2001, representa o momento em que o fenômeno dos coletivos começa a ganhar contornos, ao observar que críticos e curadores do evento enfatizaram o caráter político dos grupos presentes. Portanto, o termo não é novo, porém foi resgatado com “ressignificações de repertórios em um contexto estratégico-relacional situado” (MARQUES e MARX, 2020: p. 10).

“Foi porque a criatividade historicamente acumulada e estimulada no campo das artes extrapolou o campo artístico, dando vazão à inventividade humana e às aspirações do desejo por transformação, que as micropolíticas pós-68 tornaram-se criativas em um sentido mais proeminente a partir da década de 90” (MEDEIROS, DANTAS, 2020: p. 223)

Apesar da origem longínqua, os coletivos contemporâneos, situados no debate dos movimentos sociais, são herdeiros diretos dos movimentos de contestação ao neoliberalismo do final dos anos 1990, como o movimento altermundialista de 1999 em Seattle, EUA, e das manifestações contra as organizações multilaterais, mas quem estreou a literatura dos movimentos altermundialistas e do ciberativismo foram as revoltas zapatistas de 1994 no México. No Brasil, destacamos o Fórum Social Mundial (2001), o Movimento Passe-Livre (MPL, 2003) e a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (2005). Estes movimentos apresentaram como características comuns a estrutura organizacional horizontal com as tarefas revezadas e distribuídas em grupos, a ausência de uma liderança formal, e o uso das tecnologias digitais em suas práticas (THIBES et al, 2020). Tais características também são atribuídas aos coletivos, além de outros aspectos, como fluidez, fragmentação, espontaneidade e autonomia (GOHN et al, 2020; PEREZ, SOUZA, 2017; PEREZ, 2019).

Esta nova configuração social é reflexo do impacto da globalização e do processo de migração forçada sobre as identidades dos indivíduos. A identidade da pós-modernidade ou modernidade tardia nunca é unificada, é fragmentada, está sempre em processo de mudança e transformação, construída por meio de discursos, práticas e posições que não necessariamente são coerentes entre si. A identidade é formada por meio da diferença e é frequentemente desestabilizada pelo que excluiu (HALL, 2000). Deste modo, a articulação entre múltiplas identidades torna-se um processo de intersubjetividade que pode criar novos repertórios,

---

<sup>6</sup> Como exemplo, na cidade de Teresina, Piauí, há dois coletivos ligados a partidos, como extensão da luta partidária nas universidades, criados em 1960 e 1985 (PEREZ, SOUZA, 2017).

propostas, a serem incorporadas pela sociedade civil e política, atuando na criação de novas pautas para institucionalização. Com isso, observa-se o papel educativo dos movimentos sociais e ações coletivas, que representam parte da democracia (GOHN, 2016).

No intuito de aprofundar a discussão em torno das características atribuídas aos coletivos, utilizaremos dois eixos analítico-descritivos com base no conceito de repertório: estrutura organizacional e pautas e práticas de atuação.

### **1.3.1. Estrutura organizacional**

De modo geral, as características organizacionais destacadas pela literatura sobre os coletivos são as seguintes: menor nível de estruturação em relação a burocracia e institucionalidade, não possuem divisões internas, há uma menor divisão do trabalho e menor nível de formalidade. Tais características refletem um esforço em construir uma lógica organizacional com base no compartilhamento, no trabalho colaborativo, na autonomia da ação e na recusa de uma representação formal e delegação vertical, sem hierarquia e liderança em torno de um indivíduo, como uma experimentação de alternativa face à crise de representatividade e críticas em relação às estruturas rígidas, hierárquicas e centralizadoras atribuídas às instituições parlamentares, aos movimentos sociais e ONGs (MARQUES e MARX, 2020). Contudo, apesar de compartilharem estas críticas, as características citadas foram observadas somente nos coletivos de esquerda, enquanto os coletivos de direita mantêm sua estrutura organizacional de forma tradicional, associada a estrutura de uma empresa por seus membros (THIBES et al, 2020).

As características geralmente atribuídas aos coletivos referem-se à cultura de ação autonomista, que ganhou maior visibilidade a partir da atuação do MPL nos protestos de junho de 2013, mas que teria a origem de seu compartilhamento no Fórum Social Mundial (PLEYERS, 2018), do qual o MPL participou. Tatagiba e Galvão (2019) defendem que os grupos autonomistas emergiram principalmente pelos grupos dos indivíduos contemplados pela ampliação do acesso à escolarização, principalmente à superior, durante o governo do PT, e pelo acesso à Internet que causaram mudanças simbólicas e culturais, especialmente entre os jovens.

A cultura de ação autonomista é definida por Flávia de Faria por meio de cinco elementos: “autonomia, ação performativa e prefigurativa, busca da horizontalidade interna, participação como método de tomada de decisão e crítica às instituições” (FARIA, 2020: p.

38). Portanto, a cultura autonomista evidencia o confronto com a estrutura organizacional de partidos políticos e outras formas de mobilização, ou seja, com suas hierarquias internas.

Contudo, a ideia de que os coletivos são autônomos e de que os ideais anárquicos libertários estão presentes, e por isso recusam qualquer relação com o campo político parlamentar, não pode ser considerada uniforme entre os coletivos. Em sua pesquisa, Perez (2019) encontrou sete coletivos ligados diretamente a partidos políticos, entre os vinte e um coletivos entrevistados. Ainda assim, o discurso antipartidário mostrou-se presente nas entrevistas de alguns destes coletivos ao criticarem a hierarquia e centralização nas tomadas de decisões dos partidos. Deste modo, o discurso dos coletivos demonstra uma preocupação com o processo de tomada de decisões e sobre como incluir a população nos processos de decisões públicas, que remete à democracia direta grega, em que os cidadãos se reuniam em assembleias para debater e decidir sobre a polis (PEREZ, SOUZA, 2020).

A partir dos dados obtidos, a autora busca entender o que seria a autonomia e horizontalidade nos coletivos, mesmo naqueles ligados a partidos. Para Perez (2019), ao se referir a autonomia, os coletivos referem-se à independência em relação às estruturas tradicionais que concedem pouco espaço para a tomada de decisões que abranjam a todos. Por isso, mesmo vinculados a partidos políticos, os coletivos buscam se afastar do que consideram ultrapassado. Assim, a autonomia não pode ser lida como ausência de hierarquias, mas sim como a abertura de espaços para tomadas de decisão baseadas na horizontalidade. Deste modo, mesmo os coletivos vinculados a partidos com estrutura centralizada, buscam a horizontalidade em suas tomadas de decisões internas.

Contudo, em pesquisa com coletivos universitários, Perez e Souza (2020) notaram que metade dos coletivos tinham relação com partidos políticos, mas só foi possível descobri-las após perguntas diretas durante as entrevistas. Os autores acreditam que essa recusa a um possível dirigismo dos partidos está relacionada com a ideia de que é possível tomar decisões melhores e mais genuínas caso sejam independentes, assim, o distanciamento dos partidos políticos pressupõe neutralidade, retomando a ideia de independência como um aspecto positivo. Porém, é impossível ter neutralidade pois sempre há influências externas nas opiniões.

Já um problema em relação à estrutura horizontal apontado por um ex-integrante do MPL, refere-se a preocupação por tomada de decisões por consenso em reuniões que podem se tornar muito extensas, além de fazer o coletivo se voltar constantemente à suas questões internas, direcionando os esforços para seu interior ao invés da sociedade, reduzindo a



agilidade do coletivo nas atuações externas. Deste modo, a horizontalidade não demonstra ser uma resposta suficiente à crise de representatividade (THIBES et al, 2020).

Por também apresentarem contradições e conflitos, Flávia Faria (2020) sugere que deveríamos afirmar que os coletivos buscam a horizontalidade, e não que operam em total ausência de opressões. “Trata-se de uma ‘reflexividade desconstrutivista’ nas experiências cotidianas dos coletivos” (FARIA, 2020: p. 40).

Quanto à divisão de tarefas, cada membro do coletivo decide de forma voluntária as tarefas que irá realizar de acordo com suas habilidades e disponibilidade de tempo. Por reconhecer os limites desta prática, alguns coletivos adotam a estratégia de revezamento de membros para coordenar determinadas ações ou projetos. Deste modo, o membro responsável é autorizado a cobrar os demais para garantir a execução das tarefas e compartilhamento de informações (VALIENGO, OLIVEIRA, 2020).

Outro importante aspecto da organização dos coletivos refere-se a sua estrutura em redes possibilitada pelas tecnologias digitais da informação e comunicação (TDICs). Esta estrutura apresenta aspectos positivos e negativos. Para Castells (2013), a comunicação digital por meio da Internet, redes sociais e aplicativos foram fundamentais para que os grupos pudessem se organizar horizontalmente, sem a necessidade de lideranças e de ordens de cima para baixo. Neste sentido, o Whatsapp e Telegram apresentam-se como as principais ferramentas de comunicação entre os membros dos coletivos, porém, não deixam de problematizar a centralização no uso destas ferramentas. De acordo com alguns membros, a comunicação online gera ruídos na comunicação, podendo causar conflitos e disputas internas desnecessárias. Por isso, muitos coletivos dão preferência por encontros e reuniões presenciais para a construção de um trabalho colaborativo e com menos conflitos (VALIENGO, OLIVEIRA, 2020). A falta de contato pessoal já havia sido apontada como uma limitação do uso das TDICs em estudo realizado por Maia (2013).

Thibes et al (2020) destacam a dificuldade em saber a quantidade exata de integrantes devido a estrutura em redes. Esta característica é chamada de “organização em camadas” pelas autoras, que consiste em um núcleo duro com poucos indivíduos fixos e constantes com relações mais estreitas e frequentes, e em um nível mais amplo onde são integrados novos participantes ocasionais ou como parte de uma rede mais ampla, com relações mais fluidas e ocasionais, com atuação a depender dos projetos e necessidades. Esta forma organizacional permite mais flexibilidade e atuação dos membros em diferentes frentes. As autoras também observam alguns coletivos que se organizam como cooperativas, mais recorrente entre os coletivos culturais.

A questão da liderança não apresenta consenso (THIBES et al, 2020). Geralmente, organizações horizontais são automaticamente associadas à ausência de lideranças, como foi o caso dos estudos sobre os protestos de Junho de 2013 ao afirmarem que o MPL não reconhecia ou identificava uma liderança em sua organização. O mesmo aconteceu nas análises sobre as ocupações dos secundaristas (VALIENGO e OLIVEIRA, 2020). Entretanto, estudos mais recentes revelam a presença de “sujeitos proeminentes” nos coletivos, seja por exercerem alguma referência, seja por possuírem grande protagonismo na ação coletiva, correspondendo a uma liderança circunstancial. Este fato sugere que a questão central é a desconstrução discursiva de sentidos, ou seja, a ressignificação da liderança (MARQUES e MARX, 2020).

### **1.3.2. Pautas e práticas de atuação**

Ao pesquisar as pautas e práticas dos coletivos, Perez e Souza (2017) se depararam com sete tipos de coletivos: coletivos universitários, coletivos que discutem marcadores (feminismo, racismo, LGBTT) sem ligação com a universidade, coletivos vinculados a partidos políticos e/ou movimentos estudantis, coletivos que atuam com causas sociais, coletivos de artes, coletivos promotores de eventos e coletivos empresariais. Então, os dividiram em dois grupos. No primeiro grupo se encontram os coletivos com temáticas vinculadas às clivagens sociais, como questões de gênero, classe, raça, sexualidade, no segundo, encontram-se os coletivos vinculados ao campo das artes.

A diversidade de campos de atuação e pautas é uma constante nos estudos sobre os coletivos. Tais estudos demonstram a predominância de temas em torno das clivagens sociais, com atuação voltada à crítica social, desconstrução e/ou reconstrução de padrões socioculturais e projetos emancipatórios. Portanto, as pautas e ações dos coletivos demonstram centralidade no debate decolonial e na interseccionalidade das opressões, complementado por práticas de diversos repertórios, como ocupação de espaços públicos, produção de conteúdo e compartilhamento e divulgação de conhecimento, rodas de conversa, disputas jurídicas, diálogo direto ou indireto com política institucional, forçar o aparecimento de corpos dissidentes (PEREZ, SOUZA, 2017; MARQUES, MARX, 2020; FARIA, 2020; THIBES et al, 2020; VALIENGO, OLIVEIRA, 2020; COIMBRA, MORAIS, 2020; MONACO, 2020; MARTINS, 2020).

Devido ao caráter mais flexível e fluido dos coletivos, tanto em âmbito político quanto organizacional, suas pautas ganham maior abertura e descentralização. Geralmente, as pautas

dos coletivos são mais contextuais e articuladas com frequência, sem necessariamente se basearem em agenda ou projeto político mais estrutural para orientar atuação, o que não quer dizer que não tenham demandas e projetos políticos ou que suas ações sejam apenas momentâneas (MARQUES e MARX, 2020).

Entretanto, a luta pelo reconhecimento de identidades, a fluidez, a horizontalidade e o apartidarismo foram características atribuídas aos novos movimentos sociais por Melucci. Já os coletivos vinculados a partidos associam a luta de classes por meio da organização via partidos políticos, como orientado pela teoria marxista, além de compartilharem as características já mencionadas (PEREZ, SOUZA, 2017). Para Pleyers (2018), apesar de haver similaridades com os novos movimentos sociais, os movimentos contemporâneos acrescentam demandas econômicas e de redistribuição em uma combinação de reivindicações materialistas e pós-materialistas.

A Internet, mais especificamente as redes sociais e as novas tecnologias de comunicação, são os elementos inerentes aos coletivos, mas não se restringe a esta organização (VALIENGO, OLIVEIRA, 2020). A centralização no uso da comunicação digital como organizador das relações sociais está associada com o fenômeno macro de individualização e fragmentação estrutural, como sugerem Bennett e Segerberg (2012).

Alguns estudos partem da perspectiva de que as novas tecnologias de comunicação permitiram que os indivíduos compartilhem ideias comuns e organizem mobilizações sem o intermédio de organizações (CASTELLS, 2013), desta forma, não se trataria de uma ação coletiva, e sim de ação conectiva<sup>7</sup> (BENNETT e SEGERBERG, 2012). Contudo outros autores criticam tal ideia e defendem que a Internet e suas tecnologias se enquadram como um novo recurso para as estratégias de mobilização e ação das ações coletivas, não somente dos coletivos, como também de outras organizações como os movimentos sociais (MARQUES e MARX, 2020; VALIENGO e OLIVEIRA, 2020), além de enfatizar que o ambiente das redes não é isento de desigualdades de acesso e de relações de poder (THIBES et al, 2020). Desta forma, a grande novidade está na facilidade e no alcance de maior número de pessoas proporcionado pela Internet (MARQUES e MARX, 2020), indo além de uma ferramenta pois transforma a experiência ativista que acontece tanto online quanto nas ruas. Portanto, as análises devem considerar a articulação entre as ações online e nas ruas (PLEYERS, 2018).

Diante destes fatos, com exceção dos grupos no campo do ciberativismo que disputam o ambiente online, os coletivos utilizam as ferramentas proporcionadas pela Internet como

---

<sup>7</sup> A ação conectiva é uma das três tipologias da ação coletiva desenvolvida por Bennett e Segerberg (2012) e se refere à ação totalmente organizada pela rede.

suporte mais instrumental para comunicação interna, mobilização e divulgação de suas ações e de parceiros (VALIENGO, OLIVEIRA, 2020).

Outra dificuldade apresentada refere-se a comunicação e criação de identificação e laços com os grupos que os coletivos pretendem representar, problema derivado do fato da esquerda ter se distanciado do trabalho de base, se limitando ao Estado, seja nos partidos políticos, seja nas universidades. Neste caso, as redes apenas têm o potencial de estabelecer conexões por meio da identificação coletiva onde há pontos em comum capazes de serem conectados, do contrário, as redes são incapazes de gerar conexões (THIBES et al, 2020). Portanto, o alcance das redes não deve ser superestimado, o trabalho de base ainda deve ser feito com contato pessoal (MAIA, 2013).

### **1.3.3. Coletivos e o ativismo contemporâneo**

Para Pleyers (2018), o movimento zapatista de 1994 marcou o início de uma nova tipologia dos movimentos sociais, pois este e os movimentos posteriores não correspondem mais à tipologia dos velhos e novos movimentos sociais. Enquanto Gohn (2018) destaca a década de 2000 como marco do reconhecimento da diversidade de movimentos e ações coletivas, deixando de considerar somente a tipologia de novos movimentos sociais e movimentos sociais clássicos. Deste modo, o ativismo contemporâneo reivindica pautas clássicas e contemporâneas, une demandas socioeconômicas e culturais, enfatizando a interseccionalidade dos marcadores sociais de diferença, e acrescenta temas e meios de comunicação contemporâneos (PEREZ, SOUZA, 2017; PLEYERS, 2018). Portanto, o ativismo contemporâneo estaria situado entre as correntes anarquistas e a militância em organizações mais clássicas (PLEYERS, 2018), sendo que os anarquistas (ou autonomistas) da nova geração são formados “por ideias indigenistas, feministas, ecológicas e cultural-críticas”, mantendo os princípios anarquistas de descentralização, associação voluntária, ajuda mútua e rejeição da ideia de imposição de sua visão ideológica (GRAEBER, [20--]: p. 10).

Adicionalmente, neste mesmo período há uma grande repercussão das teorias decoloniais, evidenciando a colonialidade do poder, saber e ser, ou seja, as assimetrias étnicas, raciais, epistemológicas, de gênero. Deste modo, o trabalho colaborativo e horizontal, o compartilhamento de informações de poder dentro do grupo, as relações sociais sem hierarquias ou lideranças formais, demonstram ser uma ação de enfrentamento e tentativa de construção de outro modo de fazer política, mesmo quando vinculados a estruturas organizacionais que consideram hierárquicas. Assim, enfatizam o processo e as experiências

criadoras (FARIA, 2020). Estes espaços de experimentação são produzidos por meio de ações prefigurativas e performativas sustentadas pelo compromisso de ressignificação das relações de poder, tanto no grupo quanto em âmbito individual. Segundo Pleyers (2018):

O ativismo é então prefigurativo (nos atos concretos prefigura os elementos de um mundo melhor e mais democrático) e performativo (o objetivo não precede a ação, mas é concomitante a ela). Em vez de uma ruptura abrupta e radical, que corresponde à ideia clássica de revolução, a mudança social é concebida como um processo. O “outro mundo possível” não surgirá amanhã, depois da “grande noite”, mas começa aqui e agora, nestes cantos intersticiais da sociedade apropriados por ativistas e transformados em espaços alternativos e autônomos de experiência (PLEYERS, 2018: p. 50, tradução nossa)<sup>8</sup>.

Enquanto parte da literatura destaca o caráter circunstancial dos coletivos em contraste com os movimentos sociais, Marques e Marx (2020) defendem que as ações mobilizadas pelos coletivos não têm necessariamente a intenção de serem momentâneas. Para estes autores, trata-se, na verdade, de uma obediência em relação à lógica da mobilidade contemporânea, por isso, deve ser considerada a conjuntura política e as dinâmicas das inter-relações entre sociedade e institucionalidade.

Volatilidade, hipercomplexidade social, difusão de pautas e demandas, desagregação de grupos, pluralismos são as novas formas de sociabilidade e organização coletiva, incompatíveis com as clássicas estruturas representativas, muito mais rígidas, hierarquizadas e lentas (SOLANO, 2019: p. 5 e 6).

Deste modo, a caracterização dos coletivos está alinhada ao fenômeno mais amplo do ativismo contemporâneo (PLEYERS, 2018), sendo que a adesão ao termo coletivo parece estar vinculada ao sentido de novidade atribuída ao termo (PEREZ, SOUZA, 2017). Como observado por Perez e Souza (2017), alguns movimentos sociais consolidados têm se autodenominado de coletivos, além de algumas das principais tendências do PSOL também adotarem o termo para se autodenominarem. Assim, ao se autodenominar coletivo, o grupo se distancia de organizações que consideram burocráticas, hierárquicas e cheias de regras, ao menos no plano simbólico.

Em suma, há tantas divergências entre os coletivos que não é possível reuni-los sob um mesmo conjunto de características, ou seja, não é possível tratá-los como uma unidade. O que é possível captar é a diversidade deles, bem

---

<sup>8</sup> Tradução da autora. Original: “El activismo es entonces prefigurativo (prefigura en los actos concretos los elementos de un mundo mejor y más democrático) y performativo (el objetivo no precede a la acción, sino que le es concomitante). En vez de una ruptura abrupta y radical, que corresponde a la idea clásica de revolución, el cambio social se concibe como un proceso. El “otro mundo posible” no surgirá mañana, luego de la “gran noche”, sino que comienza aquí y ahora, en estos rincones intersticiales de la sociedad apropiados por los activistas y transformados en espacios de experiencia alternativos y autónomos.” (PLEYERS, 2018: p. 50)

como o distanciamento de uma forma de fazer política considerada hierárquica e pouco participativa, ainda que possam reproduzir tais lógicas. Adotar novos nomes é uma forma de mostrar que se trata de algo diferente, embora quando observado com mais cuidado é possível notar muitas semelhanças com práticas e formas de mobilizações conhecidas (PEREZ, SOUZA, 2017: p. 30).

Apesar das pautas e ações não serem inéditas, as mobilizações possibilitaram aos jovens participantes experimentarem a democracia por meio das práticas e experiências vividas. Deste modo, cada geração deve experimentar, ressignificar e, quem sabe, reinventar a democracia. Por isso, ao invés de focar na análise de inovações radicais ou simples repetições do passado, afinal o velho e o novo coexistem, a sociologia pode ser enriquecida ao analisar as experiências, os obstáculos, os significados atribuídos pelos atores sociais e sua evolução ao participar de ações com estas práticas (PLEYERS, 2018).

## 2. Bem Viver

Este capítulo apresenta uma revisão da literatura que engloba as origens, o conceito, as intenções e objetivos da proposta do Bem Viver com contribuições de autores como Alberto Acosta, Eduardo Gudynas, Aníbal Quijano, Ailton Krenak, Xavier Albó, Ana Maria Larrea e Francesca Belotti, a fim de se aproximar de uma conceituação do Bem Viver sem reduzir seu debate.

### 2.1. A origem da noção de Bem Viver

Apesar dos séculos de luta e resistência dos povos indígenas, foi somente com o avanço acelerado e cada vez mais evidente da crise climática que finalmente lhes foi direcionada a atenção ao associar seus conhecimentos e forma de organização social com a conservação ambiental, pois agora se trata da defesa das condições necessárias para a vida na Terra e observa-se uma relação muito mais harmoniosa desses povos com a Natureza, do que a praticada pelas sociedades ocidentais (QUIJANO, 2013).

A ascensão das propostas dos povos indígenas ocorreu simultaneamente em um momento de crise do “Estado-nação, oligárquico e de raiz colonial” e, graças a sua capacidade organizativa, emergem como sujeitos políticos, articulando com as lutas antineoliberais, com o ecologismo, feminismo e socialismo, dando início às ideias paradigmáticas do Bem Viver, que incluem questionamentos práticos e conceituais ao desenvolvimento e concepções de mundo não-ocidentais (ACOSTA, 2017). Portanto, tem como base a busca por novas formas de relação com a Natureza e a crítica ao paradigma desenvolvimentista com sua ideia de acúmulo material e crescimento econômico como indicativos de progresso.

Com o intuito principal de resgatar a comunhão entre a natureza e os seres humanos, buscou-se na língua e cultura de povos andinos e amazônicos expressões que representassem suas percepções sobre o mundo ou cosmovisão. Uma dessas expressões é o *sumak kawsay* do quechua no Equador e a outra é o *suma qamaña* do aymara na Bolívia. O *sumak* pode ser traduzido como ideal, belo, bom e *kawsay* refere-se à vida em harmonia com o universo e o ser humano. Já o *suma* pode ser traduzido como plenitude e *qamaña* refere-se à vida, ao conviver. Assim, foram traduzidas para o espanhol como “*Buen vivir*” e “*Vivir bien*”, respectivamente. No Brasil, é possível encontrar expressão similar no *ñande reko* dos guaranis, traduzido para o português como “Bem Viver” (ACOSTA, 2017; GUDYNAS, 2011). Krenak (2020) explica:

Os nossos parentes Quechua e Aymara têm, ambos, em suas línguas, com pequena diferença de expressão, uma palavra que é *Sumak Kawsai*. “O *Sumak Kawsai* é uma expressão que nomeia um modo de estar na Terra, um modo de estar no mundo. Esse modo de estar na Terra tem a ver com a cosmovisão constituída pela vida das pessoas e de todos os outros seres que compartilham o ar com a gente, que bebem água com a gente e que pisam nessa terra junto com a gente. Esses seres todos, essa constelação de seres, é que constituem uma cosmovisão.” (KRENAK, 2020: p. 6)

Entretanto, não se limita às comunidades indígenas, trata-se também de tudo que se refere à essência da filosofia de vida das populações originárias de cada território, sem excluir contribuições de outras comunidades que encontraram alternativas para sobreviver dentro do sistema dominante (ACOSTA, 2017).

[...]Seu ponto de partida são as distintas maneiras de ver a vida e sua relação com a Pacha Mama. Aceita como eixo aglutinador a relacionalidade e a complementaridade entre todos os seres vivos – humanos e não humanos. (ACOSTA, 2017: p. 74)

Segundo Acosta (2017), o Bem viver é uma primeira tentativa de englobar conceitos, experiências e práticas presentes nos Andes, na Amazônia e outros lugares do mundo visando novas formas de conceber o mundo e organizar a sociedade. Embora o Bem Viver não seja apresentado como uma noção definida, pois ainda está por ser construída e colocada em prática, respeitando-se as circunstâncias sociais e ambientais de cada região, existe bastante debate quanto a sua tradução e conceituação (ACOSTA, 2017). Esse debate será apresentado na seção a seguir.

## 2.2. O que é o Bem Viver

Autores como Acosta (2017) e Gudynas (2011) defendem que não há uma definição única ou fórmula pronta para o Bem Viver, mas sim que existe a necessidade de construção de um conceito plural, que vise respeitar e se adaptar ao contexto cultural e ambiental de cada região. Para eles, esse processo deve acontecer como uma transição, não uma ruptura.

Para melhor compreender o Bem Viver, a partir do seu debate, Gudynas (2011) sugere três formas de abordar a construção do seu conceito, por meio: das ideias, dos discursos e das práticas. As ideias englobam os questionamentos sobre desenvolvimento e a forma como concebemos o mundo e nos posicionamos nele. Os discursos validam essas ideias, uma vez que são formulados na direção contrária aos discursos que defendem o acúmulo material e o crescimento econômico como indicativos de bem-estar. Por fim, as práticas referem-se às



ações concretas como planos e projetos governamentais que apresentam alternativas ao desenvolvimento, negando e criticando radicalmente o conceito convencional de desenvolvimento (GUDYNAS, 2011). Essas práticas não visam a busca de desenvolvimentos alternativos, em que não se questiona o desenvolvimento em si, mas repensam a capacidade planetária de abarcar o desenvolvimento, acompanhado de seu acúmulo material e crescimento econômico infinitos como prática.

Praticar essas ideias e discursos é o maior desafio para a construção do Bem Viver, já que vão contra tradições e pensamentos hegemônicos que dominam o mundo há mais de quinhentos anos com o nascimento da modernidade (ACOSTA, 2017; GUDYNAS, 2011). É justamente o pensamento dominante da globalização capitalista que tende a nos fazer acreditar ser impossível outra forma de economia que não tenha como principal objetivo o crescimento econômico, sendo assim qualquer cosmovisão diferente da ocidental inevitavelmente causará conflitos e rupturas (ACOSTA, 2017). Por isso, é importante ressaltar que a organização social e econômica são resultado de construções sociais, portanto reorganizar nossa estrutura social e econômica torna-se possível a partir do momento que transitamos do rompimento com a racionalidade dominante rumo a construção de uma nova forma de pensar e conceber o mundo que exijam práticas condizentes. Acosta (2017) explica por meio do exemplo dos mercados:

O mercado não é um produto de geração espontânea, como afirma a teologia liberal. O mercado é uma construção social, que responde a demandas concretas de cada época histórica. O mercado jamais existiu enquanto ordem espontânea de uma categoria mítica [...] (ACOSTA, 2017: p. 183).

No clássico “Manifesto comunista”, escrito por Karl Marx e Friedrich Engels com a intenção de explicar o que é o comunismo e rebater as críticas, os autores defendem que a produção intelectual se transforma com a produção material e argumentam:

Será preciso grande inteligência para compreender que, ao mudarem as relações de vida dos homens, as suas relações sociais, a sua existência social, mudam também as suas representações, as suas concepções e conceitos; numa palavra, muda a sua consciência?

Que demonstra a história das ideias senão que a produção intelectual se transforma com a produção material? As ideias dominantes de uma época sempre foram as ideias da classe dominante.

Quando se fala de ideias que revolucionaram uma sociedade inteira, isto quer dizer que no seio da velha sociedade se formaram os elementos de uma sociedade nova e que a dissolução das velhas ideias acompanha a dissolução das antigas condições de existência (MARX, ENGELS, 1998: p. 56 e 57)

Como exemplos principais de práticas do Bem Viver, o Equador e a Bolívia destacam-se por incluírem menções sobre o Bem Viver em suas Constituições de 2008 e 2009,

respectivamente, mérito dos movimentos sociais e participação indígena na política. Na Constituição equatoriana, a Natureza é reconhecida como sujeito de direitos, igualando-se aos seres humanos. Já a Constituição boliviana apenas menciona a proteção ambiental. Entretanto, em seu art. 355 menciona que os recursos naturais poderão ser usados para fins industriais e econômicos, contradizendo-se com o objetivo de proteção ambiental e aos questionamentos em relação ao desenvolvimento convencional: “industrialização e comercialização dos recursos naturais será prioridade do Estado (art. 355)”<sup>9</sup> (GUDYNAS, 2011: p.05, tradução nossa). Portanto, ainda não é possível notar mudanças estruturais mais palpáveis que sejam capazes de superar o atual sistema. Os exemplos das Constituições equatoriana e boliviana demonstram que as práticas ainda se encontram no nível das ideias e dos discursos, compreendendo as Constituições desses países como ideias atualizadas em discursos ainda conflitantes com as práticas.

Nas palavras de Albó (2009), ao refletir sobre a expressão aymara *suma quamaña* traduzida por *Vivir Bien* e incluída na Constituição boliviana de 2009:

Estamos, portanto, diante de uma expressão sintética que vem a ser uma forma mais "inculturada" de expressar a nova utopia do país. Mas toda a tarefa de esvaziá-la em termos mais operacionais continua pela frente para que na prática nos aproximemos de uma sociedade em que realmente convivamos bem entre todos nós e também com a Mãe Terra que nos abriga a todos<sup>10</sup> (ALBO, 2009: p. 11, tradução nossa).

Acosta (2017) adota outra forma de abordagem sobre o Bem Viver. Segundo ele, o debate conceitual sobre o Bem Viver está no campo teórico, com alguns avanços significativos no campo político com as Constituições do Equador e da Bolívia e com avanços práticos restritos aos povos indígenas. Mesmo nessa perspectiva, notamos que o maior desafio é a prática do Bem Viver, principalmente em sociedades com grande influência ocidental.

Dessa forma, consideramos o Bem Viver como uma formalização de mudança de paradigma por meio de sua inclusão na Constituição dos dois países, portanto trata-se de um modelo alternativo não inédito para tentar superar os fracassos do modelo dominante (BELOTTI, 2014).

Com base no exposto, é possível afirmar que o Bem Viver emerge para repensar conceitos, a forma como nos posicionamos no mundo e concebemos a Natureza, sendo esse

<sup>9</sup> Tradução da autora. Expressão original: “industrialización y comercialización de los recursos naturales será prioridad del Estado (art. 355)” em Gudynas, 2011: p.05.

<sup>10</sup> Tradução da autora. Expressão original: “Estamos pues ante una expresión sintética que viene a ser una manera más “inculturada” de expresar la nueva utopía de país. Pero queda por delante toda la tarea de vaciarla además en términos más operativos para que en la práctica sí nos vayamos acercando a una sociedad en realmente convivamos bien entre todos nosotros y también con la Madre Tierra que a todos nos cobija” em Albó, 2009: p. 11.

último o ponto fundamental. Além disso, possui como tema central a crítica ao desenvolvimento, sendo abordada a partir de diferentes frentes. Um conjunto de críticas enfatiza as consequências negativas do desenvolvimento, outro conjunto foca na consideração de acúmulo material como único sinal de bem-estar, enquanto outro foca nas mentiras do economicismo convencional com sua crença no progresso e na evolução linear da história. Ainda há o conjunto de críticas ao antropocentrismo, em que tudo é avaliado de acordo com os benefícios oferecidos aos seres humanos, e outro que aponta para a perda dos aspectos afetivos, sendo evidente as contribuições dos saberes dos povos originários nesse quesito. Com isso, nota-se que as mudanças necessárias são muito mais profundas do que apenas ajustes e correções no sistema atual (GUDYNAS, 2011).

Ainda que seja possível encontrar seu tema e crítica centrais, o conceito de Bem Viver gera muitos debates sobre sua tradução e interpretação. “Às vezes as traduções são traiçoeiras: *traduttore traditore*, dizem os italianos”<sup>11</sup>, lembra Albó (2009: p. 01, tradução nossa) ao apontar que “Bem Viver”, ao ser traduzido da expressão aymara *suma qamaña*, pode não abarcar toda a dimensão contida na ideia original, uma vez que não se considera a língua, cultura e contexto na qual a expressão original está inserida. Por isso, sugere que “boa convivência”<sup>12</sup> seria uma tradução mais fiel à expressão aymara, visto que *qamaña* não se limita a “estar vivo”, e sim à convivência social e ecológica, ou seja, “todo esse conjunto de relações sociais em um ambiente acolhedor”<sup>13</sup> (ALBÓ, 2009: p. 02, tradução nossa) e *suma* traria o sentido de plenitude, enfatizando que não deve ser entendido como “viver melhor” pois “melhor” se daria à custa de outros. Para resumir, o autor cita um comentário de um aymara: “É que *suma qamaña* não é realmente ‘vivir bien’, mas ‘saber conviver e apoiar uns aos outros’”<sup>14</sup> (ALBÓ, 2009: p. 3, tradução nossa) e acrescenta haver algo de utopia nos relatos e explicações sobre o cotidiano aymara mas, ainda assim, possuem características que nos revelam uma lógica mais comunitária de organização social.

Além dessas discussões quanto a fidelidade da tradução das expressões aymara, quéchua e guarani para o espanhol e português, dentro da cultura ocidental e do contexto da modernidade, observa-se que muitas vezes o Vivir bien, Buen vivir e Bem Viver são associados ao “bem-estar ocidental” que relaciona acúmulo material e crescimento econômico

<sup>11</sup> Tradução da autora. Expressão original: “As veces las traducciones son traicioneras: traduttore traditore, dicen los italianos” em Albó, 2009: p. 01.

<sup>12</sup> Tradução da autora. Expressão original: “buen convivir” em Albó, 2009.

<sup>13</sup> Tradução da autora. Expressão original: “todo este conjunto de relaciones sociales con un ambiente de acogida” em Albó, 2009: p. 02.

<sup>14</sup> Tradução da autora. Expressão original: “Es que suma qamaña en realidad no es ‘vivir bien’ sino ‘el saber convivir y apoyarnos los unos a los otros’” em Albó, 2009: p. 03.

à qualidade de vida (ACOSTA, 2017). Por trazer em seu cerne a crítica a cultura dominante, o principal cuidado está em não utilizar expressões de concepções ocidentais para interpretar o Bem Viver (GUDYNAS, 2011).

Acosta (2017) acrescenta haver propostas que visam distinguir o Buen Vivir do *sumak kawsay* por notarem que o Buen Vivir do governo equatoriano se distancia do *sumak kawsay*, mas acredita que simplificar o Buen Vivir como desenvolvimentista e o *sumak kawsay* como indígena não contribui para o debate pois elimina-se a pluralidade original e as diversas críticas à modernidade.

Em síntese, o desrespeito à diversidade frearia a verdadeira riqueza de propostas múltiplas, nascidas a partir de diferentes realidades, e que nos obrigam a falar em “bons conviveres” (ACOSTA, 2017: p. 94).

Apesar das diversas críticas quanto a fidelidade da tradução das expressões quechua e aymara, Gudynas (2011) percebe um aspecto positivo nas posições críticas daqueles que afirmam que o Bem Viver se trata de uma inovação cultural pelo fato das expressões que lhe deram origem não fazerem parte do vocabulário cotidiano da população indígena. Para este autor, a principal intenção das discussões acerca do Bem Viver é abrir novos caminhos para o futuro e não apenas voltar ao passado. Além disso, observa que a comunhão entre Natureza e seres humanos pode ser encontrada em outras culturas e que a crítica ao desenvolvimento e ao modo de vida ocidental está presente também no pensamento ocidental, sendo o ambientalismo biocêntrico e a ecologia profunda alguns exemplos.

Portanto, o Bem Viver não se limita ao saber indígena e nem se deve homogeneizar “indígena”, já que existem diferentes etnias dentro dessa mesma categoria. Assim, as diferentes expressões traduzidas como Bem Viver não devem ser igualadas entre si, elas se complementam e convergem umas com as outras (GUDYNAS, 2011).

Além disso, o Bem Viver pode ser observado dentro do pensamento ocidental “como os ecologistas, as feministas, os cooperativistas, os marxistas e os humanistas” (ACOSTA, 2017: p. 34), também em outras culturas em diferentes partes do mundo, como “o *ubuntu*, na África do Sul, e o *svadeshi*, *swaraj* e *apargrama*, na Índia” (ACOSTA, 2017: p. 84), ou mesmo entre os seringueiros ou castanheiros da Amazônia e os habitantes das favelas (GUDYNAS, 2011). Sendo assim, deve haver diálogo entre os pensamentos dessas diferentes culturas. Adicionalmente, os povos indígenas têm um projeto coletivo futuro que não é excludente aos demais grupos marginalizados já que reconhecem suas contribuições. Acosta (2017) sintetiza:

Quando falamos do Bem Viver, propomos, primeiramente, uma reconstrução utópica do futuro a partir da visão andina e amazônica. No entanto, esta aproximação não pode ser excludente ou produzir visões dogmáticas. Deve complementar-se e ampliar-se, necessariamente, incorporando outros discursos e outras propostas provenientes de diversas regiões do planeta espiritualmente aparentadas em sua luta por uma transformação civilizatória (ACOSTA, 2017: p. 66).

Contudo, não deixa de ser válido o questionamento quanto a possibilidade de concretização do Bem Viver visto que se trata da tradução de conceitos ancestrais por conceitos liberais (como por exemplo, justiça social, liberdade e igualdade), ou seja, pertencentes a contextos ideológicos muito distintos (BELOTTI, 2013).

Todo o debate em torno da tradução do Bem Viver pode ser explicado com o que Boaventura de Sousa Santos (2007) classificou como “tradução intercultural”. As diversas expressões mencionadas derivam de linguagens diferentes que possuem diferentes categorias e universos simbólicos, mas que não impedem o diálogo entre essas diferentes cosmovisões. Para exemplificar, ao questionar a possibilidade de diálogo entre filosofia africana e filosofia ocidental, o autor cita o filósofo Kwasi Wiredu que explica que na língua *akan*, do seu grupo étnico, não é possível traduzir a expressão cartesiana “*Cogito, ergo sum*” por não haver palavras na sua língua capazes de expressar tal ideia, mas isso não impede que a relação entre as filosofias ocidental e africana aconteça. Nesse sentido, Wiredu defende ser possível criar argumentos autônomos tanto para explicar porque a filosofia africana não pode exprimir *cogito*, como também para demonstrar ideias presentes na filosofia africana e ausentes na filosofia ocidental.

Desta forma, Gudynas (2011) defende que o Bem Viver é um conceito plural e propõe que retomar apenas conceitos de povos originários não seria factível, mas a factibilidade estaria na possibilidade encontrar pontos em comum entre as diversas expressões representadas pelo Bem Viver.

Por trazer como proposta a existência de diversas culturas e a ruptura da hegemonia da cultura ocidental, o Bem Viver se aproxima da interculturalidade, visto que:

É necessário que o Bem Viver se construa sob um processo duplo: por um lado descolonizar o conhecimento para abandonar a superioridade ocidental, e por outro lado respeitar a diversidade de outras culturas, sem hierarquias de umas sobre as outras (GUDYNAS, 2011: p.12, tradução nossa).<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> Tradução da autora. Expressão original: “Es necesario que el Buen Vivir se construya bajo un proceso doble: por un lado descolonizar los saberes para abandonar la superioridad occidental, y por otro lado respetar la diversidad de las demás culturas, sin jerarquías de una sobre otra.” em Gudynas, 2011: p.12.

Sendo assim, o debate em torno do Bem Viver pode ser considerado dentro do campo da ontologia. Gudynas (2011) resgata a explicação do antropólogo argentino Mario Blaser, que diz que a ontologia é desenvolvida a partir das práticas e interações dos seres humanos entre si e desses com seres não-humanos, não sendo práticas preestabelecidas, podendo ser interpretada como o entendimento que fazemos do nosso entorno. Com isso, Gudynas afirma que o desenvolvimento convencional pode ser considerado parte da ontologia da modernidade, com sua separação entre seres humanos e natureza, linearidade histórica e homogeneidade entre as diferentes nações. Neste caso, o Bem Viver abre a possibilidade de conceber a existência de diferentes ontologias. O autor considera mais pertinente dar maior atenção às ontologias que enxergam relações ampliadas, em que seres humanos, não-humanos e não vivos se relacionam, ou seja, uma ontologia contrária à concepção dualista do pensamento ocidental que separa seres humanos da Natureza.

Nesse plano aparecem as ontologias dos diferentes povos indígenas, enquanto alguns de nós que vêm de herança ocidental, "entendem" ou "sentem" que o projeto da Modernidade se esgotou, e chegamos a um ponto crítico que permite "ver" essas outras ontologias, não necessariamente compreendê-las em toda a sua complexidade, mas ao menos observar suas manifestações, reconhecê-las como alternativas válidas e respeitáveis, inspirar-se nelas e reapropriar-se delas para transformar nossas próprias visões de mundo (GUDYNAS, 2011: p.14, tradução nossa).<sup>16</sup>

Nesse sentido, Gudynas (2011) defende que o Bem Viver seria uma plataforma para “ver o mundo”, que não possui fórmula pronta, em que as diferentes ontologias possuem alguns pontos em comum, possibilitando construir alternativas ao desenvolvimento através da interculturalidade. As convergências consideradas mais importantes pelo autor são:

- › Outra ética para reconhecer e atribuir valores, valorizando espiritualidade e o não-humano: ao assumir a Natureza como sujeito de valor, distancia-se do pensamento dominante de que tudo é objeto de valor do ponto de vista antropocêntrico e da ideia de que tudo pode ser convertido em mercadoria. Assim, identificam-se valores intrínsecos no não-humano;
- › Descolonização de saberes: reconhecer e respeitar as diversas formas de saberes, rompendo com a ideia de que existe um saber privilegiado;

<sup>16</sup> Tradução da autora. Expressão original: “En ese plano aparecen las ontologías de los distintos pueblos indígenas, mientras que algunos de los que venimos de la herencia occidental, “comprendemos” o “sentimos” que el proyecto de la Modernidad se ha agotado, y hemos alcanzado un punto crítico que permite “ver” esas otras ontologías, no necesariamente entenderlas en toda su complejidad, pero al menos observar sus manifestaciones, reconocerlas como alternativas válidas y respetables, inspirarse en ellas y reapropiarlas para transformar nuestras propias cosmovisiones.” em Gudynas, 2011: p.14.

- › Abandono da postura materialista e racionalidade de manipulação e dominação: romper com a ideia de que tudo, seres humanos e Natureza, pode ser manipulado e dominado para atender aos nossos interesses;
- › Interação e diálogo entre distintas formas de saber: nenhum saber deve ter a pretensão de ser hegemônico, mesmo qualquer versão do Bem Viver. Os diferentes saberes devem articular no plano intercultural, inclusive posturas críticas à modernidade dentro do próprio pensamento ocidental;
- › Concepções alternativas de Natureza: propostas de alternativas ao desenvolvimento devem reconceitualizar a Natureza, deixando de entendê-la como objeto que pode ser manipulado e dominado pelos seres humanos, ou seja, requer abandonar a ideia de separação entre seres humanos e Natureza e passar a entender a nós mesmos como parte da Natureza;
- › Comunidades ampliadas: as comunidades incorporam o não humano, podendo ser outros seres, elementos do ambiente ou espíritos;
- › Lugar para as vivências e os afetos: apesar de considerar a base material, não se limita a ela. Valoriza também os afetos e experiências de alegria, tristeza, rebeldia e compaixão.

A partir dessas convergências, nos aproximamos de uma definição capaz de abarcar as diversas expressões representadas pelo Bem Viver.

Entretanto, o Bem Viver não se limita a uma proposta de superação da separação entre seres humanos e Natureza e alternativa ao desenvolvimento. Especialmente na América Latina, por ser constituído pelas experiências e conhecimentos das comunidades indígenas, povos originários e marginalizados desde o período da conquista Europeia, berço da modernidade, o Bem Viver também se trata de “parte de um processo sustentado no princípio de continuidade histórica” (ACOSTA, 2017: p. 73).

### **2.2.1. Descolonizar e resgatar saberes ignorados**

O processo de inviabilização das populações não-ocidentais iniciada com a colonização das Américas resultou em um grande desperdício de saberes e experiências sociais. A falta de interesse em estudar e entender essas sociedades levou a suposições equivocadas que constituem a base da organização econômica atual. Esse entendimento foi demonstrado por Polanyi (2000) ao estudar a economia de mercado e observar que antes do

capitalismo, nenhum sistema econômico era controlado especialmente por mercados pretensamente auto-regulados. O mercado também existia em outras épocas, mas não era o aspecto central da economia e da sociedade. Portanto, o autor argumenta que a teoria de Adam Smith se baseou em um entendimento errado dos povos “primitivos” ao assumir que o ser humano tem uma propensão natural por barganhar e desconsiderar que o sistema econômico é submerso<sup>17</sup> nas relações sociais.

Nesse sentido, Santos (2007) argumenta que a construção de um novo pensamento requer “aprender com o Sul” uma epistemologia do Sul, por meio da “ecologia de saberes” ao confrontar a monocultura da ciência moderna com a pluralidade de conhecimentos heterogêneos que devem dialogar entre si de modo a manter sua autonomia. Para tanto, o primeiro passo é o reconhecimento da existência do pensamento colonial até os dias de hoje.

Apesar de toda a crítica ao paradigma ocidental ser imprescindível, a solução não virá da negação de suas categorias, nem da negação da ideia europeia de totalidade no conhecimento. Na verdade, o caminho é a libertação da produção do conhecimento da racionalidade/modernidade europeia, reconhecendo a heterogeneidade de toda a realidade ao aceitar a totalidade social com suas diversas e heterogêneas histórias, já que não são as diferenças que fundamentam a dominação. O que deve ser exterminado é a colonialidade do poder mundial (QUIJANO, 1992).

A importância de compreender todo o processo histórico e formação da modernidade e do capitalismo é justificada por Quijano (2013):

A América Latina e população “indígena” ocupam, pois, um lugar basal, fundante, na constituição e na história da “Colonialidade” de Poder. Daí, seu atual lugar e papel na subversão epistêmica/teórica/histórica/estética/ética/política deste padrão de poder em crise, implicada nas propostas de Des/Colonialidade” Global do Poder e do Bem Viver como uma existência social alternativa (QUIJANO, 2013: p.10).

Dessa forma, Martin-Baró (2006) ressalta três pontos que precisam ser colocados em prática urgentemente: 1) a recuperação da memória histórica latino-americana; 2) a desideologização do sentido comum e da experiência cotidiana; 3) e a potencialização das virtudes populares. Os dois primeiros pontos são extremamente necessários para pôr fim ao discurso dominante que insinua uma realidade enganosamente natural e a-histórica que conduz a população ao conformismo, muito conveniente para manter as estruturas de poder vigentes. Portanto, ao resgatar a história original, é possível formalizar a consciência da

<sup>17</sup> Conceito original: embeddedness. Destacamos o conceito original devido aos diversos usos e desdobramentos teóricos em torno desse conceito.



própria realidade. O terceiro ponto é necessário para lembrar a maioria popular de sua capacidade de entrega pelo bem coletivo e de transformar o mundo, características ainda vivas nas tradições populares, mesmo depois de tanta opressão (MARTÍN-BARÓ, 2006). Apesar de argumentar especificamente sobre a área da psicologia latino-americana, Martin-Baró abre caminho para entendermos a importância das cosmovisões e percepções de mundo das populações formadoras da América Latina, aspecto muito significativo e representativo para o debate em torno da colonialidade e do Bem Viver. Ainda no campo da psicologia, Nuñez argumenta:

Se do ponto de vista da clínica, compreendemos que a escuta da trajetória de vida importa para melhor acolhermos o sofrimento psíquico, por que por vezes não estendemos esse cuidado à trajetória psicossocial sobre a qual nosso país se construiu? (NUÑEZ, 2006: p.8).

Nesse sentido, destacamos que o debate em torno do Bem Viver não tem a intenção de voltar a um passado utópico, afinal, a colaboração de alguns indígenas com os europeus foi um dos fatores que possibilitou a colonização. Portanto, a história deve ser conhecida e contada como realmente aconteceu para não romantizar ou idealizar as comunidades indígenas (ACOSTA, 2017). Ao descrever e analisar os povos aymaras, Albó (2009) afirma:

Mas também não esqueçamos que essas comunidades aimarás não são utopias realizadas. Eles são diferentes, conflitantes e dialéticos como todos os humanos. Todo aquele sonho de uma convivência plena está sempre em conflito com outras realidades cotidianas mais prosaicas, cheias de fofocas e inveja e às vezes até violentas<sup>18</sup> (ALBÓ, 2009: p. 07, tradução nossa).

Apesar disso, a importância do Bem Viver está em nos lembrar que o território latino americano é composto por experiências e vivências comunitárias de populações que não possuem os conceitos de desenvolvimento e progresso em seu cotidiano, não entendem a vida como um processo linear e concebem a si mesmos como uma comunidade de seres vivos que compõem a Natureza (ACOSTA, 2017). Nos estudos de Larrea (2010) sobre os povos andinos quéchua, a autora relata que na cosmovisão desses povos o conceito de desenvolvimento não existe porque concebem o futuro como algo que ficou para trás, que não conhecemos ou podemos visualizar, e o passado como algo à frente, possível de visualizar e que nos constitui, juntamente com nossos antepassados, nossa comunidade e a Natureza.

---

<sup>18</sup> Tradução da autora. Expressão original: Pero no olvidemos tampoco que estas comunidades aymaras tampoco son la utopía hecha realidad. Son distintos, conflictivos y dialéticos como todos los humanos. Todo ese sueño de una plena convivencia sigue siempre en pugna con otras realidades cotidianas más prosaicas, llenas de chismes y envidias y a veces incluso violentas.

Todos os mundos estão conectados, pertencendo à totalidade, sendo assim, o tempo é concebido como um processo espiralar, e não linear. O ser humano também é entendido como um sujeito coletivo, em que “a totalidade se expressa em cada ser e cada ser na totalidade<sup>19</sup>” (LARREA, 2010: p. 20, tradução nossa). Essa cosmovisão permite pensar a vida como um processo espiralar, sem considerar que o futuro deve ser um melhoramento do passado ou romantizar o passado, e sim pensá-la como um processo de constante transformação de acordo com a realidade material apresentada no presente, nem melhor, nem pior que o passado, apenas uma adaptação com base no contexto presente.

Dessa forma, Acosta (2017) conclui que:

A real contribuição do Bem Viver está na criação de possibilidades de diálogo, abrindo as portas a um enorme mapa de reflexões destinado a subverter a ordem conceitual imperante. Uma de suas maiores contribuições poderia estar na construção coletiva de pontes entre os conhecimentos ancestrais e modernos, assumindo, a todo instante, que a construção de conhecimento é fruto de um processo social. Para obtê-lo, nada melhor que um debate franco e respeitoso. Debate que ainda precisa ser realizado (ACOSTA, 2017: p. 239).

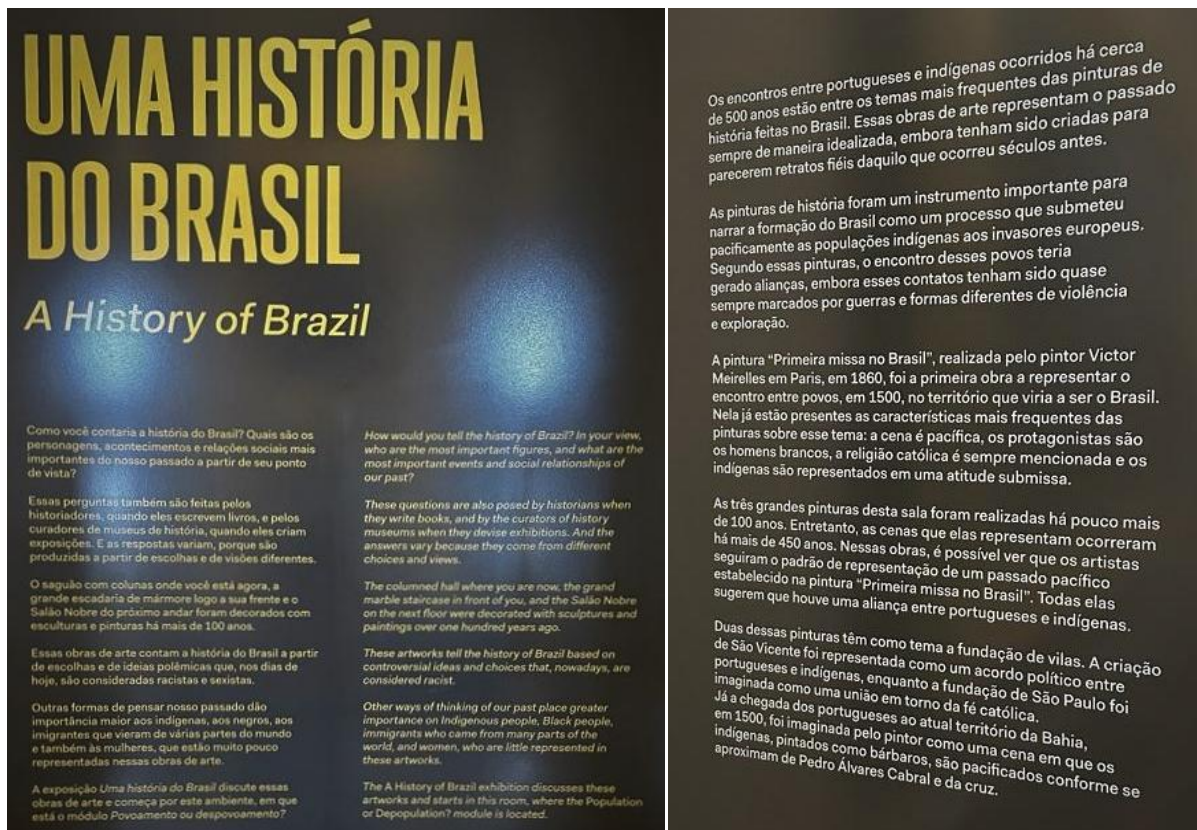
Portanto, o Bem Viver está de acordo com a proposta de construção de um novo pensamento por se inspirar na cosmovisão e organização social de povos ocultados pelo pensamento hegemônico por mais de quinhentos anos e promover o diálogo entre saberes (SANTOS, 2007). Sendo assim, entendemos a ruptura com a racionalidade hegemônica de domínio e antropocêntrica como o ponto de intersecção entre os diversos aspectos presentes na expressão do Bem Viver, reforçando a urgência em descolonizar o imaginário.

Neste sentido, o campo cultural e das artes são algumas das ferramentas utilizadas para a construção do imaginário social. Contudo, recentemente estes campos têm se mostrado como aliados para a recuperação da memória histórica latino-americana. A recém inaugurada e renovada exposição do Museu do Ipiranga em São Paulo retrata como o imaginário brasileiro sobre a formação do país foi construído com base em pinturas e esculturas produzidas séculos depois dos eventos retratados e difundidas não apenas nos museus como também por meio dos livros escolares. Tais representações dão um tom heróico aos colonizadores e passivo aos povos indígenas. Uma hipótese é a de que estas novas interpretações são resultado da repercussão das teorias decoloniais.

---

<sup>19</sup> Tradução da autora. Expressão original: “La totalidad se expresa en cada ser y cada ser en la totalidad” em Larrea, 2010: p.20.

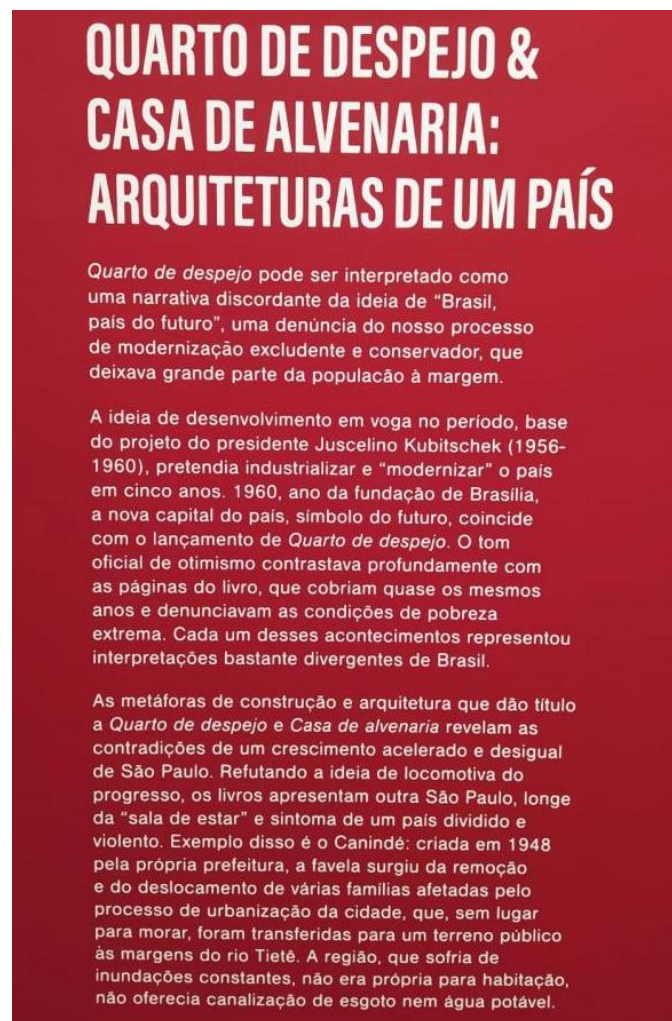
Figura 1 - Nova exposição do Museu do Ipiranga em São Paulo - arte como ferramenta para a construção do imaginário social.



Fonte: Belei (2022).

Já a exposição “Carolina Maria de Jesus: Um Brasil para os brasileiros”, ocorrida no Instituto Moreira Salles (IMS) na capital de São Paulo entre setembro de 2021 e abril de 2022, retrata a trajetória e obra de Carolina Maria de Jesus, mulher negra moradora da favela do Canindé, localizada na zona norte da capital de São Paulo, que ficou mundialmente conhecida com a publicação de seu livro “Quarto de despejo” em agosto de 1960 (IMS, 2022). O livro contradiz o discurso político otimista da época, ao descrever uma realidade de extrema pobreza vivida pela autora no mesmo período. Deste modo, seu livro mostra o ponto de vista e realidade de populações invisibilizadas.

Figura 2 - A arte como instrumento que contradiz o discurso desenvolvimentista: exposição “Carolina Maria de Jesus: Um Brasil para os brasileiros”



Fonte: Belei (2021).

### 2.3. Relação Cultura versus Natureza

Historicamente, a humanidade sempre lutou para sobreviver e, para tanto, buscou variadas maneiras de analisar e entender o funcionamento da Natureza. Entretanto, essa luta transformou-se em uma ânsia por dominar, controlar e possuir a Natureza. Sendo assim, o problema não está em pesquisar a Natureza e sim na separação entre Humanidade e Natureza e, posteriormente, com o capitalismo e o desejo por acúmulo material, utilizá-la como fonte de recursos inesgotáveis (ACOSTA, 2017).

A recuperação da comunhão entre os seres humanos e a Natureza é o aspecto principal da proposta do Bem Viver, inspirada na cosmovisão dos povos indígenas que ganharam atenção principalmente pelo agravamento da crise climática e pela percepção de que essas populações possuem relação mais harmoniosa com a Natureza do que em sociedades

ocidentais (ACOSTA, 2017; QUIJANO, 2013). Dessa forma, romper com a concepção ocidental da Natureza requer:

[...] aceitar que a Natureza – enquanto construção social, ou seja, enquanto conceito elaborado pelos seres humanos – deve ser reinterpretada e revisada totalmente se não quisermos colocar em risco a existência do próprio ser humano. Para começar qualquer reflexão, devemos aceitar que a Humanidade não está fora da Natureza e que a Natureza tem limites biofísicos (ACOSTA, 2017: p. 104).

Na cosmovisão das populações indígenas, a comunhão dos seres humanos com a Natureza é o elemento central para organização dessas comunidades. Ailton Krenak (2020), uma das mais conhecidas lideranças indígena brasileira, descreve que na cosmovisão do povo Krenak, o rio Doce se chama Watu e é o avô dos Krenak, com quem conversam e cantam, e, portanto, é considerado um ser vivo, assim como a montanha Takukrak e tudo que os rodeia. Por serem seres vivos, também ficam tristes, felizes, bravos, e o sentimento reflete nas pessoas da comunidade. Além disso, relata que a conexão entre o Watu e pessoas da aldeia é tão forte que algumas sonharam com o espírito do rio reclamando que sofria violência e outras adoeceram antes mesmo da lama derramada pelo rompimento da barragem de Mariana chegar ao Watu.

Esse relato demonstra o contraste da concepção de Natureza entre o pensamento ocidental e a cosmovisão indígena. Nesse caso, uma mineradora pode ser vista pela comunidade indígena como matando a Natureza, mas para os ocidentais é vista como algo positivo, como sinônimo de desenvolvimento.

Dessa forma, demonstra-se um dos elementos chave do Bem Viver: a integridade, no sentido de que a vida é concebida como um todo indivisível, ou seja, fazer mal e prejudicar a Natureza é sinônimo de fazer mal e prejudicar a nós mesmos (LARREA, 2010). Krenak explica esse entendimento por meio do conceito do planeta Terra como um organismo vivo:

[...] O Buen Vivir, o Sumak Kausai, esse ser humano, subordinado a uma ecologia planetária, nós também, nosso corpo, assim como todos os outros seres, ele está dentro dessa ecologia ou dessa vasta biosfera do Planeta como um elemento de equilíbrio e regulador. Nós não somos alguém que age de fora. Nós somos corpos que estão dentro dessa biosfera do Planeta Terra. É maravilhoso, porque, ao mesmo tempo em que somos dentro desse organismo, nós podemos pensar junto com ele, ouvir dele, aprender com ele. Então é uma troca mesmo, de verdade. Não é você incidir sobre o corpo da Terra, mas é você estar equalizado com o corpo da Terra, viver, com inteligência, nesse organismo que também é inteligente, fazendo essa dança, que já me referi a ela como uma dança cósmica (KRENAK, 2020: p.13).

Apesar da crise climática, do aquecimento global e da perda da biodiversidade agrícola e silvestre indicarem que a prática extrativista para acúmulo material infinito é insustentável, podendo levar à um suicídio coletivo, o pensamento de domínio da Natureza continua presente. Alguns exemplos são o discurso de Simón Bolívar em 1812 que disse que dominaríamos a Natureza caso ela se opusesse a nós e o discurso do presidente do Equador em 2009 que disse que lutaria contra a Natureza caso ela continuasse a se opor ao plano do governo com a seca. “O curioso é que, apesar de sabermos há muitos anos que é impossível continuar pela trilha predatória, esse espírito de dominação não foi superado” (ACOSTA, 2017: p. 110). Portanto, evitar o colapso requer mudar a visão da Natureza como fonte de recursos para crescimento econômico e entender os seres humanos como parte da Natureza e vivendo em comunidade.

Como proposta para superação da separação entre a Natureza e os seres humanos, Acosta (2017) sugere os Direitos da Natureza, pois acredita que permitirão avaliá-la sem considerar exclusivamente sua utilidade para os seres humanos, além de passar a considerá-la politicamente como sujeito e não mais como mero objeto. Com isso, mesmo com toda crítica e resistência, o Equador tornou-se o primeiro país a incluir os Direitos da Natureza, e o termo *Pacha Mama* em substituição à Natureza, em sua Constituição de 2008, representando um marco para a história da Humanidade. Entretanto, as aplicações dos Direitos da Natureza permanecem conturbadas e com resultados limitadores, mas sua repercussão renovou a discussão internacional sobre os problemas ambientais, que é preocupação global desde metade do século 20, permitindo repensar a Natureza e mudar a abordagem ao problema ambiental (ACOSTA, 2017).

A proposta ainda recebe muitas críticas e questionamentos sobre sua efetividade, porém Acosta (2017) defende que somente a declaração que propõe, mesmo que em nível internacional, não propiciará resultados imediatos e menciona que os Direitos Humanos também demandaram muitos debates, sendo formalizados em 1948, e até hoje ainda há resistência para que sejam aceitos na prática, mas que não há motivos para desanimar, pois muitos direitos existentes atualmente foram impensáveis antes, como o estabelecimento dos direitos civis aos negros e às mulheres.

Para Acosta (2017), a importância desses direitos ocorre por fazerem parte da visão ocidental de justiça, em que a justiça social visa erradicar a pobreza e a justiça ambiental, enquadrada nos direitos ambientais, visa garantir ambientes saudáveis e dignos aos seres humanos com direito a indenização em caso de desastres ambientais. No “mundo indígena”, a *Pacha Mama* é fundamental para a vida, portanto “o reconhecimento legal de tais direitos não

é necessário. Na civilização ocidental, sim, para que se possa reorganizar a vida dos seres humanos entre si e com a Natureza” (ACOSTA, 2017: p.125).

No entanto, Boaventura de Sousa Santos (2007) defende que o pensamento moderno é o responsável pela estrutura do conhecimento e direito modernos, além de determinar as injustas e excludentes relações políticas e culturais do sistema mundo atual protagonizadas pelo Ocidente. Sendo assim, manter a linguagem e conceitos do direito moderno significa manter o pensamento colonial. Como exemplos de pensamento colonial jurídico nos dias atuais, Santos cita Guantánamo, Iraque, Palestina e as discriminações sexuais e raciais nas megacidades, guetos, prisões e as novas formas de escravidão. Portanto, observamos que a proposta dos Direitos da Natureza, apesar de alternativa, permanece dentro do sistema dominante ao fazer uso de instituições criadas por esse sistema. Com isso, não pretendemos descartar ou diminuir a importância dessa proposta, e sim chamar a atenção para que não seja entendida de forma idealizada, mas como etapa do processo de transição.

Dessa forma, Santos (2007) acredita que as práticas do pensamento colonial só cessarão caso estejam diante de uma resistência política que tenha como premissa uma resistência epistemológica, pois “não existe justiça social global sem justiça cognitiva global” (SANTOS, 2007: p. 83). Nesse sentido, considera essencial a construção de um pensamento alternativo de alternativas e acredita que esse pensamento se manifesta nos movimentos e organizações da globalização contra-hegemônica que lutam contra a exclusão social, econômica, política e cultural.

#### **2.4. Transição baseada no autocentramento**

Como o Bem Viver é um termo em construção, as mudanças devem acontecer como transição, e não como medidas radicais e de rápida execução (ACOSTA, 2017; GUDYNAS, 2011). A importância em realizar um processo de transição ficou evidenciada nos estudos realizados por Karl Polanyi em “A grande transformação” (1944) ao demonstrar a importância de controlar a velocidade das transformações para evitar uma catástrofe social.

Nesse sentido, Acosta (2017) sugere que a transição proposta pelo Bem Viver deve ser construída a partir de baixo e de dentro com estratégia de organização política e econômica, com base em “noções de autocentramento”. O autocentramento consiste na dissociação temporária da região, regiões ou país do mercado mundial para que as comunidades empoderem suas próprias economias e recuperem sua participação no processo de tomada de

decisões. Para tanto, exige o envolvimento de toda a população do local nos processos de planejamento, gestão e desenvolvimento dos projetos econômicos de produção autogestionada.

No âmbito político, o processo de transição autocentrado possibilitará a criação de instituições representativas e o desenvolvimento de uma cultura democrática e participativa que consistem em processos assembleístas nas comunidades, mais democráticos que a democracia representativa. Todo esse processo exige repensar os partidos e organizações políticas tradicionais (ACOSTA, 2017).

Acosta (2017) complementa:

Isso implica ir gestando localmente espaços de poder real, verdadeiros contrapoderes de ação democrática nas esferas política, econômica e cultural. A partir delas, se poderão forjar os embriões de uma nova institucionalidade estatal, de uma renovada lógica de mercado e de uma nova convivência social. [...] O autocentramento consiste em reconstruir o vínculo da economia com a política para fazer economia política, [...] Esta proposta exige o fortalecimento dos espaços comunitários (ACOSTA, 2017: p. 168 e 169).

Para defender a transição, oposta à uma ruptura dramática, Sousa Santos (2007) utiliza a termo “ação-com-clinamen”, inspirado no conceito de *clinamen* empregado para descrever o momento em que os átomos deixam de parecer parados e passam a mostrar um poder de movimento espontâneo. Portanto, em oposição à uma ação revolucionária, a “ação-com-clinamen” é o conjunto de pequenos desvios dentro da organização social padrão que resultam em novas, complexas e criativas combinações entre indivíduos e grupos sociais.

Outros fatores que corroboram com a necessidade do processo de transição são a heterogeneidade histórica e estrutural das diversas regiões do planeta e a complexidade do nosso sistema. O primeiro mostra que a transformação histórica não ocorrerá de forma homogênea, nem poderá ser unilateral, unidirecional, sequencial ou total, caso contrário, o sistema arruinaria (QUIJANO, 2000). O segundo exige que as soluções para o enfrentamento dos problemas surjam de escalas menores do sistema, pois assim se permite manter a resiliência para atender às necessidades humanas sem prejudicar os processos da natureza (BUSCHBACHER, 2014). Portanto, o autocentramento torna-se essencial para a construção do Bem Viver, ao permitir que as diversidades históricas e estruturais sejam respeitadas e que mantenham-se as condições de vida no planeta.



### **3. A Experiência do Mutirão pelo Bem Viver em São Paulo**

Este capítulo descreve a experiência do Mutirão pelo Bem Viver em São Paulo, desde seu surgimento, mudança do escopo do projeto (da primeira para a segunda fase), até os detalhes da atuação nas duas comunidades parceiras localizadas no Jardim Paraná, em São Paulo, e no Jardim Itatiaia, em Campinas, apoiando-se na caracterização dos coletivos demonstrada nos estudos recentes.

#### **3.1. Surge o “Mutirão do Bem Viver em resposta à pandemia”**

Como observado por Perez e Souza (2017), os coletivos que se orientam pela teoria marxista associam a luta de classes por meio da organização via partidos políticos, por isso, são vinculados a partidos políticos. Este é o caso do Coletivo Ecosocialista e Libertário Subverta, uma corrente do partido político PSOL. Contudo, este coletivo também se propõe a atuar em movimentos sociais, conforme expresso no “Manifesto Subverta”, texto publicado em 23 de março de 2017 sobre a constituição do Subverta, disponível no website da organização: “[...]defendemos que a nossa inserção institucional no executivo e parlamento devem estar sempre equilibrada e em consonância com nossa atuação nos movimentos sociais e comunitários, fortalecendo-os, e nunca impondo amarras ao desenvolvimento dos mesmos” (MANIFESTO SUBVERTA, 2017).

Para tanto, dentre seus eixos estratégicos, dois deles são diretamente relacionados à atuação de base: o eixo estratégico dos Territórios Coletivos e o do Bem Viver. O primeiro refere-se a construção de territórios coletivos, englobando questões de agroecologia, hortas, cursinhos populares e cooperativas. Já o eixo estratégico do Bem Viver relaciona-se a agroecologia, alimentação, regeneração dos biomas e dos territórios com hortas agroecológicas e que já era desenvolvido por meio do projeto “Comunidades Agroecológicas do Bem Viver” (CABV) iniciado por militantes do Distrito Federal em dezembro de 2018 e, posteriormente, por militantes de Santa Catarina.

Este projeto consiste na montagem de cestas com alimentos agroecológicos produzidos por famílias agricultoras que são vendidas para a população da cidade, chamados de coagricultores, por meio de planos mensais para manter e apoiar os pequenos produtores agroecológicos. Além disso, o CABV promovia mutirões, que consistiam em um dia em que coagricultores e voluntários iam ao território das famílias agricultoras auxiliar no plantio, limpeza, bioconstruções, entre outras atividades. Os mutirões e as atividades realizadas eram



O “Mutirão do Bem Viver em resposta à pandemia” (MBV) foi iniciado no contexto da crise sanitária causada pelo COVID-19, baseado no projeto das Comunidades Agroecológicas do Bem Viver, mas já com a intenção de ampliar o contato com as comunidades atendidas e construir Territórios Coletivos após o fim da pandemia que, à princípio, acreditavam que seria muito breve. O próprio termo “mutirão” foi utilizado para se referir a uma ação mais pontual. Contudo, com o entendimento que a pandemia duraria mais do que o imaginado, o projeto foi dividido em primeira e segunda fase. A primeira fase consistia na arrecadação de doações financeiras e de alimentos não perecíveis, compra de alimentos agroecológicos produzidos em locais de resistência, montagem de cestas de alimentos e entrega em comunidades em situação de vulnerabilidade alimentar. Já a segunda fase, relacionada à construção de Territórios Coletivos, refere-se à construção de hortas agroecológicas comunitárias, cozinhas comunitárias, ou outra atividade, a depender das demandas da comunidade.

A busca por pequenos produtores agroecológicos, comunidades em situação de vulnerabilidade e voluntários foi feita por meios digitais e as pessoas interessadas deveriam preencher um formulário correspondente ao interesse na participação do projeto. Contudo, apenas os formulários para voluntários foram bem sucedidos. Assim, a busca por comunidades e produtores agroecológicos precisou ser realizada também de uma forma mais ativa, por meio de indicações de pessoas conhecidas e/ou pelos próprios militantes do Subverta. Por fim, os cadastros eram avaliados, os interessados aprovados eram contatados, um militante representando o Subverta se apresentava, explicava sobre o projeto e, após confirmação do interesse de ambas as partes, era iniciada a parceria. Para garantir um contato educado e acolhedor, foi confeccionado um protocolo de comunicação com as comunidades que enfatizava a importância em demonstrar disposição para ouvir e conversar com as pessoas, sem prometer a entrega das cestas antes de passar pela avaliação do coletivo.

Figura 4 - Panfleto entregue junto às cestas agroecológicas


# MUTIRÃO DO BEM VIVER

em resposta à pandemia


Olá! A cesta que você está recebendo é fruto da rede de solidariedade e ação coletiva do **Mutirão do Bem Viver** em resposta à pandemia, um projeto da **Sociedade do Bem Viver**. Os alimentos vegetais frescos são orgânicos, ou seja, sem agrotóxicos.

Nosso objetivo é fortalecer famílias camponesas que produzem alimentos agroecológicos e doar esses alimentos para territórios em necessidade crítica e, depois da pandemia, construir hortas comunitárias e cozinhas comunitárias nos territórios em várias partes do Brasil!


**Como funciona o Mutirão do Bem Viver em resposta à Pandemia?**




doações na uakinha




arrecadamos alimentos não perecíveis em doação direta



compramos de famílias e cooperativas de agricultores agroecológicos



entregamos nos territórios



quando tudo isso passar, a gente quer fazer hortas e cozinhas comunitárias

Acreditamos que esse trabalho coletivo no cotidiano é importante para alcançarmos a sociedade do Bem Viver!

Bem Viver, ou "Vivir Bien", como na Bolívia, é uma cosmovisão que tem origem nos povos tradicionais andinos latinoamericanos, e se relaciona com outras visões de mundo:

Sumak Kawsay, dos qhichwa runa; Suma qamaña, dos aymará; Teko porã e nhandereko, dos guarani, e outros!

Todas elas são vivências que buscam "a vida em harmonia dos povos, que constrói o que é bom, o que é belo".


ORIENTAÇÕES

OS ALIMENTOS DA CESTA SÃO MUITO FRESCOS, POR ISSO ELAS PODEM PRECISAR DE UM TEMPINHO A MAIS PARA AMADURECEREM, COMO AS BANANAS. PARA ACELERAR ESSE PROCESSO, VOCÊ PODE:

- 1 Embalar em jornal ou saco/papel de pão;
- 2 Sacolinhas plásticas também são uma opção, mas faça pequenos furos para que as frutas respirem;
- 3 Para acelerar mais um pouco, coloque as frutas enroladas em jornal ou papel de pão numa assadeira e aqueça o forno em temperatura baixa por 10 minutos;

SE A FRUTA ESTIVER MUITO MADURA, GUARDE-A NA GELADEIRA (de preferência no gavetão)




sociedadodobemviver

SE PUDER, FIQUE EM CASA. SEMPRE QUE SAIR USE MÁSCARA. LAVE BEM AS MÃOS. CUIDE DA SUA SAÚDE E DA SUA FAMÍLIA.

Fonte: arquivo do MBV.

A divulgação do projeto era feita nas redes sociais da “Sociedade do Bem Viver”, a mesma utilizada para divulgar o projeto CABV. O projeto também contava com o apoio de atores influentes nas redes sociais, sendo que alguns faziam parte do Subverta, e possuía uma assessoria de imprensa, ampliando a divulgação do projeto, principalmente via Internet.

Figura 5 - Divulgação do MBV e arrecadação de doações financeiras

**Algumas matérias sobre o projeto**

**Brasil de Fato**  
UMA VÍDEO POPULAR DO BRASIL E DO MUNDO

**Mutirão do Bem Viver compra de agricultores e doa para populações vulnerabilizadas**  
A ideia não é só conectar quem precisa vender e quem precisa consumir, mas construir uma sociedade do bem viver

Caroline Oliveira  
Brasil de Fato | São Paulo (SP) | 15 de Agosto de 2020 às 10:02

**Mutirão do Bem Viver distribui produtos da agricultura familiar a comunidades carentes em 16 estados**  
Mutirão do Bem Viver distribui produtos em 16 estados

Comprar de quem tem dificuldades de escoar e produzir com a pandemia da sorte, conectar e resgatar produtos vendidos a quem precisa de alimentos. Essa é a proposta do Mutirão do Bem Viver em resposta à Pandemia, uma rede de solidariedade que une voluntários, produtores agroecológicos e famílias em dificuldades.

**Sociedade do Bem Viver**  
3 de julho de 2020

O Festival do Bem Viver já acontece amanhã (04/07)! Nos últimos dias, vários veículos divulgaram e falaram um pouco da construção desse evento tão especial!

Dá uma olhada onde saíram as matérias completas:

- Correio Braziliense
- Alô Brasília
- El Cabong
- Hoje em dia
- Imirante

Também saímos nas páginas @vivanoquadrado, @pulabh e fizemos uma entrevista na Rádio @ufmgeducativa!

Não vemos a hora de compartilhar esse momento com todos!

Quer participar do Mutirão do Bem Viver? Vá no link abaixo e descubra como somar a essa caminhada!

<https://www.linktree.com.br/MBV>

**Festival do Bem Viver, ocorrido em 4-Jul-20, remotamente, com participação de artistas e influenciadores.**

71 likes, 34 comentários, 25 partilhas

**Sociedade do Bem Viver**  
4 de Maio de 2020

Olha a **Bela Gil** divulgando o nosso Mutirão do Bem Viver! Agradecemos o apoio, e seguimos juntos nessa luta por um futuro do bem viver, sem fome, e com soberania alimentar para todos!

**MUTIRÃO DO BEM VIVER**  
em resposta à pandemia  
doe • compartilhe • participe  
[VAKA.ME/962531](http://vaka.me/962531)

Financiamento coletivo para enfrentar a fome e a crise, doando estas de alimentos agroecológicos e outros itens essenciais, criando também hortas e cozinhas comunitárias em vários locais do país!

**SUGESTÃO DE DOAÇÃO**  
R\$ 47  
uma cesta agroecológica para uma família

**DOAÇÕES PARA PESSOAS EM:**

- situação de rua
- áreas vulneráveis
- assentamentos
- territórios indígenas
- comunidades quilombolas

é hora de uma grande ação de solidariedade!  
para doações diretas, envie e-mail: [movimentodobemviver@gmail.com](mailto:movimentodobemviver@gmail.com)

**A apresentadora e chef de cozinha natural, Bela Gil, compartilhou em suas redes sociais (Facebook) a campanha de arrecadação do projeto.**

**Bela Gil**  
3 de Maio de 2020

A gente vai sair desse momento crítico a partir da solidariedade e da coletividade!

O mutirão do Bem Viver vem para fortalecer famílias camponesas que produzem alimentos agroecológicos e doar esses alimentos para territórios em necessidade crítica e, depois, construir hortas comunitárias e cozinhas comunitárias nos territórios em várias partes do Brasil! ❤️

- Faça uma doação na vaquinha: <http://vaka.me/962531>
- Cadastre seu território para receber apoio: [bit.ly/MutiraoBVTerritorios](http://bit.ly/MutiraoBVTerritorios)
- Cadastre uma família que produz alimentos agroecológicos: [bit.ly/MutiraoBVAgricultores](http://bit.ly/MutiraoBVAgricultores)
- Faça uma doação rápida de alimentos e itens que possui em casa: [bit.ly/MutiraoBVDoacoesRapidas](http://bit.ly/MutiraoBVDoacoesRapidas)

Vamos colocar a mão na massa, salvar vidas e transformar esse mundo?

68 likes, 8 comentários, 7 partilhas

**Arrecadações de doações financeiras via vakinha.com.br e abacashi.com**

**Mutirão do Bem Viver em resposta à pandemia**  
ID da vaquinha: 962531

Arrecadado: **R\$ 453.600,96**

Meta: R\$ 500.000,00  
Apoiadores: 428

Encerra-se

Mutirão do Bem Viver  
Abacashi - Mutirão do Bem Viver 2020  
Iniciado em 15 de Agosto de 2020  
10 dias restantes

**Mutirão do Bem Viver - Ajude a manter o projeto!**  
R\$ 60.487,50 Coletado

Precisamos da sua ajuda!  
É hora de solidariedade  
Sua contribuição mensal é bem-vinda! ❤️

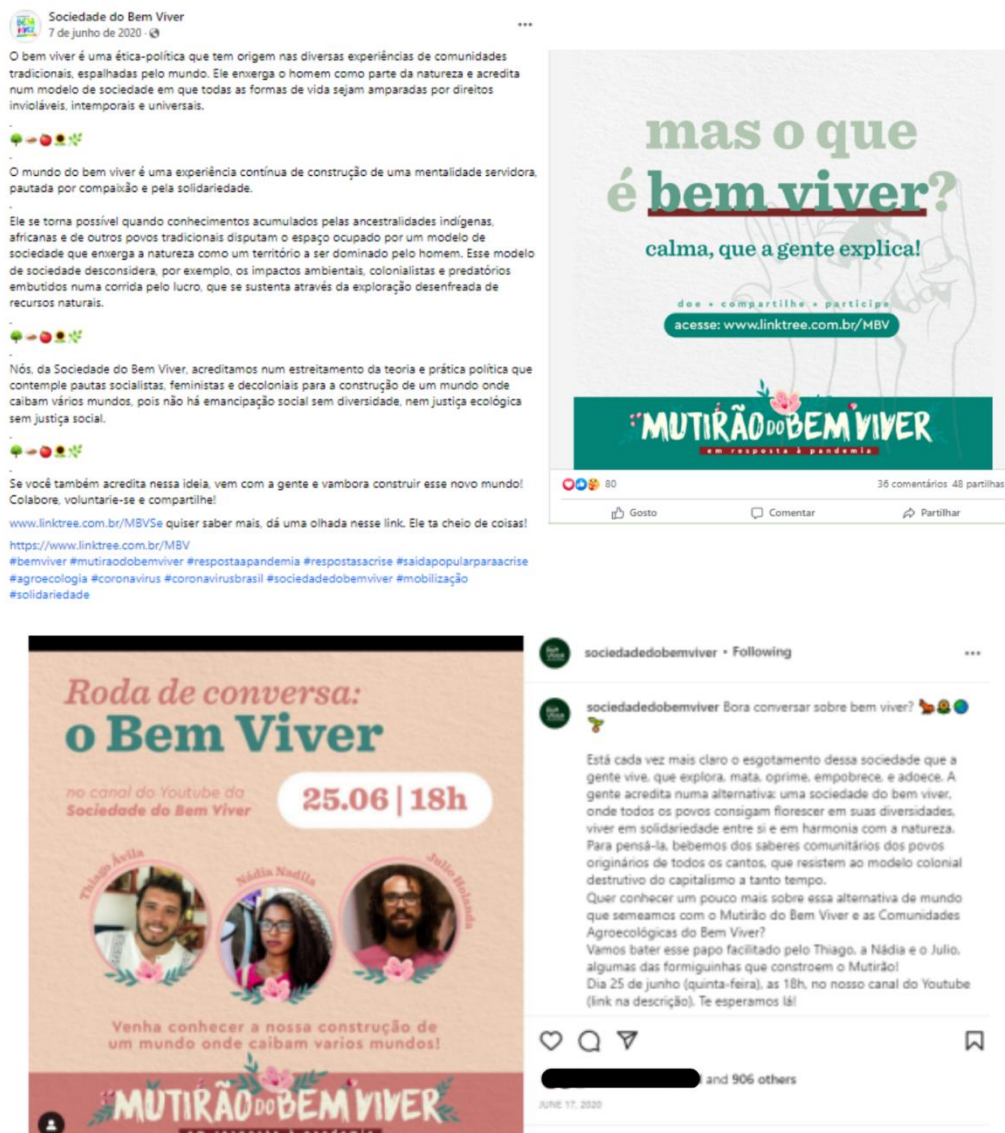
[mutiraopelobemviver](https://www.abacashi.com.br/mutirao)

Share | Contribuir

Fonte: elaborado pela autora (2022).

Por ter como base o Bem Viver, que inclusive compõe o nome do projeto, haviam publicações explicando o termo, além de promoverem rodas de conversa online para discutir sobre o tema.

Figura 6 - Exemplos de publicações sobre o Bem Viver nas redes sociais (Facebook e Instagram) da Sociedade do Bem Viver



Fonte: Sociedade do Bem Viver, 2020. Facebook e Instagram: @sociedadodobemviver. Figura elaborada pela autora (2022).

Nos nove meses iniciais, o MBV atingiu dezoito estados e o Distrito Federal, com mais de mil voluntários e nove mil trezentas e quarenta e sete cestas entregues. Como o Subverta não estava presente em todos os estados, alguns militantes desempenhavam a tarefa de orientar os novos estados interessados em participar do MBV no que diz respeito à

estrutura organizativa, processos internos, relação com a comunidade e produtores, entre outras questões. Por exemplo, os militantes do Subverta da Regional do estado de São Paulo eram responsáveis por auxiliar os voluntários da Regional do estado do Maranhão do MBV.

Por conta da pandemia, a organização foi planejada para que acontecesse majoritariamente de forma remota através de grupos no WhatsApp, com posterior migração para o Telegram na Regional de SP por considerarem que suas funcionalidades atenderiam melhor às necessidades do projeto, e reuniões pela plataforma Jitsi Meet. Para as situações que precisavam ser presenciais, como compra dos alimentos, montagem e entrega das cestas, foi definido um “Protocolo de Segurança Sanitária”. O contato com as lideranças e moradores dos territórios também acontecia por meio de grupos no WhatsApp e/ou ligações, além de visitas presenciais aos finais de semana, por um grupo rotativo de militantes e voluntários responsáveis por entregar as cestas (primeira fase) ou orientar e organizar a atividade programada para o dia (segunda fase).

A estrutura organizacional era dividida em Grupos de Trabalho (GTs), sendo que cada GT contava com um grupo no WhatsApp, além de um grupo geral com todos os membros da Regional do estado de São Paulo. Deste modo, cada GT tinha suas funções e tarefas, sendo que as tarefas eram distribuídas de acordo com a disponibilidade, habilidades e experiência de cada participante, e de modo voluntário. Este modo organizativo corresponde a estruturas organizacionais horizontais, pois não havia formalização de hierarquias. Contudo, ainda que houvesse um esforço em abrir espaços para tomadas de decisão em que todos os membros pudessem participar, foi possível observar que alguns participantes se destacavam. Eram estas pessoas que geralmente mobilizavam o grupo para o cumprimento das tarefas e realização de reuniões visto que as funções de cada um eram definidas pelo próprio participante que decidia qual(is) GT(s) gostaria de atuar e, posteriormente, as tarefas que iria realizar.

Assim, observamos que estas características convergem com a literatura que aponta para a presença de “sujeitos de referência” para determinados projetos e/ou ações, ou seja, membros dos coletivos que são destacados de modo voluntário e rotativo para garantir que as tarefas aconteçam e que haja o compartilhamento de informações entre o grupo (VALIENGO, OLIVEIRA, 2020; MARQUES e MARX, 2020).

### **3.1.1. A segunda fase do projeto**

Em 2021, foi iniciada a transição para a segunda fase do projeto, ainda que a pandemia não tivesse acabado. Para tanto, foi conversado com as comunidades e, em alguns

estados, como a situação de vulnerabilidade alimentar era grande, as entregas de cestas continuaram, e também com os voluntários, já que a dinâmica organizacional do projeto deixaria de ser nacional e passaria a ser regional para ser possível atender as demandas específicas de cada comunidade.

Na Regional de São Paulo foram feitas duas reuniões de planejamento estratégico com cinco horas de duração cada, onde foram divididas as tarefas, definidas metas e estrutura organizacional de modo a iniciar a cozinha comunitária no Jardim Paraná, São Paulo, e a horta comunitária no Jardim Itatiaia, Campinas. Vale ressaltar que não houve participação de lideranças e moradores das comunidades nestas reuniões de planejamento estratégico. A intenção com estas reuniões foi reorganizar a estrutura organizacional de modo a viabilizar os projetos para atender as demandas trazidas pelas lideranças de cada território.

Entretanto, em junho de 2021, os voluntários do MBV foram informados pelos militantes do Subverta que alguns militantes haviam se desligado do Subverta e, conseqüentemente do MBV, por divergências internas e por visar outros rumos aos projetos desenvolvidos pelo MBV. Entre as pessoas que saíram, estavam os idealizadores do projeto.

Além disso, a conta do Instagram da “Sociedade do Bem Viver” foi assumida pelos militantes que se desligaram do Subverta, que exigiram que não fosse mais utilizado o “Bem Viver” no nome do projeto do Subverta. Por isso, o “Mutirão do Bem Viver, em resposta à pandemia” passou a se chamar, temporariamente, “Mutirão pelo Bem Viver” e, no final de 2021, após reuniões com a presença de militantes do Subverta e voluntários do MBV, foi definido o novo nome: Movimento de Luta dos Territórios por Agroecologia e Poder Popular (LUTA).

Com base na observação participante, entrevistas, leitura de atas de reuniões e da carta pública sobre o desligamento do Subverta (MOVIMENTO BEM VIVER, 2021) onde há o trecho: “[...] a busca também inadiável por construir uma esquerda radical de massas no Brasil [...]”, fica claro que a principal discordância interna referia-se a um desequilíbrio entre a atuação institucional e de base avaliado por aqueles que se desligaram do coletivo. Assim, quando diziam “transformar o MBV em movimento social”, referiam-se à atuação de base.

Este desligamento, além de abalar o andamento do projeto, demonstrou que havia uma pressão interna no Subverta para que mudasse para a segunda fase do projeto, independente da conjuntura, visto que as restrições para contenção da pandemia ainda estavam em andamento.

[...] é porque a ideia dessas pessoas que saíram era...assim, eu acho que o pivô de todo o racha foi o Mutirão, tinham discussões, discordâncias dentro



do Subverta também, e as discordâncias estavam em construir com foco o partido ou construir com mais foco o Mutirão né, que como eu comentei eram os dois projetos majoritários na época [...] (Participante 4, entrevista realizada em 14/04/22)

tinha basicamente duas Regionais representando essas duas opiniões que são mais ou menos irreconciliáveis. Mais ou menos irreconciliáveis porque se a gente tivesse feito uma comunicação adequada dava pra conciliar e se não tivesse um tanto de ego envolvido, talvez também desse para conciliar. (Participante 2, entrevista realizada em 18/02/22)

[...] então, meio que acho que cada um minimizava o lado do outro, e eu acho que os dois lados se complementam muito, eles têm que continuar se complementando, mas a gente tem que ter pessoas dedicadas a cada um dos projetos né? [...] senão a gente vai ficar falando de universidade para partido, universidade para partido, e a gente não quer só isso, a gente quer trabalhar a base, quer que ela construa com a gente [...] (Participante 8, entrevista realizada em 28/06/22)

eles queriam muito forçar essa transição, mas aí...é daí que eu falo também de ser pé no chão, de ver como é que tá a realidade, porque isso acontecia muito com o pessoal do DF que já tinha essas construções mais amadurecidas né, por já trabalhar com isso há muito tempo, mas para muitos outros estados isso ainda era algo recente que precisava de mais amadurecimento. Então vários outros estados não estavam prontos pra transição e que precisava ser feita de forma mais devagar, mais paciente, com mais conversas, mais debates e tal, então a saída foi movida por conta disso, por conta deles acharem que a gente queria ser só uma “correntinha do PSOL” [faz sinal de aspas com as mãos], e...não era isso, [...] o Mutirão do Bem Viver, ele já surgiu com a ideia de em determinado momento se tornar um movimento de massas (Participante 4, entrevista realizada em 14/04/22)

E ninguém tem nada contra isso, mas movimento social não se cria assim do nada né? (Participante 2, entrevista realizada em 18/02/22)

falam de uma lógica decolonial mas na prática tão impondo coisas sabe [...] E não respeitando a diversidade de cada local, isso não é Bem Viver (participante 5, entrevista realizada em 18/04/22)

Nos trechos acima, notamos uma aproximação com o conceito de partido-movimento proposto por Boaventura (2021). O partido-movimento refere-se a tentativa de uma atuação via institucional e extra-institucional, simultaneamente e de modo complementar, que deve ser gradativamente construído.

### **3.2. A regional do estado de São Paulo**

Durante a primeira fase do projeto, a capital paulista entregava cestas agroecológicas em dois territórios: no Jardim Paraná por intermédio do Instituto Caminho da Paz (ICP),

como já mencionado, e no Brás, Zona Leste da capital, por meio de parceria com o Centro de Integração do Migrante (CIM). Contudo, devido a condição de extrema vulnerabilidade no Brás, os membros do CIM optaram por não dar continuidade à segunda fase do projeto. Além disso, em julho de 2020 foi iniciado um Polo na cidade de Campinas, atuando em parceria com uma comunidade em situação de ocupação irregular no bairro do Jardim Itatiaia.

Por isso, serão relatadas as experiências com o ICP no Jardim Paraná e com a comunidade do Jardim Itatiaia.

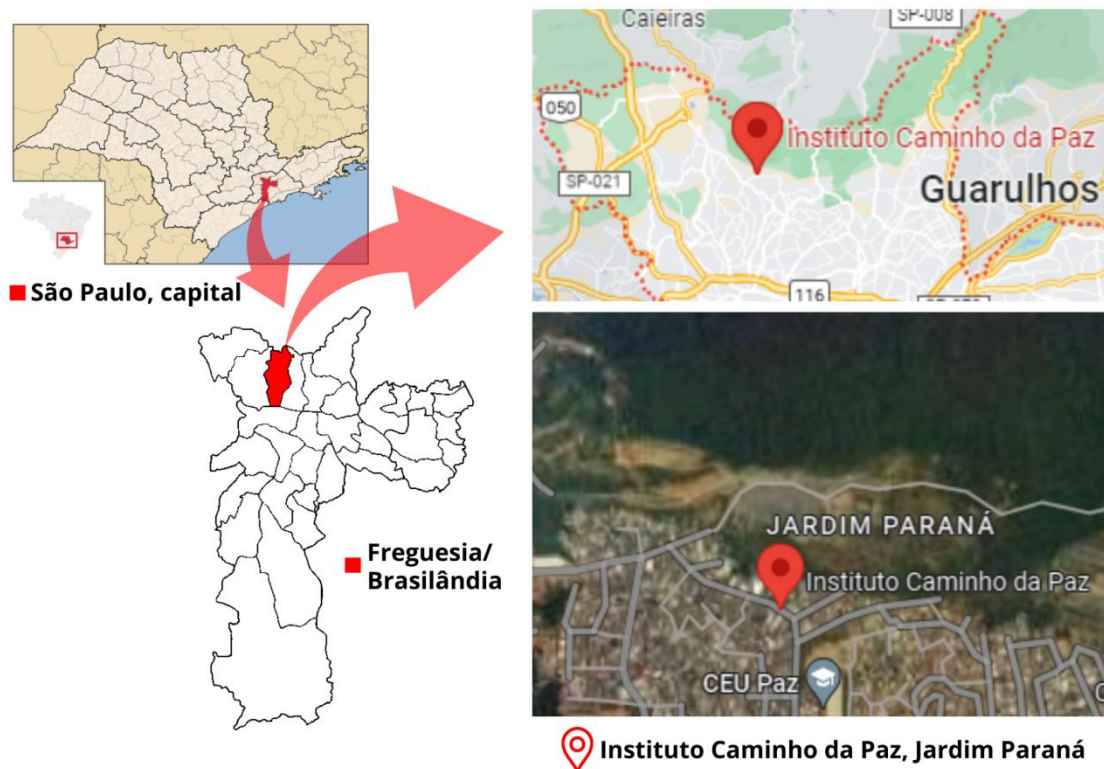
### **3.2.1. Atuação do MBV no Jardim Paraná, Brasilândia, São Paulo/SP**

O bairro do Jardim Paraná, no Distrito da Brasilândia, fica localizado em uma região denominada zona de fronteiras, área de transição entre floresta e zonas urbanas, e originou-se em maio de 1994 por meio de ocupações populares em loteamentos clandestinos e irregulares que, a partir do ano 2000, passou a ser considerado loteamento em processo de regularização. A partir disso, os moradores passaram a lutar por outros direitos, conquistando em outubro de 2000, a instalação da rede elétrica e em setembro de 2002 a rede de água (ANGILELI, 2007).

O ICP foi fundado em agosto de 2000 pela Lucimeire, moradora e liderança do bairro, conhecida por todos como Meire, com o objetivo de lutar pela defesa de direitos sociais e proporcionar melhores condições de vida para a comunidade por meio da promoção de projetos sociais nas áreas de saúde, habitação, alimentação, educação, lazer, cursos profissionalizantes, programas de geração de renda (INSTITUTO CAMINHO DA PAZ, 2023), e contava com uma média de cinco a sete trabalhadores voluntários mais presentes e constantes durante o período desta pesquisa, além do auxílio direto e indireto de outros voluntários.

De acordo com documento do próprio ICP, a população do bairro é composta majoritariamente por migrantes da região Nordeste do país, sendo predominante a raça preta e com presença expressiva da comunidade LGBTQIA+ na região.

Figura 7 - Mapa da localização do Instituto Caminho da Paz, parceiro do Mutirão pelo Bem Viver na capital do estado de São Paulo



Fonte: elaborado pela autora (2022).

Como mencionado anteriormente, os formulários para busca de comunidades em situação de vulnerabilidade alimentar não atingiram estas comunidades. Assim, o contato inicial com o ICP aconteceu após um dos militantes encontrar uma publicação nas redes sociais em que uma das lideranças do bairro solicitava doações de alimentos. Após conversa e explicação sobre o projeto, foi iniciada, em abril de 2020, a entrega das cestas quinzenalmente aos finais de semana.

As cestas eram compostas por alimentos não perecíveis (alguns arrecadados por doações diretas), verduras, legumes e frutas. Estes últimos eram comprados em dois assentamentos do MST, o Assentamento Dom Tomás Balduino e Acampamento Comuna da Terra Irmã Alberta, com os recursos financeiros arrecadados pela vaquinha online.

No dia das entregas conversávamos bastante com as lideranças e voluntários do ICP que relatavam a situação da região. De acordo com eles, o principal problema enfrentado não eram casos de COVID-19 na comunidade e sim o aumento do desemprego e da fome.

Figura 8 - Publicação no Facebook sobre as entregas de cestas agroecológicas na capital paulista no início do projeto



Fonte: Sociedade do Bem Viver, 2020. Facebook: sociedadodobemviver.

No início de 2021, foram propostos os projetos de cozinha e horta comunitária. O ICP optou pela cozinha comunitária, sugerindo como local uma pequena cozinha no andar superior à sede do ICP. Assim iniciou-se os trâmites para o aluguel do local, que seria mantido com os recursos financeiros arrecadados na vaquinha online, mas com o objetivo de se auto-manter no ano seguinte e gerar renda para as pessoas do Jardim Paraná envolvidas no projeto. O projeto da horta comunitária também foi bem recebido por eles, mas seria necessário que um terreno fosse cedido para esta finalidade.

Em paralelo, foi desenvolvido um projeto de Economia Solidária, chamado “Páginas Amarelas”, em parceria com a Liga Acadêmica de Psicologia Social do Trabalho da Pontifícia

Universidade Católica de São Paulo (LAPSIT-PUCSP), com o intuito de atender a demanda de geração de renda para a comunidade.

Além disso, também foi discutido em reunião presencial no ICP o nome do território coletivo que se iniciaria com os projetos, decidindo por Iroco, nome de uma árvore que tem relação com religiões de matriz africana, sugerido pela fundadora do ICP.

Em suma, os principais projetos desenvolvidos na comunidade do Jardim Paraná em parceria com o ICP foram: cozinha comunitária, economia solidária e horta comunitária, relatados a seguir:

#### ◆ Cozinha Comunitária

Para dar início ao projeto, foram programadas inicialmente cinco oficinas de capacitação de cozinha, aos sábados, para que os moradores envolvidos no projeto se familiarizassem com o local e a dinâmica da cozinha. A intenção inicial não era focar no veganismo, mas os moradores se mostraram interessados e curiosos em conhecer a alimentação vegana, por isso, todos os pratos preparados durante as oficinas eram veganos.

A inauguração oficial da cozinha aconteceu em 15 de maio de 2021, quando foi realizada a primeira oficina de capacitação. Após a realização das cinco oficinas programadas, houveram tentativas de elaborar calendários de atividades com antecedência para divulgação, que era feita com o intermédio do ICP, mas a programação prévia não aconteceu com constância.

Como a principal demanda da comunidade era por geração de renda, foi feita uma pré-venda dos itens produzidos durante a oficina de hambúrguer de grãos para demonstrar como o espaço da cozinha poderia ser utilizado para gerar renda. As compras foram feitas pelas pessoas envolvidas no projeto (MBV e Subverta) e suas redes próximas, e o lucro do valor arrecadado foi dividido entre três moradoras que participaram da oficina e o caixa do projeto, enfatizando que foi feito um cálculo simples do lucro, considerando somente os ingredientes como custo, ou seja, sem incluir os custos com aluguel, gás, luz, água.

A partir desta experiência, e apesar da grande dificuldade de mobilizar os moradores a participarem das oficinas, foi sugerida a utilização da cozinha durante a semana para geração de renda para a comunidade. Assim, em outubro de 2021, aconteceu a primeira reunião referente ao projeto de fazer uma cooperativa com a cozinha. Contudo, devido a baixa mobilização na comunidade, que não se apropriou do espaço, e do baixo engajamento interno do MBV neste período, o projeto não teve continuidade, optando, conjuntamente, pela devolução do espaço em maio de 2022. O momento mais notório de apropriação da cozinha

ocorreu após um incêndio que atingiu seis barracos na comunidade. Neste caso, o espaço da cozinha foi utilizado para o preparo de refeições para acolher as famílias e pessoas envolvidas.

Figura 9 - Cozinha Comunitária e algumas oficinas realizadas



Fonte: arquivo MBV. Elaborado pela autora (2022).

#### ◆ Páginas Amarelas - Economia Solidária

Como a maior demanda da comunidade era por geração de renda, uma das integrantes do MBV sugeriu uma parceria com a LAPSIT-PUCSP, da qual fazia parte, para auxiliar no desenvolvimento de um projeto de Economia Solidária.

Depois de muitas reuniões, foi criado o projeto “Páginas Amarelas”, que consistia em mapear os comércios e prestadores de serviços do bairro e divulgar para a comunidade para fortalecer a economia local, além de divulgar o trabalho do ICP para os moradores que ainda não o conhecem. Entretanto, durante esse processo, foi constatado que os moradores e comerciantes já se conhecem. Então, o objetivo do projeto passou a ser o de organizar os comerciantes, prestadores de serviços e autônomos da região em Assembléias de Comerciantes, onde o ICP faria o papel de articular e conceder seu espaço para a realização das assembléias.

Novamente, o baixo engajamento, somado a problemas pessoais da fundadora do ICP, não permitiram que o projeto tivesse continuidade em 2022.

Figura 10 - Reunião do projeto de Economia Solidária



Fonte: arquivo MBV.

#### ◆ Horta Comunitária

Em outubro de 2021 foi realizado o primeiro mutirão de limpeza do terreno cedido para o projeto. Contudo, devido a conflitos entre os moradores, o terreno deixou de ser disponibilizado. Assim, no mês seguinte, outro terreno, maior que o anterior, foi disponibilizado para a construção da horta comunitária.

O mutirão para a limpeza do novo terreno aconteceu em fevereiro de 2022, porém, grande parte deste também deixou de ser cedido ao projeto, restando apenas uma pequena área para a horta comunitária, onde foram feitos alguns plantios na intenção de revitalizar o solo que apresentava indícios de falta de nutrientes.

Além da dificuldade em conseguir um terreno para a horta e da falta de mobilização dos moradores, outros desafios se somaram a este projeto. A horta ficava em um local isolado, longe das moradias, por isso os moradores não viam o que estava acontecendo, dificultando a divulgação e engajamento por parte da população. Como não haviam moradores engajados para regar a horta durante a semana, foi planejado um sistema de irrigação com tubos de PVC, mas estes foram furtados. E as mudas que nasciam, estavam sendo comidas por alguns animais da região (provavelmente cabras). Por conta destes fatores, o projeto foi finalizado em junho de 2022.

Figura 11 - Horta Comunitária Jardim Paraná: mutirões de limpeza e plantio

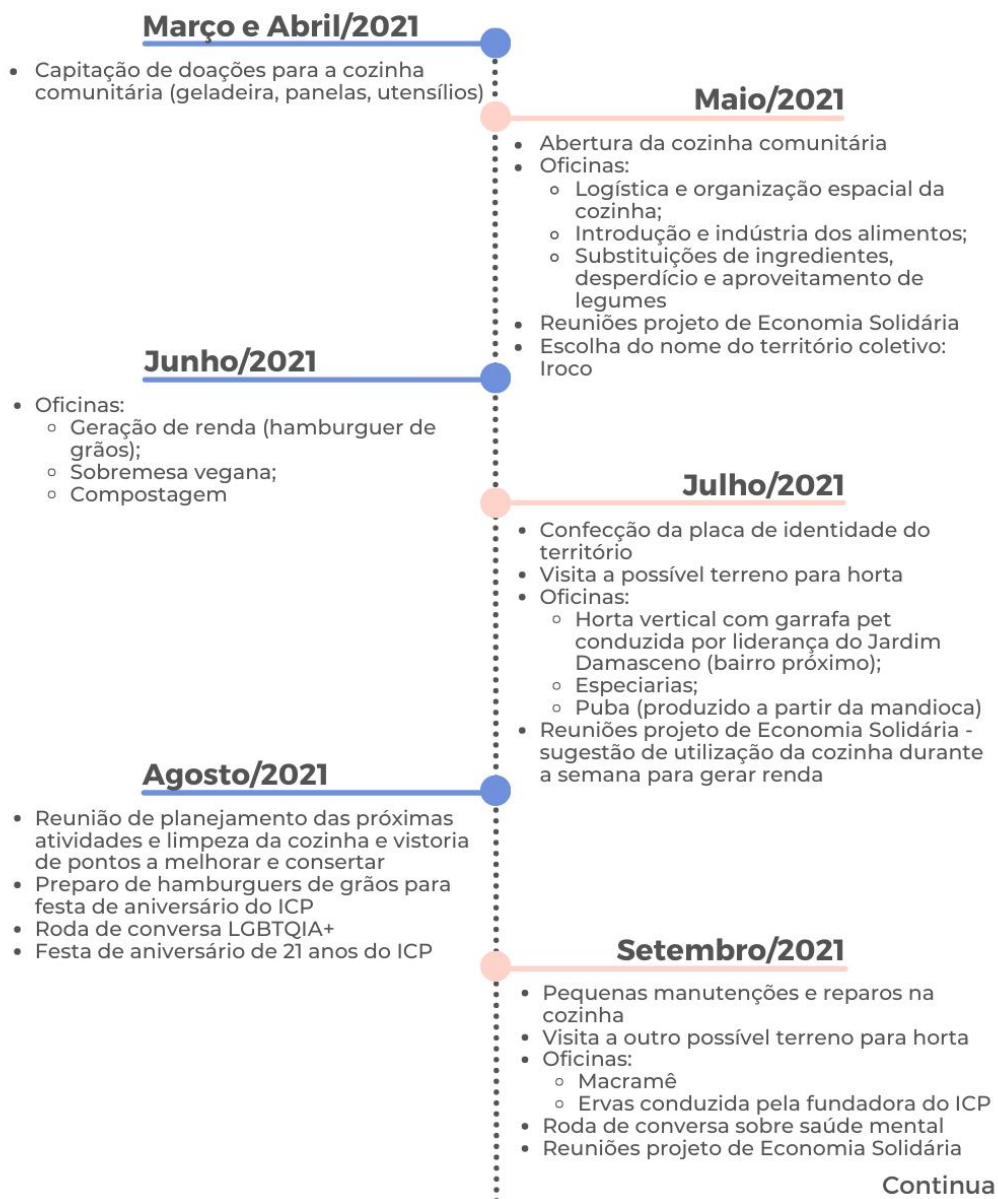


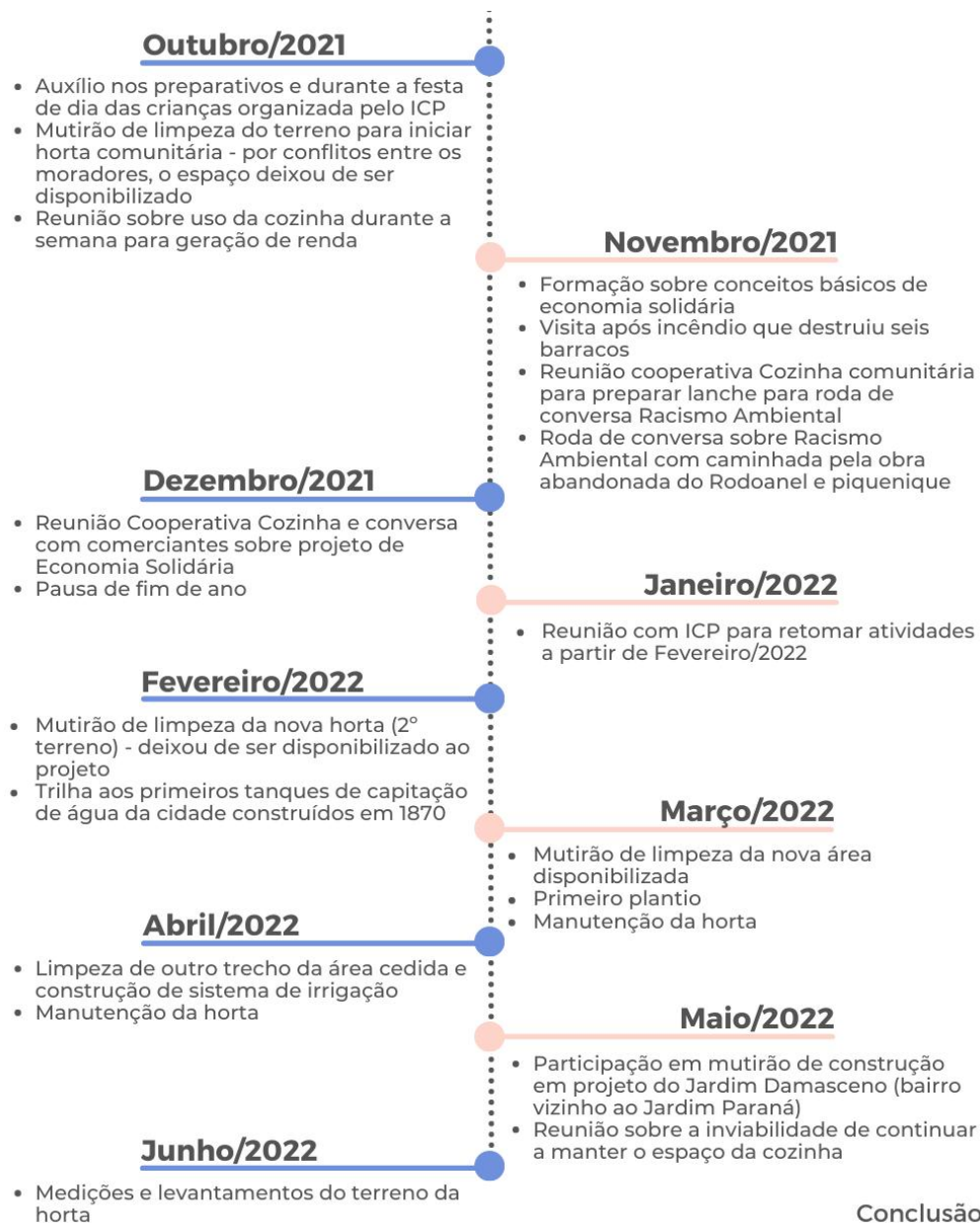
Fonte: arquivo MBV. Elaborado pela autora (2022).



Além destes projetos, o MBV auxiliou e participou de eventos promovidos pelo ICP, como a festa de 21 anos do ICP e a festa de dia das crianças, e também promoveu rodas de conversa sobre LGBTQIA+, Saúde Mental e Racismo Ambiental seguida por trilha em obra abandonada do Rodoanel Trecho Norte conduzida por morador da região, e passeio com trilha aos primeiros tanques de captação de água da cidade. As trilhas foram realizadas conforme sugerido por morador do Jardim Paraná, depois de identificar dificuldade de comunicação dos membros do MBV com a comunidade, a fim de estreitar a conexão entre os dois grupos.

Figura 12 - Linha do tempo das atividades realizadas na segunda fase do projeto no Jd Paraná





Fonte: relatos do arquivo MBV. Elaborado pela autora (2022).

A baixa mobilização foi bastante pontuada como um dos motivos para a descontinuidade dos projetos. Em outra pesquisa realizada na Brasilândia, Angieli (2012) menciona uma mudança ocorrida nas mobilizações do bairro<sup>20</sup>, percebida por lideranças locais e moradores que compartilhavam com a pesquisadora as dificuldades de mobilização e os problemas causados pelas disputas de poder entre diferentes grupos (religiosos, políticos, grileiros). Tal mudança se deve principalmente pela mudança ocorrida na Igreja Católica, que estimulava os processos de mobilização nas décadas de 70 e 80 por meio das Comunidades

<sup>20</sup> Autora ressalta que esta mudança não é algo claro para todos. Ela, inclusive, pontua que este aspecto foi percebido por ela somente quando se inseriu de fato nas redes locais, se envolveu e conquistou a confiança das pessoas.

Eclesiais de Base (CEB's), que tem como referência a Teologia da Libertação e a preocupação com as questões sociais, e a partir dos anos 90 diminui os questionamentos sobre o Estado, tendo como referência a Revolução Carismática que visa aproximar a população da igreja, mas distancia-se das questões sociais e políticas.

Os impactos dessa mudança na paisagem da Brasilândia são evidentes. Antes, com as constantes reivindicações fortalecidas pela igreja, existia um espírito coletivo muito forte, o que fazia dessas ações atos educativos e transformadores e que refletia em grandes transformações do tecido urbano. (ANGIELI, 2012: p. 182)

Adicionalmente a esta mudança, como visto no capítulo 1, ocorre em todo o país a institucionalização de movimentos sociais e cooptação de lideranças comunitárias, impactando diretamente no ativismo e nas mobilizações.

Por fim, a fundadora do ICP também havia sinalizado que a dificuldade de mobilização é um problema recorrente, pois a população é desacreditada das promessas feitas por atores externos e dificilmente se engajam antes de verem os resultados dos projetos.

### **3.2.1.1. Novas ações em andamento na capital paulista**

Após a finalização dos projetos realizados no Jardim Paraná em parceria com o ICP, o MBV firmou parceria com o Bruno Batista, educador social e liderança do Jardim Damasceno, também na Brasilândia. Ele desenvolve o projeto Saberes Ambiental, compartilhando conhecimentos de bioconstrução, horticultura, criação de abelhas, mas ainda com pouca articulação com a comunidade.

As ações mobilizadas pelo grupo envolvem: auxílio na manutenção do espaço e na bioconstrução de uma casa para uma mãe solo da região; construção de uma Emenda Parlamentar pela Bancada Feminista (mandato coletivo que conta com uma covereadora do Subverta) para formar moradores do bairro com o intuito de implementar hortas nas lajes das casas em um projeto futuro; curso de Horticultura oferecido pelo idealizador do Saberes Ambiental aos participantes do MBV.

Adicionalmente, foi iniciada inserção em uma escola da Brasilândia, onde foi realizada atividade de educação ambiental e, futuramente, o terreno em volta à escola, que atualmente é tomado por mato, será limpo para a construção de horta e espaço de lazer.

### 3.2.2. Atuação do MBV no Jardim Itatiaia, Campinas/SP

Com a adesão de militantes e voluntários da região de Campinas ao MBV, iniciaram-se os processos de constituir um Pólo na região e de buscar produtores agroecológicos e comunidades em situação de vulnerabilidade, a maioria indicada pelos próprios militantes. A partir disso, a comunidade do Jardim Itatiaia foi escolhida para participar do projeto.

A comunidade do Jardim Itatiaia é composta por cerca de oitenta famílias que, em parte, foram desalojadas de outro lugar para a construção de um condomínio com a promessa de que receberiam uma casa regularizada, o que nunca aconteceu em mais de dez anos de ocupação.

No início da ocupação, os moradores eram proibidos de construir em alvenaria, por isso, a maioria das casas são de madeirite e ocupam um quarteirão, onde todo o entorno é asfaltado, mas as ruas dentro da quadra são de chão batido.

Figura 13 - Mapa da localização da comunidade do Jardim Itatiaia, parceira do Mutirão pelo Bem Viver em Campinas



Fonte: elaborado pela autora (2023).

A parceria do MBV com a comunidade do Jardim Itatiaia começou em julho de 2020. Inicialmente, os alimentos eram adquiridos do coletivo de mulheres do MST de Limeira, mas, devido à distância, passaram a ser adquiridos na Horta Comunitária do Parque Itajaí, em Campinas. Os alimentos eram levados até a casa de uma das lideranças, onde eram montadas as cestas e distribuídas entre os moradores.

Figura 14 - Primeira fase do projeto na comunidade do Jardim Itatiaia



Fonte: arquivo MBV. Elaborado pela autora (2023).

Para a segunda fase, foi decidido junto às lideranças da comunidade construir uma horta comunitária e constituir a Associação de Bairro. Ambos os projetos já eram desejos antigos das lideranças, mas as hortas que faziam eram sempre destruídas (houve caso de horta ser derrubada por máquina) e, sem suporte jurídico, não conseguiram finalizar e regularizar a Associação. Este é um exemplo de como a opressão mina os sonhos dos oprimidos, obrigando-os a se conformarem com sua dura realidade, como evidenciado por Martin-Baró (2006) ao apontar que o discurso dominante insinua uma realidade pretensamente natural e a-histórica que conduz a população ao conformismo, muito conveniente para manter as estruturas de poder vigentes.

As lideranças da comunidade também pontuaram sobre a possível dificuldade de mobilizar a população antes que vejam o desenvolvimento concreto dos projetos.

Ademais, foi decidido o nome do território: Fennix.

◆ Horta comunitária

O projeto da horta iniciou em maio de 2021, com o primeiro mutirão de limpeza do terreno e posterior plantio de mudas. Ao longo do projeto, a maioria das mudas eram recebidas por meio de doações e algumas vezes eram compradas. Para auxiliar com técnicas de plantio de horta e agrofloresta, foi feita uma parceria com o PlantCampi, grupo de incentivo à agricultura urbana.

A primeira colheita aconteceu em julho de 2021. Todas as colheitas eram colocadas em caixas e distribuídas pela comunidade com o auxílio das lideranças.

O engajamento dos moradores não era constante. Neste ponto, as crianças da comunidade se destacavam no auxílio à manutenção da horta. Contudo, alguns moradores tomaram a iniciativa de fazer uma composteira.

O baixo engajamento não era o único problema enfrentado. Durante todo o projeto da horta comunitária, os moradores sofreram várias ameaças de destruição da horta, sendo que algumas se concretizaram. Por conta destas ameaças, o MBV elaborou uma cartilha instruindo os moradores sobre como agir nestes casos. Apesar das destruições, a horta foi sempre reconstruída, fornecendo diversas colheitas para a comunidade.

Figura 15 - Horta Comunitária Jardim Itatiaia: mutirões de limpeza, plantio, colheita e distribuição



Fonte: arquivo MBV. Elaborado pela autora (2023).

### ◆ Associação de Bairro

Com o aval e presença das lideranças, foi realizada uma reunião com os moradores em agosto de 2021 sobre a associação de bairro e todos os presentes (cerca de 10 pessoas) concordaram com sua abertura.

Finalmente, em novembro de 2021 foi realizada a Assembleia de Constituição da Associação de Bairro<sup>21</sup>, que contou com a presença de membros do MBV de Campinas e da capital, vereador de Campinas, que auxiliou com a obtenção de informações sobre o terreno, cerca de 30 moradores e lideranças da comunidade.

Inicialmente foi explicada a dinâmica da assembleia, seguida de falas das lideranças que enfatizaram a necessidade de união entre os moradores, de valorizar a horta e respeitar a caçamba (alugadas quando há mutirão de limpeza do terreno). O vereador pontuou a importância da organização da comunidade, já que os mandatos passam mas a comunidade fica, e, posteriormente em particular com membros do MBV, parabenizou o trabalho e disse estar impressionado com a organização do MBV.

Entre os presentes também estava um ex-morador do bairro que, apesar de não morar na comunidade, está presente com frequência, pois tem familiares que moram em frente à ocupação. Por ser formado em Direito, reforçou aos moradores a importância do que estava acontecendo, disse estar empolgado e recomendou que os moradores valorizem porque não é qualquer lugar que recebe esse tipo de apoio.

Em seguida, os advogados do MBV leram o estatuto para a comunidade, explicando cada trecho em uma linguagem menos formal. Depois, foi feita a eleição do conselho, composto por cinco moradores e lideranças da comunidade. Ao final, o clima era de muita alegria e entusiasmo, principalmente entre os moradores. O medo havia sido substituído por esperança.

Posteriormente houve o registro formal do estatuto, que foi aprovado, contendo o artigo a seguir:

“Artigo 2º - O objetivo primordial da Associação é a construção do **bem-viver** para tudo e todos que habitam o bairro Jd. Itatiaia em Campinas e seus arredores, resolvendo por meio de decisões coletivas e democráticas a tomada de ações comunitárias voltadas para a melhoria da qualidade de vida dos associados.” (arquivo MBV, negrito nosso).

Meses antes, durante um dos eventos realizados na comunidade, também com o intuito de fomentar a mobilização, foi aberto espaço para falas dos moradores, que disseram

---

<sup>21</sup> Optou-se por Associação de Bairro, e não de moradores, pois as lideranças convidaram os membros do MBV de Campinas a se associarem.



esperar colher união e emancipação com a horta. A constituição da Associação de Bairro deu início ao plantio da união entre eles e força coletiva.

Figura 16 - Assembléia de Constituição de Associação de Bairro na comunidade do Jardim Itatiaia



Fonte: arquivo MBV. Elaborado pela autora (2023).

Além da horta comunitária e da Associação de Bairro, outras atividades foram realizadas junto à comunidade, dentre elas: evento Julino com roda de conversa e bingo; diversas atividades com as crianças (criação de boneco ecológico, pintura do convite do evento “Café Julino”, oficina de pipas, festa de dia das crianças); participação no “Encontro Junino da Natureza” com a presença de moradores da comunidade; censo com as famílias da comunidade.

Figura 17 - Linha do tempo das atividades realizadas na segunda fase do projeto no Jd Itatiaia



Fonte: relatos do arquivo MBV. Elaborado pela autora (2022).

### **3.2.3. Reflexões sobre as atuações no Jardim Paraná e Jardim Itatiaia**

Não há dúvidas de que os projetos emancipatórios exigem muito mais persistência e constância do que os de cunho assistencialista. Contudo, como a cultura assistencialista já está mais enraizada tanto no ICP quanto no Jardim Paraná, afinal, o ICP atua há mais de 20 anos na comunidade, o percurso até uma nova organização popular pode ser mais longo.

Uma possível explicação para a descontinuidade do projeto no Jardim Paraná e continuidade no Jardim Itatiaia pode estar relacionado com o fato dos projetos realizados serem desejos antigos de alguns moradores e lideranças do Jardim Itatiaia, enquanto que no Jardim Paraná não houveram indícios de haver desejo de construção de projetos de cozinha e horta comunitárias anteriormente à proposta feita pelo MBV. Contudo, em visita posterior à finalização do projeto junto ao ICP, a fundadora comentou que deseja iniciar uma horta comunitária, mas ainda está em busca de um terreno para tal. A falta de um terreno para esta finalidade já foi demonstrada como um dos impeditivos para a continuidade da horta comunitária.

Além disso, é essencial que alguém da comunidade dê continuidade aos projetos nos dias em que o MBV não esteja presente na comunidade. A ausência desta pessoa no Jardim Paraná dificultou muito a atuação nos últimos meses do projeto. Outro ator importante se assemelha ao que Gramsci chamou de intelectual orgânico. São intelectuais que permaneceram conectados a sua classe social de origem, como porta-vozes (ALVES, 2010). A presença de atores semelhantes a este, auxiliou no decorrer dos projetos em ambas as comunidades estudadas ao desempenharem o papel de articulador entre a comunidade e o MBV.

### **3.3. Atividades internas do MBV durante a segunda fase do projeto**

Já as atividades internas do MBV durante o mesmo período foram:

- › Formações internas: formação de monitores para educação popular; o que é movimento social; grupo de estudos sobre o Bem Viver;
- › Reuniões: sobre estrutura organizativa, planejamento estratégico, auto-avaliações da própria atuação, definição de objetivos, discussão e alinhamento das atividades a serem propostas para a comunidade;
- › Força Tarefa de Escuta: reuniões em pequenos grupos para ouvir os militantes do MBV e entender o que pode ser melhorado na organização, devido desmobilização interna

#### **4. As diversas perspectivas sobre o Mutirão pelo Bem Viver em São Paulo.**

O presente capítulo apresenta as percepções dos diferentes atores sociais envolvidos no projeto do Mutirão pelo Bem Viver. Inicialmente, será apresentado o perfil dos participantes entrevistados e suas motivações em participar do projeto. Em seguida, serão analisadas suas percepções no que diz respeito a estrutura organizacional, atuação, contribuições para as comunidades parceiras e relação com o Coletivo Subverta. Por fim, serão apresentados os entendimentos sobre o Bem Viver, Movimentos sociais e Coletivos.

##### **4.1. Caracterização dos participantes das entrevistas**

Foram entrevistadas 13 pessoas envolvidas com o projeto MBV a partir de três roteiros de entrevistas, disponíveis nos apêndices (A, B e C). O primeiro roteiro teve caráter exploratório a fim de ampliar o entendimento sobre a atuação do Subverta e de sua relação com o MBV, por isso foi utilizado na entrevista de um militante do Subverta que ajudou a impulsionar o MBV, ocorrida em 14/10/21.

Posteriormente, foram desenvolvidos dois novos roteiros. O segundo roteiro foi utilizado nas entrevistas com sete participantes do MBV, contemplando quatro blocos de perguntas sobre o perfil do participante, suas motivações, atuação do MBV e contribuições e desafios do MBV. As entrevistas ocorreram entre fevereiro e junho de 2022. Já o terceiro roteiro foi utilizado nas entrevistas com três moradores/lideranças do Jardim Paraná no período de outubro de 2022 a janeiro de 2023, e um ex-morador e liderança do Jardim Itatiaia em maio de 2023.

Por se tratarem de grupos distintos, a caracterização das pessoas entrevistadas foi dividida de acordo com o grupo principal do qual pertencem, a saber: militantes do Subverta e voluntários do MBV (grupo 1, 7 respondentes)<sup>22</sup>, moradores e liderança do Jardim Paraná (grupo 2, 3 respondentes) e ator externo e liderança do Jardim Itatiaia (grupo 3, 2 respondentes), e será apresentada nesta ordem.

O grupo formado por membros do Subverta e MBV é composto por jovens de idade entre 21 a 25 anos (29%) e, majoritariamente, entre 26 e 30 anos (71%). Apenas um (14%) dos entrevistados possui até o ensino médio completo, os demais estão divididos igualmente em dois grupos: ensino superior completo e pós-graduação completa (43% cada um dos

---

<sup>22</sup> Para a caracterização foi desconsiderado o Participante 1 visto que participou da entrevista exploratória sobre o Coletivo Subverta e sua relação com o MBV.

grupos), sendo que apenas um (14%) cursou em universidade privada sem bolsa, os demais cursaram em universidade pública (29%) ou foram contemplados pelo Programa Universidade Para Todos (ProUni) (43%). Os dados vão de encontro ao argumento de que os grupos autonomistas surgiram, principalmente, a partir dos grupos de indivíduos contemplados pela ampliação do acesso ao ensino superior ocorrida durante o governo petista, defendido por Tatagiba e Galvão (2019). Os gráficos 1, 2 e 3 apresentam os dados mencionados.

Gráfico 1 - Idade dos membros do Subverta/MBV entrevistados



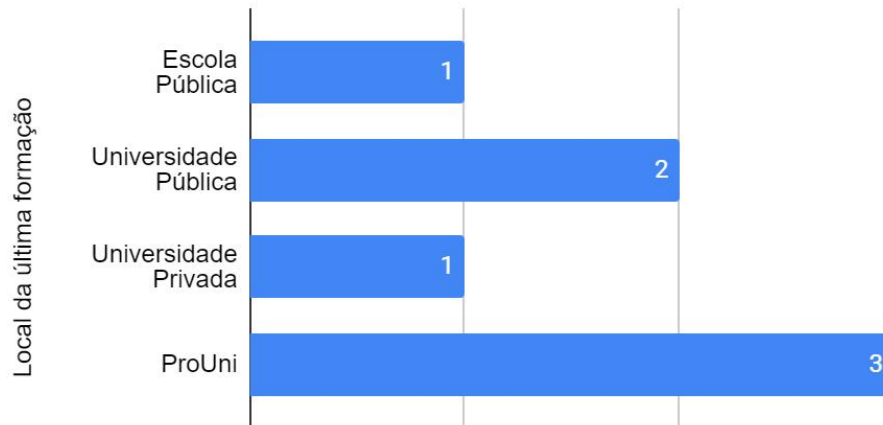
Fonte: elaborado pela autora (2023).

Gráfico 2 - Escolaridade dos membros do Subverta/MBV entrevistados



Fonte: elaborado pela autora (2023).

Gráfico 3 - Local da última formação dos membros do Subverta/MBV entrevistados



Fonte: elaborado pela autora (2023).

Quanto à residência, 1 entrevistado mora na Zona Leste, outro na Zona Oeste, 2 pessoas moram na Grande São Paulo, outras 2 no interior de São Paulo e uma em Campinas. O gráfico 4 apresenta estes dados.

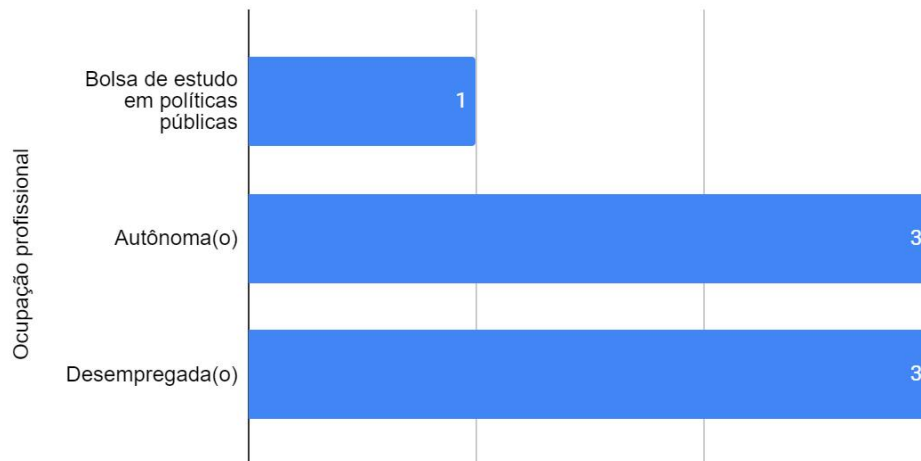
Gráfico 4 - Local de residência dos membros do Subverta/MBV entrevistados



Fonte: elaborado pela autora (2023).

Com relação à ocupação profissional, os entrevistados demonstraram possuir maior flexibilidade de horário, o que também refletiu na maior facilidade em marcar e realizar as entrevistas. Dos 7 entrevistados, 3 (43%) são autônomos, 3 (43%) estão desempregados e 1 (14%) possui bolsa de estudos em políticas públicas. O gráfico 5 demonstra estes dados.

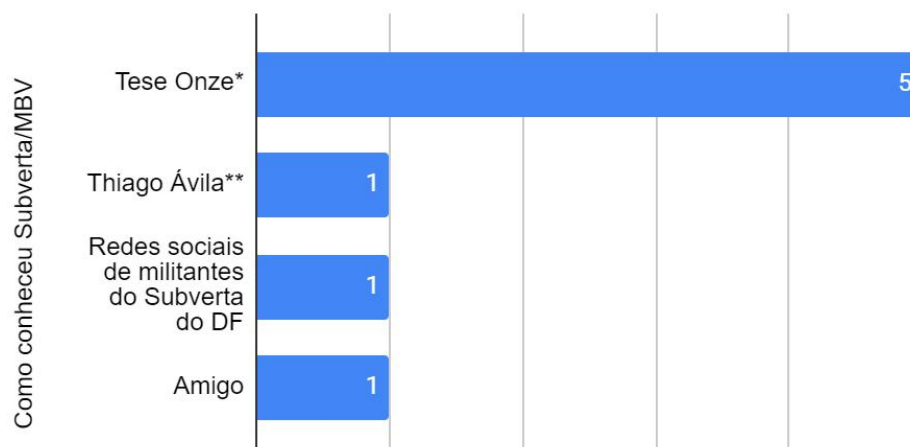
Gráfico 5 - Ocupação profissional dos membros do Subverta/MBV entrevistados



Fonte: elaborado pela autora (2023).

Os entrevistados conheceram, tanto o Subverta e MBV, quanto o Bem Viver, majoritariamente pela internet (76%)<sup>23</sup>, sendo o canal do YouTube Tese Onze o mais citado em ambos os casos, mas também aparecem o influenciador Thiago Ávila e outros militantes do Subverta, sem que nomes tenham sido citados. Apenas 4 pessoas (24%) conheceram por meio offline, dentre elas, 1 pessoa conheceu o Subverta/MBV através de um amigo e 3 pessoas conheceram o Bem Viver pelo Subverta/MBV. Os gráficos 6 e 7 apresentam estas informações.

Gráfico 6 - Como os membros do Subverta/MBV entrevistados conheceram o Subverta /MBV



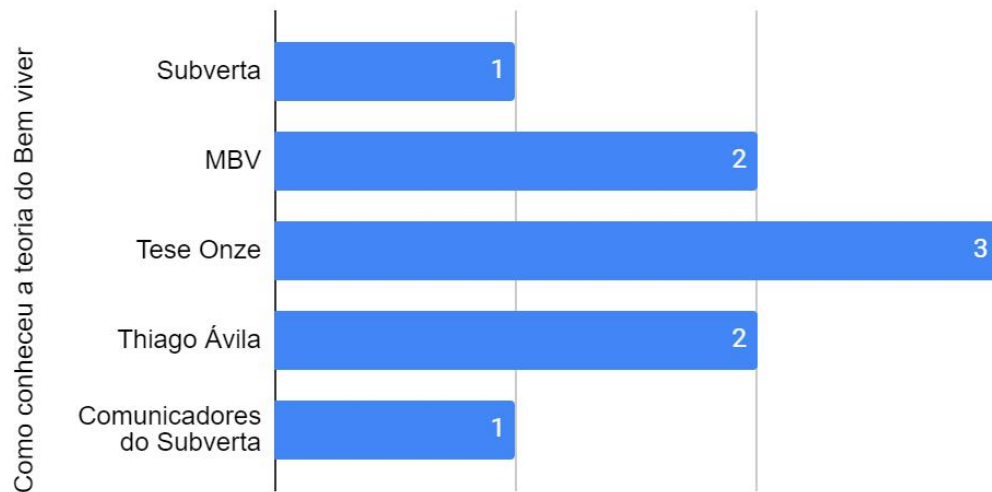
\*Tese Onze é um canal do YouTube criado, desenvolvido e produzido pela socióloga Sabrina Fernandes, ex-militante do Coletivo Subverta

\*\*Thiago Ávila é influenciador digital, socioambientalista, criador do canal do YouTube Bem Vivendo e ex-militante do Coletivo Subverta

Fonte: elaborado pela autora (2023).

<sup>23</sup> Alguns entrevistados responderam mais de uma fonte de informação.

Gráfico 7 - Como os membros do Subverta/MBV entrevistados conheceram o Bem Viver



Fonte: elaborado pela autora (2023).

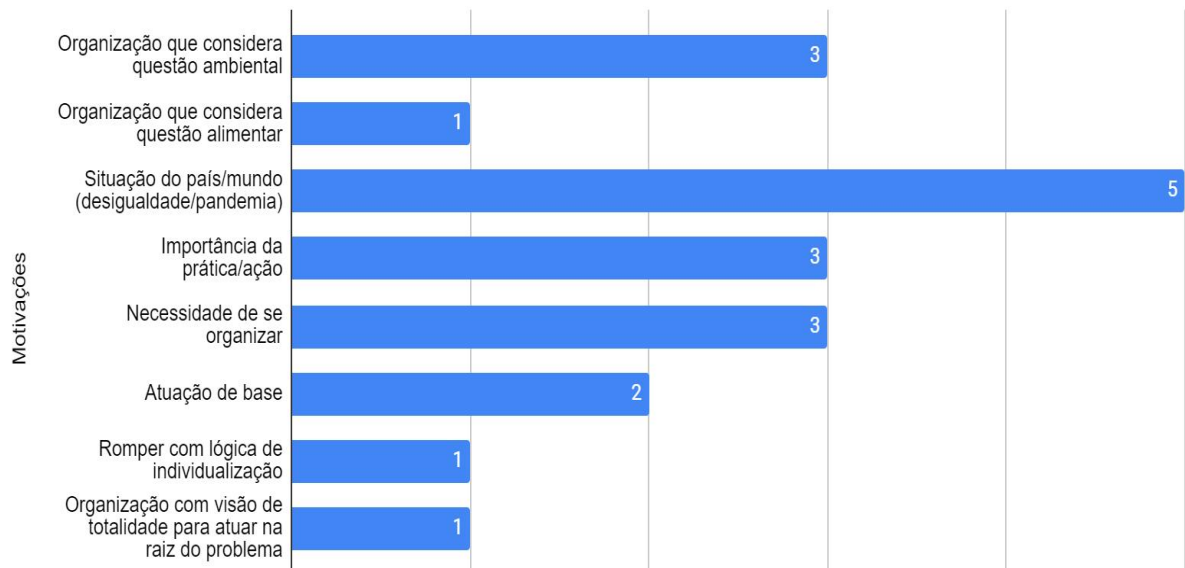
Todos os entrevistados relataram ser a primeira vez que participam de um coletivo/movimento social, sendo assim, trata-se da primeira experiência de militância de todas as pessoas entrevistadas.

No quesito sobre o que motivou os entrevistados a participarem do Subverta e/ou MBV, o principal motivo mencionado<sup>24</sup> foi a situação do país e do mundo, no que diz respeito à desigualdade social e à pandemia, sendo citado por 5 (26%) indivíduos e, dentre eles, 3 mencionaram estar indignados. Outros motivos citados por 3 (16% cada) entrevistados foram: organização que considera a questão ambiental; importância da prática/ação; e necessidade de se organizar. A atuação de base foi citada por 2 (11%) entrevistados. Apenas 1 entrevistado mencionou organização que considera a questão alimentar; outro mencionou romper com lógica de individualização; e mais um citou organização com visão de totalidade para atuar na raiz do problema (5% cada).

<sup>24</sup> Alguns entrevistados responderam mais de um motivo.



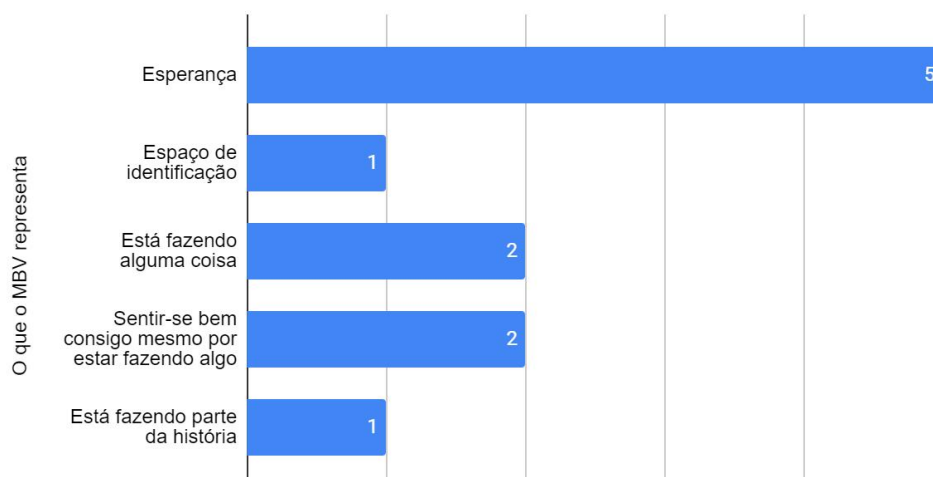
Gráfico 8 - Motivação em participar do Subverta/MBV



Fonte: elaborado pela autora (2023).

Perguntados sobre o que o MBV representa para eles<sup>25</sup>, 5 entrevistados responderam que representa esperança (45%), 2 pessoas responderam que representam que estão fazendo alguma coisa (18%), outras 2 pessoas mencionaram que sentem-se bem por estar fazendo alguma coisa (18%), 1 pessoa disse representar um espaço de identificação (9%) e outra respondeu que está fazendo parte da história (9%).

Gráfico 9 - O que o MBV representa para os membros do MBV entrevistados



Fonte: elaborado pela autora (2023).

<sup>25</sup> Alguns entrevistados responderam mais de uma representação.

Neste sentido, tanto a principal motivação citada (situação do país), quanto a principal representação do MBV (esperança), parecem ser uma continuidade do ciclo de protestos de Junho de 2013, quando as emoções ganharam destaque (GOHN, 2016).

A partir da atuação, tanto no Subverta, quanto no MBV, o aprendizado mais citado<sup>26</sup> pelo grupo entrevistado foi o melhor entendimento da dinâmica política institucional brasileira (38%), tendo relação com o fato de se referir a primeira experiência de ativismo e militância dos entrevistados. Outros aprendizados mencionados referem-se à conhecimentos sobre horta e agroecologia (23%), sobre questões alimentares, no que diz respeito ao veganismo e a soberania alimentar (23%) e a trabalhar em coletivo (15%).

Gráfico 10 - Aprendizados adquiridos pelos membros do MBV entrevistados



Fonte: elaborado pela autora (2023).

Iniciando a caracterização do Grupo 2, referente a comunidade do Jardim Paraná, notamos, como o esperado, diferenças se comparado com o perfil do primeiro grupo já apresentado. Apesar de apresentar dois respondentes (28 e 30 anos de idade) na mesma faixa etária do Grupo 1 (26 a 30 anos), um dos respondentes possui 57 anos de idade. Em relação ao grau de escolaridade, apenas um dos entrevistados possui ensino superior com pós-graduação, contudo, cursado em instituições privadas, e todos concluíram o ensino básico em escola pública. Todos os respondentes moram no Jardim Paraná há mais de 20 anos. Quanto à ocupação profissional, apesar de exercerem cargos distintos, trabalham na dinâmica de horário comercial, sendo que um dos respondentes refere-se à fundadora do ICP, liderança do Jardim Paraná. Todos conheceram o projeto do MBV por meios offline (indicação de familiar e de amigo, pelo ICP). Por fim, apenas um dos respondentes não possui experiência de

<sup>26</sup> Alguns entrevistados responderam mais de um item.

ativismo. Já as outras 2 pessoas atuam em conselhos da região e uma delas integra um coletivo de cicloativismo. A seguir o quadro 3 apresenta as informações descritas.

Quadro 3 - Caracterização dos respondentes do Jardim Paraná.

Idade	Escolaridade	Local formação	Residência	Ocupação profissional	Como conheceu MBV	Experiência no ativismo
28	Ensino Técnico	Escola pública	Jardim Paraná (há 22 anos) - casa própria	Recepcionista	Familiar	Nunca participou de coletivos/movimentos sociais
57	Ensino médio completo	Escola pública	Jardim Paraná (há 27 anos) - residência cedida	Fundadora ICP	Amigo	Conselheira de habitação, do CADES e Conselho Gestor do CEU Paz
30	Pós-graduação	Ensino básico público   Ensino superior privado	Jardim Paraná (há 25 anos) - usucapião	Gestor de projetos	ICP	Conselheiro CADES e do CEU Paz, liderança do Coletivo Ciclo ZN (cicloativismo)

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Os motivos para participar dos projetos do MBV citados foram: a pandemia (40%); interesse em aprender sobre veganismo (20%); começou a desenvolver outros projetos após criar laços com os membros do MBV; e por ser voluntário do ICP. O gráfico 10 apresenta estes dados.

Gráfico 11 - Motivação dos moradores e liderança do Jardim Paraná em participar dos projetos MBV.



Fonte: elaborado pela autora (2023).

No terceiro grupo foi incluído um ator externo, que não participa do Subverta e do MBV e não é morador da ocupação. A escolha por entrevistá-lo com o mesmo roteiro de entrevistas utilizado para a população da comunidade se deu pela maior identificação, por parte do entrevistado, com a comunidade do que com o MBV, além de ser ex-morador do bairro, o qual continuou frequentando mesmo após a mudança. Outro fator que influenciou na escolha por entrevistá-lo foi a informação de que ele parece deixar a relação entre MBV e a comunidade mais orgânica, obtida durante a entrevista com o Participante 4 que atua em Campinas, além do papel fundamental que desempenhou na regularização da Associação de Bairro. Assim, é possível diversificar as perspectivas sobre o MBV.

Desse modo, seu perfil não reflete a realidade da comunidade do Jardim Itatiaia. Na verdade, se aproxima mais do perfil dos membros do MBV, no que diz respeito à faixa etária, à escolaridade e à ocupação profissional. Contudo, diverge no modo como conheceu o projeto do MBV (offline, por meio da própria comunidade do Jardim Itatiaia) e na experiência prévia no ativismo, tendo participado de coletivos universitários durante a graduação.

A segunda pessoa entrevistada é uma das lideranças da ocupação do Jardim Itatiaia. Ela tem 45 anos de idade, não terminou o ensino médio, estudou em escola pública, mora há 11 anos na ocupação, é dona de casa e trabalha de modo informal (faz “bicos”). O projeto do MBV foi apresentado à comunidade pelos próprios participantes do MBV, sendo que um deles havia participado de outra ação na comunidade e, por isso, indicou para o MBV. Atualmente, faz parte da associação de bairro da comunidade do Jardim Itatiaia. A seguir, o quadro 4 apresenta as informações descritas sobre ambos os entrevistados.

Quadro 4 - Caracterização de ator externo e liderança do Jardim Itatiaia.

Idade	Escolaridade	Local formação	Residência	Ocupação profissional	Como conheceu MBV	Experiência no ativismo
27	Ensino superior com especialização	Ensino básico privado   Ensino superior público	Valinhos*	Advogado	Comunidade do Jd. Itatiaia	Associado da Associação de Bairro da comunidade do Jd. Itatiaia Participou de coletivos universitários durante a graduação
45	Ensino médio incompleto	Escola pública	Ocupação Jardim Itatiaia (há 11 anos)	Do lar	Integrante do MBV havia participado de ação na comunidade e apresentou o projeto do MBV à comunidade	Associação de Bairro da comunidade do Jd. Itatiaia

\*morou até os 10 anos no Jd. Itatiaia, mas continuou frequentando o bairro porque tem familiares que moram em frente a ocupação

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Quanto a motivação em participar do projeto, a líder comunitária citou a pandemia, já o ator externo afirmou que sua intenção era, depois de terminar a faculdade, trabalhar pela comunidade da ocupação no Jardim Itatiaia, por isso, prefere trabalhar como um ator externo, mas conjuntamente com o MBV.

Durante uma das rodas de conversa realizadas no Jardim Paraná, conversávamos sobre Racismo Ambiental, enquanto caminhávamos pela obra abandonada do Rodoanel Trecho Norte, que divide as casas periféricas e a natureza da Serra da Cantareira, onde há condomínios de luxo que captam água das nascentes da região, mais um dos retratos da desigualdade, tão presente em nosso país. Foi neste cenário que ouvimos a liderança do Jardim Damasceno, bairro vizinho ao Jardim Paraná, enfatizar que o tempo e a dinâmica da favela são diferentes da cidade<sup>27</sup>. Isso se refletiu nas entrevistas.

Em contraste com a facilidade em marcar e realizar as entrevistas com os membros do Subverta/MBV, as entrevistas com as duas lideranças, tanto do Jardim Paraná, quanto do

<sup>27</sup> Para saber mais sobre a dinâmica da periferia, veja: “Ecologia de saberes nas questões socioambientais: do lugar de fala à luta coletiva”, mesa-redonda ocorrida durante o IV Simpósio Interdisciplinar de Ciência Ambiental, que conta com a participação da liderança citada, Bruno Batista. Ele e outras lideranças presentes falam sobre a questão socioambiental a partir de seus territórios. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9WJYIbG26uo&list=PLcAjSMjQXfTbIzTcA7vtwDOM1D7wGTAuG>

Jardim Itatiaia, precisaram ser remarcadas algumas vezes, além de haver interrupções durante as entrevistas para atender demandas externas.

#### **4.2. Percepções sobre a estrutura organizacional**

Como já descrito no capítulo anterior (tópico 3.1), a estrutura organizacional do MBV é feita com base na horizontalidade, portanto os indivíduos escolhem em qual(is) Grupos de Trabalho (GT) desejam atuar, as tarefas são distribuídas de modo voluntário e há “sujeitos de referência” em cada um dos GTs que ficam responsáveis por orientar quais tarefas devem ser executadas.

Apesar da maioria dos membros do MBV entrevistados dizerem gostar da estrutura horizontal por considerarem não haver imposição, também relataram o problema de demora nas tomadas de decisão, já apontado em outros estudos (THIBES et al, 2020), que conseqüentemente, podem deixar as ações muito morosas.

Outro problema relatado refere-se à algumas instâncias ficarem abandonadas. Entretanto, este aspecto parece estar mais relacionado com a desorganização interna, ocorrida em maior intensidade logo após o desligamento dos idealizadores do projeto do Subverta, e pelo abandono da prática de “sujeitos de referência” nos grupos de WhatsApp/Telegram correspondentes a cada GT. Deste modo, durante a realização das entrevistas, havia sido retomada a atuação de “sujeitos de referência”, além de terem sido criadas Coordenações Estaduais, tanto no MBV quanto no Subverta, com membros rotativos e votados pelos membros do Subverta e MBV, a fim de articular (e não coordenar de cima para baixo) as diferentes atuações realizadas nos diferentes estados. Portanto, reforça que a questão central é a desconstrução discursiva de sentidos (MARQUES e MARX, 2020).

Contudo, o fato de a maioria das pessoas aderirem por meio da internet e de grande parte da organização acontecer remotamente, também foi pontuado como uma dificuldade para atuar, adicionado, principalmente, a ausência de coordenadores formais, já que os “sujeitos de referência” nem sempre eram evidenciados ou apresentados aos novos integrantes. A integração de novos participantes ao projeto era feita por meio de reuniões online de boas vindas, onde era apresentado o projeto, os GTs e perguntado em quais GTs gostariam de atuar. Após esta reunião, os novos integrantes eram adicionados aos grupos de WhatsApp correspondentes ao GT escolhido. Por isso, havia uma dificuldade de entender o que precisava ser feito ou saber com quem poderiam conversar a respeito. A falta de “sujeitos de

referência” também foi apontado como um erro por um dos entrevistados que participou da implantação do projeto em São Paulo/SP.

Criar grupo para todas as instâncias, e cria um monte de instâncias, e joga as pessoas naqueles GTs, e acredita piamente que aquelas pessoas vão se auto organizar para fazer aquele GT funcionar, sem precisar de ninguém ir chamando e, sabe, puxando o GT, e falando “vamos galera, preciso de alguém para fazer essa tarefa aqui”. Então, isso é um problema que a gente tem dentro do Subverta e que a gente definitivamente replicou pro Mutirão. (Participante 2, entrevista realizada em 18/02/22)

Uma das pessoas entrevistadas pontuou que a horizontalidade é uma aposta que rompe com a tradição marxista por não adotarem o centralismo democrático, já que possuem o compromisso com a descentralização. Portanto, para esta pessoa é necessário aprofundar o método de organização horizontal. Observamos, então, a articulação entre as teorias marxistas e as correntes anarquistas nos coletivos vinculados aos partidos políticos.

O que fica claro na busca pela horizontalidade é a preocupação com processos de tomada de decisão que considerem a opinião de todos os envolvidos e a eliminação do autoritarismo dentro da organização, ainda que pareça ser interpretada como ausência da formalização de funções e tarefas, que na verdade dificulta a realização das tarefas. Portanto, o papel da horizontalidade é a descentralização do controle, fundamental para manter a diversidade e evitar um colapso social e ecológico (SHIVA, 2002).

Já para as comunidades do Jardim Paraná e Jardim Itatiaia, as ações eram sugeridas em reuniões presenciais na própria comunidade, que opinava sobre a viabilidade. Deste modo, o andamento do projeto na comunidade é decidido com a participação de alguns (poucos) moradores engajados e das lideranças. Este aspecto confirma, mais uma vez, que o trabalho de base deve ser feito com contato pessoal (MAIA, 2013). O mesmo pressuposto deve ser empregado para a construção de uma democracia verdadeiramente participativa, pois esta exige reuniões presenciais e debates face a face (SANTOS, 2021).

### **4.3. Percepções sobre a atuação**

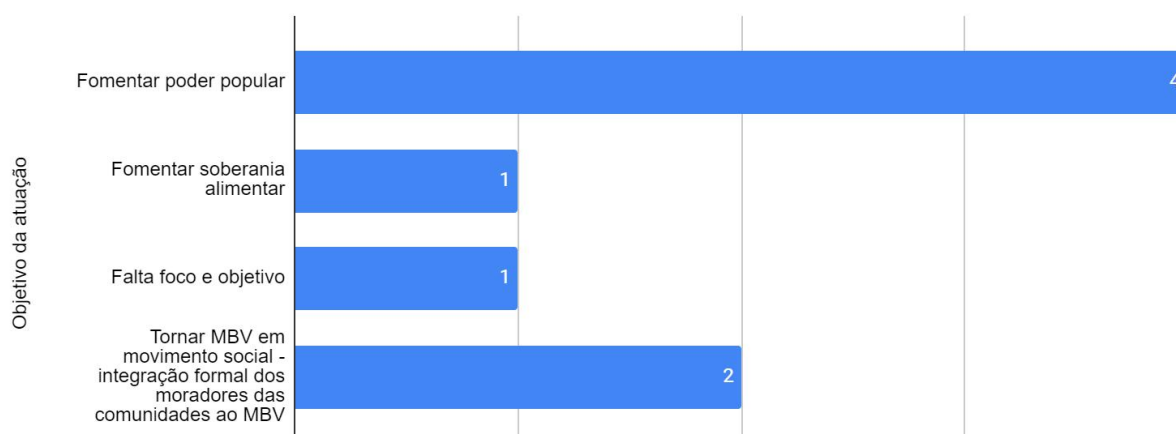
As principais ações e projetos realizados com as comunidades já foram apresentados no capítulo anterior, a saber: cozinha comunitária e cooperativa, economia solidária e horta comunitária no Jardim Paraná, e associação de bairro e horta comunitária no Jardim Itatiaia. Entretanto, quando perguntados sobre o principal objetivo da atuação do MBV, a maioria dos participantes do MBV entrevistados respondeu que é fomentar o poder popular nos territórios

onde tem parceria (50%). Um dos entrevistados acrescentou que, além do poder popular, é fomentar a soberania alimentar (12%).

Outro entrevistado considera que falta foco e objetivo ao MBV, pois os objetivos são baseados nas demandas dos territórios. Esta percepção pode estar associada com a transição de fases ocorrida no projeto, pois a primeira fase de entrega de cestas exigia uma organização mais padronizada, diferente da segunda fase, que demanda uma atuação mais criativa, que atenda às diferentes demandas das comunidades, além de se tratar de um participante do MBV que atua remotamente e nunca visitou os territórios. Adicionalmente, podemos considerar que seja um reflexo do caráter mais descentralizado e contextual das pautas dos coletivos, que são articuladas com frequência (MARQUES e MARX, 2020).

Por fim, dois entrevistados disseram que o objetivo é integrar formalmente os moradores das comunidades à estrutura do MBV para que possam participar mais ativamente e transformar o MBV em um movimento social (25%). O argumento utilizado por um destes respondentes é que movimento social não se sustenta apenas com apoiadores, mas acrescentou que ainda não sabe se isso será firmado com a integração dos moradores ao MBV ou através de parcerias duradouras firmadas com movimentos e/ou organizações locais. O gráfico 12 apresenta os objetivos da atuação do MBV citados nas entrevistas com seus participantes.

Gráfico 12 - Objetivo da atuação do MBV de acordo com os membros do MBV entrevistados.



Fonte: elaborado pela autora (2023).

Apesar do discurso sobre o meio ambiente se destacar na atuação do MBV, inclusive pela forma que são percebidos pelas comunidades que é refletido em como o grupo é chamado pelas lideranças das comunidades (pessoal do verde para o Jardim Paraná e pessoal da horta para o Jardim Itatiaia), os projetos da horta e cozinha comunitárias também são



utilizados como instrumentos para fomentar a auto-organização da população das comunidades.

Contudo, para os participantes do MBV que atuavam no Jardim Paraná, faltou conseguir explicar sobre o caráter emancipatório e de politização do projeto de modo que as pessoas da comunidade envolvidas pudessem entender melhor e se apropriar das ações desenvolvidas com o projeto.

Quando solicitados a descrever os projetos do MBV, os moradores do Jardim Paraná entrevistados citaram curso de veganismo ou receitas veganas, horta comunitária e economia solidária/moeda solidária e que esperavam, com os projetos, ajudar as famílias com geração de renda, gerar mais conscientização ao ICP e engajamento maior na comunidade.

Perguntados se havia diferenças entre a parceria com o MBV e com outras organizações, os entrevistados mencionaram que as parcerias com outras organizações são mais mecânicas, direcionam o ICP, e de caráter assistencial, enquanto que a parceria com o MBV levava em consideração a opinião do ICP, com decisões sendo tomadas em conjunto, além de ser um projeto de capacitação e informação.

Já os entrevistados referente ao Jardim Itatiaia citaram a associação de bairro para regularizar o terreno da ocupação e a horta comunitária para incentivar as crianças da comunidade e até mesmo os adultos. Ambos esperam melhorar a condição de vida da comunidade com os projetos.

Quanto às diferenças entre os projetos realizados com o MBV e com outras organizações, disseram que as outras ações são mais pontuais, enquanto que o MBV tem uma proposta de trabalho integrado e contínuo, além de afirmar que, diferente de outras organizações, o MBV não desistiu da comunidade, mesmo com as dificuldades.

Uma falha apontada por alguns dos entrevistados externos ao MBV refere-se à comunicação do MBV com a comunidade. Para estes entrevistados, há uma dificuldade das pessoas e movimentos advindos da academia de dialogar com a periferia e despertar o interesse da população. Parte da crítica se deve ao entendimento de que o discurso acadêmico está distante da realidade da periferia. Duas pessoas do MBV entrevistadas também citaram esta dificuldade de diálogo, mas entendem que a dificuldade se deve às diferenças da realidade de vida dos participantes do MBV em relação à realidade vivida na periferia. Esta já é uma crítica bastante feita à composição do PSOL, formado majoritariamente por uma classe média universitária que não consegue dialogar com as periferias (SOLANO, 2016).

mas eu acho que é só um convívio mais próximo mesmo que possa ir quebrando essas barreiras (Participante 11, entrevista realizada em 10/01/23)

Este trecho da fala do morador do Jardim Paraná se relaciona com a crítica da esquerda ter se distanciado da base, que parece, muitas vezes, ser interpretada como uma necessidade de ter indivíduos da base nas organizações da sociedade civil, movimentos sociais, coletivos, partidos, quando a real necessidade é buscar entender a realidade vivida na periferia e suas demandas. Para que isso aconteça, como disse o morador, é preciso conviver, estar presente na periferia, ouvir mais do que falar e estar aberto, possivelmente, a quebrar algumas crenças pessoais.

Além do desafio da comunicação, outros participantes do MBV citaram que desfazer a lógica individualista, mudar a forma como enxergamos a vida e como vivemos coletivamente também são desafios que o MBV enfrenta.

Por fim, um dos pontos positivos com os projetos mencionados pelos entrevistados do MBV foi a boa relação construída com os moradores das comunidades, que se confirma com a fala final das duas lideranças entrevistadas, quando perguntadas ao final da entrevista se gostariam de acrescentar alguma coisa.

Quero falar que eu amei, amo e vou amar vocês sempre. O Mutirão foi muito importante para gente, construímos uma relação de muito amor e carinho, de parceria. Falar de você, para te ajudar aí na questão da faculdade, falar do que a gente viveu com tanto amor e carinho é um prazer, entendeu? Amo vocês todos, todos, a gente não esquece. [...] E vocês merecem tudo de bom. Jovens como vocês, eu nunca encontrei. Eu espero que vocês continuem essa caminhada linda. Amo vocês. (Participante 10, entrevista realizada em 14/12/22)

Ai, só de agradecer, de agradecer muito muito muito, primeiro a Deus, e depois pedir a Deus que proteja sempre a minha turminha, as minhas crianças, que eles consigam sempre, sempre, continuar com esse projeto que é muito gratificante, é muito bom, ajuda bastante. (Participante 13, entrevista realizada em 23/05/23)

#### **4.3.1. Contribuições para as comunidades**

Unanimemente, os participantes do MBV acreditam que a principal contribuição do projeto para as comunidades é mostrar como se organizar coletivamente, convergindo com o principal objetivo do projeto apontado por eles. Alguns disseram que isso acontece por meio da prática, conforme atua, vê acontecer, mas que ainda é uma atuação pequena, com poucos e pequenos avanços. A partilha de saberes também foi citada como contribuição.

Ah, eu acho que são sementes que estão sendo jogadas né? Eu ainda não vejo nada muito organizado do tipo “a gente tá fazendo isso que tá trazendo

determinado resultado que vai chegar aqui” [...] mas eu acho que tudo que foi feito, pelo menos foram sementes jogadas, foram relações criadas né, foram conversas que foram compartilhadas (Participante 8, entrevista realizada em 28/06/22).

Um dos entrevistados citou um aspecto de inspiração no sentido emocional, relacionado ao sentimento de esperança:

[...] nós temos uma tarefa muito importante hoje em dia de levar mais esperança para as pessoas. Eu acho que o clima mais generalizado hoje em dia é de que a humanidade falhou, de que a sociedade é isso, e vai continuar sendo ruim, que cada um tem que só tentar sobreviver. E eu acho que existe um aspecto muito revigorante de você conhecer pessoas que estão realmente dedicadas e que acreditam e podem levar esse tipo de esperança, essa imaginação de um mundo diferente (Participante 6, entrevista realizada em 20/04/22).

A tarefa de levar esperança é percebida pelas observações feitas pelas lideranças das duas comunidades sobre a baixa mobilização da população por estarem desacreditados pelas falsas promessas feitas no passado.

Ainda sobre o sentimento generalizado de que a humanidade falhou e não tem mais jeito, outra pessoa entrevistada enfatizou a importância de acreditar que é possível transformar a realidade como modo de sair do sentimento de conformismo e incentivar a ação:

É muito colocado que a utopia é um lugar inatingível né, e eu acho que é nesta perspectiva de paralisar a gente, então eu penso que quando você coloca sobre outra perspectiva, é um lugar que é possível, ele só não é ainda, isso te motiva a ter um horizonte [...] Então eu acho que o discurso de que não tem mais jeito é o que faz não ter jeito, se a gente pensa isso as coisas realmente nunca vão mudar, então, embora eu ache que mudar seja muito difícil, eu preciso fazer alguma coisa para que mude, porque senão realmente não vai mudar, então a utopia é um lugar que só ainda não é, mas que a gente pode chegar nele, e a gente só chega nele caminhando. [...] (Participante 5, entrevista realizada em 18/04/22)

Para os moradores do Jardim Paraná, as contribuições do projeto foram os relacionamentos e amizades criadas e mantidas e os aprendizados adquiridos, citando como exemplos uma horta que fez na própria casa e a redução no consumo de carne.

[...] eu acho que durante o tempo do projeto, tudo que foi aprendido, de alguma forma, nós que estávamos envolvidos e pessoas que vieram, aprenderam alguma coisa (Participante 10, entrevista realizada em 14/12/22)

[...] mas mesmo assim, do que foi dito nas capacitações, talvez não hoje ou diretamente fez algum sentido para quem tava ali, mas de alguma forma quem estava absorveu alguma coisa, então nada é perdido né, mesmo que não vá ao grau mais profundo do entendimento [...] (Participante 11, entrevista realizada em 10/01/23)

Quanto aos maiores desafios do Jardim Paraná, a fala do morador sintetiza todos os desafios pontuados pelos moradores entrevistados:

Tem um monte [ri], sei lá, vai desde a parte de acessibilidade, habitação, saneamento, a educação em si, não só educação básica mas também enxergar valor e entender como pode aproveitar projetos como esse que o Mutirão levou de capacitação em outros temas, sabe? Então, o Jardim Paraná ainda é uma caixinha, é um lugar que carece nos serviços básicos, né, a informação a saúde. Então qualquer coisa que é feito lá, é bem-vinda. O problema é, às vezes, como é levado para lá, e de você conseguir identificar um público de interesse de acordo com o projeto. Essa é a maior dificuldade, não só do projeto que foi levado no Mutirão, mas de qualquer outro projeto ou qualquer outra ONG que atue lá no Jardim Paraná, sendo no ICP ou sendo lá no CEU. É esse: o despertar do interesse das pessoas lá (Participante 11, entrevista realizada em 10/01/23)

Já as contribuições para a comunidade do Jardim Itatiaia mencionadas foram: a transformação de um terreno que antes era cheio de entulhos, mato, cobra e escorpião, e agora abriga uma horta comunitária, há apoio com demandas emergenciais, como compra de cesta básica e remédios para moradores que estão precisando, auxílio na organização de eventos na comunidade, os moradores, que antes não se conheciam, estão começando a se conhecer e mais moradores estão participando das assembléias da associação de bairro.

[...] teve pessoas que vieram, pessoas que nunca nem nos cumprimentavam, nem falavam com a gente, e aí veio, teve época da gente colher e, não era muito, mas o pouco de tá distribuindo de porta em porta, conhecendo mais a população, conhecendo mais a pessoa. (Participante 13, entrevista realizada em 23/05/23)

[...] na última reunião que a gente fizemos aqui teve bastante gente que já veio também, e já ficou já bem, bem...gostaram né, do que a gente tava fazendo. Então já tá vindo umas pessoas que eu jamais pensei que ia vir né, participar, tão vindo participar, tão perguntando se tá andando, pergunta se tá precisando de alguma coisa, geralmente quando a gente vai fazer alguma coisa assim, algum evento para nossas crianças, que geralmente a gente faz mais com as crianças, aí a comunidade toda se une, tudo através desses empurrãozinhos, dessas reuniões, de abrir um pouco a mente da população, porque como eles estão sem fé né, sem acreditar, devido a várias e várias promessas, então aí a gente está mostrando pra eles que tá dando tudo certo. Aí então, tem bastante gente que tá acreditando. [...] (Participante 13, entrevista realizada em 23/05/23)

[...] teve situações da gente achar que não deu certo e eles [se referindo aos participantes do MBV] ali insistindo “não, vai dar certo, vai dar certo”, e acabou dando certo porque eles mostraram para gente que se a gente não lutar, nós não vai conseguir. Então foi bem gratificante né. [...] eles são muito positivo né, eles são muito determinados em tudo que eles vão fazer, então foi bem, bem gratificante. (Participante 13, entrevista realizada em 23/05/23)

A líder da ocupação do Jardim Itatiaia ainda atualizou sobre as novas ações realizadas:

fizemos um cantinho de lazer, fizemos a nossa cozinha comunitária, fizemos um fogãozinho a lenha, um espaço muito legal. (Participante 13, entrevista realizada em 23/05/23)

Estas falas demonstram indícios de que o objetivo de fomentar o poder popular está sendo construído na comunidade do Jardim Itatiaia. Como ensinou Martin-Baró (2006): devemos potencializar as virtudes populares, lembrá-los de sua força coletiva. Além disso, como sugerido pela “noção de autocentramento”, da qual a proposta de transição do Bem Viver se baseia:

Isso implica ir gestando localmente espaços de poder real, verdadeiros contrapoderes de ação democrática nas esferas política, econômica e cultural. A partir delas, se poderão forjar os embriões de uma nova institucionalidade estatal, de uma renovada lógica de mercado e de uma nova convivência social. [...] O autocentramento consiste em reconstruir o vínculo da economia com a política para fazer economia política, [...] Esta proposta exige o fortalecimento dos espaços comunitários (ACOSTA, 2017: p. 168 e 169).

Quanto aos maiores desafios da ocupação, foram citadas a regularização do terreno e as crianças, pois muitas já foram perdidas para o tráfico de drogas e criminalidade.

#### **4.4. Relação do MBV com o Coletivo Subverta**

A falta de clareza da relação do MBV com o Subverta já foi o motivo de alguns desligamentos no MBV. Por conta desta falta de clareza, muitas pessoas que aderiram o MBV, entraram pensando mais na lógica de um trabalho voluntário (pesquisadora inclusa), ainda que a relação com o Subverta não fosse ocultada, mas não havia um reconhecimento de que a direção do MBV partia de dentro do Subverta, muito provavelmente por conta da busca por uma organização horizontal. Porém, os participantes do MBV sentiam que os militantes do Subverta que atuavam no MBV tinham muito mais clareza sobre o projeto e acesso à informação. Além disso, o racha interno no Subverta deixou ainda mais claro a direção do Subverta por ter abalado o andamento do MBV.

Apesar disto, há o reconhecimento de que o Subverta é aberto ao diálogo e está tentando melhorar esta dinâmica ao tentar equilibrar, sempre que possível, a quantidade de militantes independentes (como são chamadas as pessoas que atuam somente no MBV) e militantes do Subverta nos espaços de tomada de decisão e nas Coordenações Estaduais.

Durante as entrevistas, houve, inclusive, o reconhecimento deste problema por um dos militantes do Subverta que participou da implantação do MBV em São Paulo:

[...] No começo, a gente não usava esse nome, mas a gente coordenava, entendeu? Talvez tenha sido um erro, até, não admitir isso logo de cara, porque na prática era o que acontecia, o Subverta coordenava [...] (Participante 2, entrevista realizada em 18/02/22)

Quando perguntados se consideram que o vínculo entre o Subverta e o MBV deve ser mantido, os participantes do MBV entrevistados disseram considerar a atuação institucional, neste caso por meio do partido político PSOL, e a atuação de base complementares. Apenas um dos entrevistados considera que a relação do MBV com o Subverta não é necessária.

Contudo, mesmo reconhecendo que esta relação existe, apenas uma das pessoas entrevistadas, militante do Subverta e do MBV, defendeu que a relação deve ser formalizada e regulada:

Eu acho importante aprofundar esse vínculo e formalizá-lo como algo mais diretamente relacionado né. Eu acho que o Mutirão já provou que simplesmente também falar que é uma organização autônoma e independente não corresponde com a realidade né. Eu acho que, de novo, não é o que a gente declara, não é falar “não, somos independentes”. Ok. Se o Subverta hoje em dia sumir e parar de atuar, o Mutirão ele continua? Eu acho que não. Então ele não é independente. Eu acho que...só que aí tentar agir como se fosse, prejudica um pouco a atuação, eu acho que existe uma necessidade de regular melhor como se dá essa relação e ela não precisa ser subordinada, ela não é colateral, mas eu não acho que ela é independente, eu acho que é um erro a gente chamar de independente (Participante 6, entrevista realizada em 20/04/22).

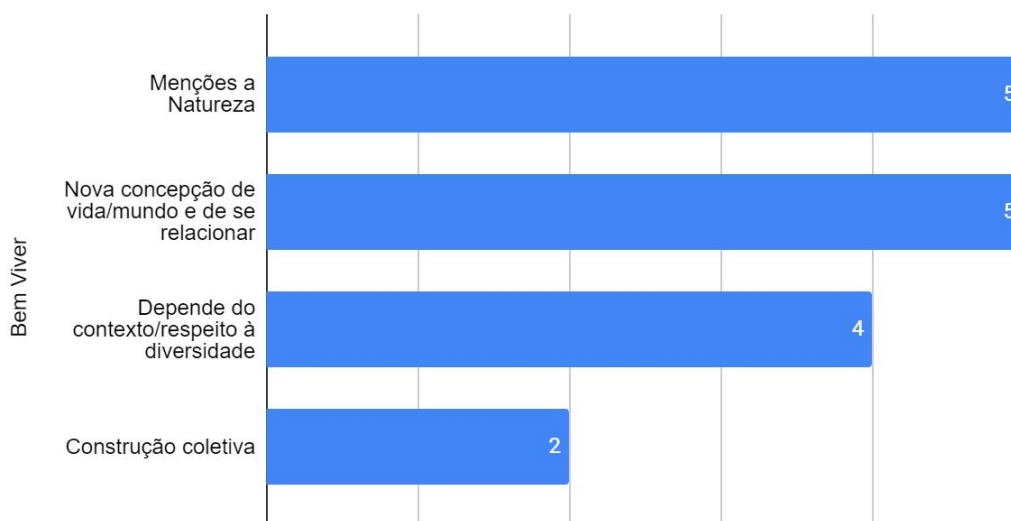
Esta tendência atual de se declarar como organização independente e ocultar a relação com partidos políticos já foi percebida em um estudo com coletivos universitários. Para os autores do estudo, esta prática está relacionada com a ideia de que ao negar um possível dirigismo dos partidos políticos, a organização consegue tomar decisões independentes e melhores. O problema deste posicionamento é a presunção de neutralidade, que não corresponde com a realidade (PEREZ, SOUZA, 2020), como reforçado neste tópico. Entretanto, a partir da experiência com o Subverta e MBV, foi possível aos envolvidos chegarem em entendimentos que se assemelham ao dos pesquisadores do estudo citado.

#### **4.5. Entendimentos sobre o Bem Viver**

De modo geral, os participantes do MBV entrevistados compreendem que o Bem Viver trata de uma outra concepção de vida e de relação dos seres humanos entre si e com a Natureza, de forma mais respeitosa e que considere o contexto de cada local, valorizando a

diversidade. Em menor proporção, também foi mencionado que refere-se a um trabalho de construção coletiva.

Gráfico 13 - O que é o Bem Viver para os membros do MBV entrevistados.



Fonte: elaborado pela autora (2023).

Deste modo, a centralidade do entendimento sobre o Bem Viver converge tanto com a atuação do MBV, ao focar nas questões ambientais e demonstrar preocupação com ações que considerem o contexto das comunidades, quanto com os estudos sobre os coletivos que indicam a predominância de pautas em torno das clivagens sociais e experimentação de novas formas de sociabilidade, ou seja, com centralidade no debate decolonial (PEREZ, SOUZA, 2017; MARQUES, MARX, 2020; FARIA, 2020; THIBES et al, 2020; VALIENGO, OLIVEIRA, 2020; COIMBRA, MORAIS, 2020; MONACO, 2020; MARTINS, 2020).

#### 4.6. Movimentos sociais X coletivos

As explicações sobre movimentos sociais e coletivos foram bastante diversas. O ponto em comum entre todas elas foi a busca a partir da própria experiência individual para explicar os conceitos. Considerando que nenhum dos entrevistados possui experiência prévia com movimentos sociais e coletivos, e apenas duas das pessoas entrevistadas passaram a atuar em outro coletivo e movimento social após o MBV, a busca por formular os conceitos partiu das experiências com o MBV, e com o Subverta para aqueles que atuam em ambos, sendo que dois entrevistados incluíram as experiências pós-MBV.

Para fins de análise, os participantes foram divididos em dois grupos. No primeiro grupo estão os entrevistados que atuam somente no MBV. No segundo grupo, os entrevistados que atuam em ambas as organizações. Para o primeiro grupo, a diferença apontada entre os conceitos estaria na estrutura organizacional, sendo que os coletivos possuem estrutura horizontal e os movimentos sociais, estrutura mais hierarquizada, convergindo com o que os estudos sobre os coletivos têm demonstrado, e um entrevistado deste grupo pontuou que a politização nos coletivos é menos explícita, se referindo ao fato da relação do MBV com o Subverta não estar explícita à princípio.

Já no segundo grupo, que atua também no Subverta, os entrevistados associam movimento social à movimento de massas, que contempla a base, enquanto que os coletivos têm ligação com os partidos políticos. Esta necessidade de transformar o MBV em um movimento social parece estar atrelada à pressão interna que havia no Subverta por parte dos militantes que saíram do coletivo, e que deixou resquícios na organização, ainda que os militantes que permaneceram não soubessem explicar o sentido de movimento social, tampouco como fazer esta transformação. Inclusive, houve uma formação interna no MBV com o intuito de entender o que é um movimento social, ainda assim, não foi possível cessar todas as dúvidas.

Ademais, houveram convites para que moradores/lideranças mais envolvidas com os projetos do MBV aderissem a organização, e apenas um morador do Jardim Paraná disse que já se considerava parte do coletivo, pois participava de algumas reuniões que visavam organizar trilhas e encontros com a juventude do bairro, mas, com o fim do projeto no Jardim Paraná, sua adesão não teve sequência.

Com exceção de um dos entrevistados, todos demonstraram incerteza sobre o que seria o coletivo e o movimento social. Este entrevistado, militante do Subverta e MBV, forneceu uma explicação alternativa às demais. Segundo ele, os coletivos têm atuação mais ampla, com projeto político, e pensam a sociedade como um todo com a pretensão de mudá-la, enquanto que os movimentos sociais atuam em torno de uma causa específica. Neste ponto, converge com a literatura sobre os coletivos que já pontuaram sobre sua maior abertura e descentralização das pautas (MARQUES e MARX, 2020; MAIA, 2013). Porém, ao ser questionado sobre a proximidade do coletivo com o partido político, como orientado pela teoria marxista (PEREZ, SOUZA, 2017), afirma:

Quando eu digo partido não é...do Subverta enquanto coletivo ser parecido com partido, eu penso no Partido Comunista, e partidos comunistas não existem só para disputar eleições, não tem uma pegada como partidos políticos já registrados na ordem, eles podem ser e muitas vezes são,



inclusive, clandestinos e assumem diversas funções diferentes. Então, por exemplo, você vê partidos que na prática surgiram durante um momento de guerra e surgiram para disputar essa guerra, e não deixaram de ser um partido político, apesar de se organizar muito mais parecido com um exército, como é o caso do partido chinês, por exemplo. Mas eu acho que vem dessa pretensão de disputar um programa político e pensar na modificação de toda a sociedade né você não tenha uma reivindicação pontual né, você tem, por exemplo, hoje em dia existe o Movimento dos Afetados pelas Barragens né, então ele é muito específico: rompeu barragens, afetou pessoas, essas pessoas se organizaram para fazer justiça em relação a isso, mas elas têm um fim bem específico né. É diferente de você se organizar e pensar o projeto político como um todo, a maneira de nós nos organizarmos enquanto sociedade, aquilo que a gente entende por Estado, aquilo que a gente entende por modo de produção tem que ser alterado. E para isso a gente precisa de uma organização que reúna todas as pessoas interessadas nisso e que tem essa atuação ampla, inclusive fomentando e estimulando movimentos né, é uma estratégia comum e super válida (Participante 6, entrevista realizada em 20/04/22).

Portanto, a adesão ao termo coletivo demonstra relacionar-se com a novidade e repercussão do termo (PEREZ, SOUZA, 2017). Inclusive, assim como há correntes do PSOL que se autodenominam de coletivo, conforme o presente e outros estudos demonstram, há outras correntes que utilizam o termo “movimento” para se autodenominar, como o Movimento de Esquerda Socialista (MES), também do PSOL. Já o vínculo ou relação com partidos políticos relaciona-se com a teoria utilizada pelo grupo para orientar a atuação da organização.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou compreender como o debate decolonial, neste caso representado pelo Bem Viver, têm inspirado o repertório do ativismo contemporâneo por grupos autodenominados coletivos, face à novidade desta organização cujo campo de estudos ainda encontra-se em processo de construção. Para tanto, foi realizado um estudo de caso do Mutirão pelo Bem Viver (MBV), um projeto impulsionado pelo Coletivo Ecosocialista e Libertário Subverta, tendência do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

À princípio, com o intuito de situar onde ocorre a prática do Bem Viver, foi realizado um levantamento de estudos recentes que versam sobre os coletivos dentro do debate sobre movimentos sociais. Por se tratar de fenômenos políticos-sociais, estão diretamente relacionados à conjuntura do período. Deste modo, as crises econômica e de representatividade são as principais causas dos diversos protestos que emergiram no mundo todo em 2010. No Brasil, protestos semelhantes aconteceram em junho de 2013, evidenciando a emergência de grupos sem lideranças e vínculos partidários, mobilizados pelo “Movimento Passe Livre” por meio das novas tecnologias de comunicação, principalmente a Internet. É a partir deste momento que a emergência de grupos autodenominados de coletivos fica mais evidente e se dissemina, ainda que não seja um termo inédito.

Os grupos conservadores e patriotas, menos notados em 2013 mas já presentes, ficam mais nítidos a partir de 2015 ao participarem de protestos organizados pelo “Vem Pra Rua”, “Movimento Brasil Livre” e “Revoltados online”. O antipetismo e, muitas vezes, o anticomunismo são os temas principais dos discursos destes grupos. O legado contraditório do governo petista (TATAGIBA, GALVÃO, 2019) e a possível perda de privilégios da elite brasileira durante seu governo (PEREZ, 2021) são algumas das causas da emergência destes grupos. Contudo, por trás do antipetismo generalizado entre eles, havia um sentimento antissistema profundo e complexo, mobilizado nas campanhas presidenciais do candidato da extrema-direita, Jair Bolsonaro, que se apresenta como alternativa à política tradicional com o apoio dos grupos evangélicos fundamentalistas e das Forças Armadas (SOLANO, 2019).

A estrutura organizacional horizontal com as tarefas revezadas e distribuídas em grupos, a ausência de uma liderança formal e o uso das tecnologias digitais são características referentes à cultura de ação autonomista e atribuídas aos coletivos, mas que já haviam sido atribuídas aos movimentos altermundialistas. Tais características demonstram um esforço de experimentação face à crise de representatividade e crítica às estruturas rígidas e hierárquicas das instituições parlamentares, movimentos sociais e ONGs.

Paralelamente, há uma grande repercussão das teorias decoloniais evidenciando a colonialidade do poder, saber e ser, ou seja, as assimetrias étnicas, raciais, epistemológicas, de gênero, e no caso do Bem Viver, crítica ao desenvolvimento enquanto acúmulo material e o enfrentamento da crise climática e ambiental a partir de novas concepções de mundo e de Natureza, inspirados nos povos originários. Isso explica porque as pautas e ações dos coletivos demonstram centralidade no debate decolonial e na interseccionalidade das opressões.

Este é o contexto em que se insere o Mutirão pelo Bem Viver e o Coletivo Subverta. O MBV foi um projeto iniciado pelo Subverta durante a pandemia que consistia na entrega de cestas agroecológicas em comunidades em situação de vulnerabilidade. As cestas eram adquiridas em pequenos produtores e locais de resistência por meio dos recursos financeiros arrecadados em vaquinhas online. O intuito era se conectar com essas comunidades e, quando a pandemia acabasse, construir cozinhas e hortas comunitárias, ou seja, uma atuação de base com caráter emancipatório, com discurso centrado no Bem Viver e nas questões ambientais.

Entretanto, ficou evidente que a relação do MBV com o Subverta não era explícita, provavelmente pela busca por uma estrutura horizontal que não se confirmou na prática. Além de ser percebida a necessidade de criar instâncias de coordenações estaduais, rotativas e eleitas pelos participantes, com o objetivo de articular (sem dirigir de cima para baixo) as diferentes atuações realizadas nos demais estados.

Estudos mais recentes, incluindo os resultados deste, demonstram: presença de "sujeitos proeminentes", sendo assim as lideranças não estão ausentes, mas não são formalizadas; horizontalidade mostrou-se relacionada à necessidade da construção de controles descentralizados, em conjunto com a formalização de funções e divisão de tarefas dentro da organização de modo rotativo; autonomia em relação às instituições parlamentares não é unânime, há tendências do PSOL que se autodenominam coletivos, como o Coletivo Subverta, o que permanece é a crítica às estruturas muito hierarquizadas. O uso das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs) não é exclusivo dos coletivos e não é central para a organização, visto que a atuação de base e a democracia participativa são feitas (e devem ser) presencialmente.

Portanto, o uso do termo "coletivo" parece estar mais associado à sua repercussão e ao sentido de novidade atribuído a ele, sua atuação atrelada ao repertório teórico do grupo, por exemplo, grupos marxistas defendem a luta de classes também por meio dos partidos políticos (PEREZ, SOUZA, 2017), e suas características mais relacionadas ao ativismo contemporâneo, situado entre as correntes anarquistas e a militância em organizações mais clássicas (PLEYERS, 2018).

Apesar do projeto acontecer em diversas cidades de diferentes estados, somente foi viável estudar a atuação do estado de São Paulo na capital e em Campinas. Ambas as atuações demonstraram a construção de relações afetivas e a dificuldade de diálogo de grupos advindos da universidade com as periferias. Contudo, somente os projetos realizados no Jardim Itatiaia foram realmente apropriados pela comunidade, dando indícios de auto-organização dos moradores.

Por fim, retomamos a questão-problema: como o Bem Viver inspira a atuação do Mutirão pelo Bem Viver? e a hipótese que norteou esta pesquisa: a formulação do Bem Viver pelo MBV inspira uma atuação que trabalha com enfoque na crise climática e nas questões ambientais, adicionadas a outras clivagens sociais, como fome, desigualdade social, geração de renda. As atuações do MBV, mesmo vinculadas à questão ambiental, tem como objetivo fomentar a auto-organização popular nas comunidades parceiras. Deste modo, a hipótese se mostra parcial, pois o real objetivo é a construção de contrapoderes nestas comunidades, com o apoio da atuação institucional, quando necessário e possível. No caso da capital, há os mandatos coletivos da Bancada Feminista com covereadora e codeputada do Subverta. Portanto, a atuação demonstra ser uma tentativa de construção via partido-movimento, ou seja, atuação institucional e extra-institucional de modo complementar, gradativo e constante (SANTOS, 2021).

Ademais, houveram conflitos internos que interferiram na organização e no andamento do projeto, e culminaram em alteração do nome do projeto de modo a não utilizar o “Bem Viver”, por isso, o Mutirão pelo Bem Viver passou a se chamar Movimento de Luta dos Territórios por Agroecologia e Poder Popular (LUTA).

A extrema direita mostrou que as lutas por subjetividades, valores, simbolismos, por modos de entender e estar no mundo não devem ser abandonadas (SOLANO, 2019). Neste sentido, o Bem Viver ajuda a lembrar a esquerda disto. No contexto atual, de ódio e medo, levar esperança pode ser o primeiro passo para fomentar a auto gestão, pois as pessoas voltam a acreditar.

O estudo apresenta limitações no que tange o alcance do fenômeno. Assim, recomendamos a realização de novos estudos em organizações partidárias com atuações de base. Se as novas instituições que precisamos criar surgirão da luta, ações como as do MBV podem ser o estímulo inicial.

Por último, espero que esta dissertação desperte o desejo por agir de modo constante e que contribua com a construção dos estudos sobre os coletivos, o debate decolonial e o Bem Viver.

## REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Editora Elefante, 2ª edição, Brasil, 2017.
- ALBÓ, X. **Suma qamaña = el buen convivir**. CIPCA, Bolívia, mayo 2009.
- ALBUQUERQUE, F. **A atitude dos Coletivos**. Revista Porto Alegre: Porto Alegre, V. 14, nº 24, Maio/2008.
- ALI, Taric. O espírito da época. Em **Occupy. Movimentos de protesto que tomaram as ruas**. (pp 65-72). São Paulo. Boitempo/Carta Maior, 2012.
- ALONSO, A. **A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma e Temer**. Novos estud. CEBRAP, São Paulo, 49-58, Junho 2017.
- ALONSO, A. **Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito**. Sociologia&Antropologia, v.02.03: 21–41, 2012.
- ALONSO, A. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate**. Lua Nova, São Paulo, 76: 49-86, 2009.
- ALVES, A. R. C. **O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política [online]. n. 80, p. 71-96, 2010.
- ANGILELI, C. M. M. M. **Chão**. 2012. Tese (Doutorado em Paisagem e Ambiente) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/T.16.2012.tde-30082012-092124. Acesso em: 05 abril 2023.
- ANGILELI, C. M. M. M., **Paisagens reveladas no cotidiano da periferia: distrito de Brasilândia Zona Norte do Município de São Paulo**. São Paulo, 2007.
- ARON, R. Émile Durkheim – Da divisão do trabalho social, In Aron, R., org., **As Etapas do Pensamento Sociológico**, São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora Ltda, p. 287-297, 2000.
- AYRES, L. Thematic coding and analysis. In: GIVEN, L. M. **The SAGE Encyclopedia of Qualitative Research Methods**. Thousand Oaks: SAGE Publications Inc., p. 867-868, 2008.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BELOTTI, Francesca. **Entre bien común y buen vivir. Afinidades a distancia**. Íconos. Revista de Ciencias Sociales. n. 48, pp. 41-54, Quito, enero 2014.
- BENNETT, L., W.; SEGERBERG, A. The Logic of Connective Action. In: **Information, Communication & Society**, v. 15, n. 5, pp. 739-768, 2012.

- BRINGEL, B. **Cuidar la vida: crisis ecosocial y horizontes de futuro**. *Latinoamerica* 21. 6 de julho de 2020. Disponível em <https://latinoamerica21.com/es/cuidar-la-vida-crisis-ecosocial-y-horizontes-de-futuro/> Acesso em 10/12/2020.
- BUSCHBACHER, R. **A Teoria da resiliência e os sistemas socioecológicos: como se preparar para um futuro imprevisível?** *Boletim regional, urbano e ambiental*. IPEA, v. 9, p. 11–24, 2014.
- CARDOSO, R. C. L. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Ruth Correa Leite Cardoso (Org) Editora Paz e Terra. 4ª edição. São Paulo. 2004.
- CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2013.
- COIMBRA, K. E. R., MORAIS, M. D. C. de. Coletivismo juvenil em Teresina: desenhando um panorama a partir das mídias sociais Instagram e Facebook. In: GOHN, M. da G.; PENTEADO, C. L. de C.; MARQUES, M. de S. (Org.) **Os coletivos em cena: experiências práticas e campo de análise**. *Simbiótica. Revista Eletrônica*, [S. l.], v. 7, n. 3, jul.-dez., p. 01 –07, 2020. DOI: 10.47456/simbitica.v7i3.33690. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/33690>. Acesso em: 17 mai. 2022.
- EMICIDA. BARBOSA, Drik. **Sementes**. Gravadora Laboratório Fantasma, 2020.
- EUZEBIOS FILHO, A., & GRADELLA JUNIOR, O. **Psicologia crítica, práxis política, classe e neoliberalismo: um enfoque na Psicologia brasileira**. *Teoría y Crítica de la Psicología*, 14, p.89-111, 2020.
- Exposição “Carolina Maria de Jesus” | IMS Paulista. Instituto Moreira Salles.** Disponível em: <https://ims.com.br/exposicao/carolina-maria-de-jesus-ims-paulista/>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- FARIA, F. de. Epistemologia emancipatória de coletivos políticos. In: GOHN, M. da G.; PENTEADO, C. L. de C.; MARQUES, M. de S. (Orgs.) **Os coletivos em cena: experiências práticas e campo de análise**. *Simbiótica. Revista Eletrônica*, [S. l.], v. 7, n. 3, jul.-dez., p. 01 –07, 2020. DOI: 10.47456/simbitica.v7i3.33690. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/33690>. Acesso em: 17 mai. 2022.
- FONTANELLA, B. J., LUCHESI, B. M., SAIDEL, M. G., RICAS, J., TURATO, E. R., & MELO, D. G. (2011). **Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica**. *Cad. Saúde Pública*, 27(2), 389-394.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas**. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOHN, M. da G.; PENTEADO, C. L. de C.; MARQUES, M. de S. (Orgs.) **Os coletivos em cena: experiências práticas e campo de análise**. *Simbiótica. Revista Eletrônica*, [S. l.], v. 7, n. 3, jul.-dez., p. 01 –07, 2020. DOI: 10.47456/simbitica.v7i3.33690. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/33690>. Acesso em: 17 mai. 2022.

- GOHN, M. G. **Marcos referênciais teóricos que tem dado suporte às análises dos Movimentos Sociais e Ações Coletivas no Brasil - 1970-2018**. Revista Brasileira de Sociologia, Vol. 06, n. 14, Set-Dez/2018.
- GOHN, M. G. **Movimentos Sociais e Movimentos Coletivos em São Paulo: o papel da política, dos mediadores e da media nas mobilizações, manifestações e protestos nas ruas na atualidade**. In: 10 Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 2016, Belo Horizonte. ANAIS da 10 ABCP. Belo Horizonte: ABCP, 2016. v. 1. p. 1/19.
- GOHN, M. G. **Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos**. Edições Loyola, São Paulo, 1997.
- GRAEBER, D. O anarquismo no século 21 e outros ensaios. Tradução: Heitor Magalhães Corrêa. Coletivo Coisa Preta. [20--]. Disponível em: <https://coisapreta.noblogs.org/files/2017/01/anarquismo-no-seculo-21-David-Graeber.pdf> Acesso em 11 jul 2023.
- GUDYNAS, E. **Buen Vivir: germinando alternativas al desarrollo**. Revista América Latina en Movimiento (ALAI), n. 462: 1-20, Quito, Fevereiro, 2011.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro, 11. ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis,RJ: Vozes, 2000.
- Instituto Caminho da Paz** - Transforma ZN. Transformazn.com.br. Disponível em: <<https://transformazn.com.br/ong/instituto-caminho-da-paz>>. Acesso em: 11 jan. 2023.
- JOHNSON, G. A. Dinâmicas Estatais, Lutas e Movimentos sociais na América Latina. In: **Democracias, lutas e movimentos sociais: Latino-América entre teorias e práticas**. Guillermo Alfredo Johnson, Ilse Gomes Silva, Berenice Gomes da Silva (Organizadores). São Luís: EDUFMA, 2019.
- KRENAK, A. **Caminhos para a cultura do Bem Viver**. Rio de Janeiro, 2020.
- LARREA, Ana María, **La disputa de sentidos por el buen vivir como proceso contra hegemónico**. En: Socialismo y Sumak kawsay, Quito: SENPLADES, 2010.
- MAIA, G. L. **A juventude e os coletivos: como se articulam novas formas de expressão política**. Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM, Santa Maria, v. 8, n. 1, p. 58-73, 2013.
- Manifesto Subverta**. Subverta. Disponível em: <<https://subverta.org/2017/03/23/surge-um-novo-coletivo/>>. Acesso em: 28 julho 2022.
- MARQUES, M., MARX, V. “Os coletivos em cena. Algumas contribuições para o debate”. In: GOHN, M. da G.; PENTEADO, C. L. de C.; MARQUES, M. de S. (Orgs.) **Os coletivos em cena: experiências práticas e campo de análise**. Simbiótica. Revista Eletrônica, [S. l.],

v. 7, n. 3, jul.-dez., p. 01 –07, 2020. DOI: 10.47456/simbitica.v7i3.33690. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/33690>. Acesso em: 17 mai. 2022.

MARTINS, M. G. dos S. Coletivos quebrando o silêncio: mulheres feministas e evangélicas na luta contra a violência de gênero e em favor à legalização do aborto. In: GOHN, M. da G.; PENTEADO, C. L. de C.; MARQUES, M. de S. (Orgs.) **Os coletivos em cena: experiências práticas e campo de análise**. Simbiótica. Revista Eletrônica, [S. l.], v. 7, n. 3, jul.-dez., p. 01 –07, 2020. DOI: 10.47456/simbitica.v7i3.33690. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/33690>. Acesso em: 17 mai. 2022.

MARTÍN-BARÓ, I. **Hacia una psicología de la liberación**. Revista electrónica de Intervención Psicosocial y Psicología Comunitaria, v. 1, n. 2, p. 7–14, 2006.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. Boitempo Editorial, 1ª edição, São Paulo, 1998.

MEDEIROS, L. F. R. de, DANTAS, A. G. A. O coletivo Critical Art Ensemble e a estética do distúrbio. In: GOHN, M. da G.; PENTEADO, C. L. de C.; MARQUES, M. de S. (Org.) **Os coletivos em cena: experiências práticas e campo de análise**. Simbiótica. Revista Eletrônica, [S. l.], v. 7, n. 3, jul.-dez., p. 01 –07, 2020. DOI: 10.47456/simbitica.v7i3.33690. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/33690>. Acesso em: 17 mai. 2022.

MINAYO, M. C. S. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

MINAYO, M. C. de S. **Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social**. In: Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MONACO, H. M. Acolhimento como ativismo: ações de um coletivo bissexual na criação de espaços ‘monodissidentes’. In: GOHN, M. da G.; PENTEADO, C. L. de C.; MARQUES, M. de S. (Orgs.) **Os coletivos em cena: experiências práticas e campo de análise**. Simbiótica. Revista Eletrônica, [S. l.], v. 7, n. 3, jul.-dez., p. 01 –07, 2020. DOI: 10.47456/simbitica.v7i3.33690. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/33690>. Acesso em: 17 mai. 2022.

MOORE, Alan. **General introduction to collectivity in modern art**. 2002. Disponível em <http://www.joaap.org/new3/moore.html>. Acesso em: 17 mai. 2022.

**MOVIMENTO BEM VIVER. É PRECISO SENSO DE URGÊNCIA! ECOSSOCIALISMO OU EXTINÇÃO!** Medium. Disponível em: <https://movbemviver.medium.com/%C3%A9-preciso-senso-de-urg%C3%Aancia-ecossocialismo-ou-extin%C3%A7%C3%A3o-240eb1797423>. Acesso em: 23 agosto 2022.

NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.



- NUÑEZ, G. **Descolonização do pensamento psicológico**. Revista Plural do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina. Ano II, n.2, p. 6-11. 2019.
- OXFAM BRASIL. **A Desigualdade Mata**. Oxfam.org.br. Disponível em: <https://materiais.oxfam.org.br/relatorio-a-desigualdade-mata>. Acesso em 28 de janeiro de 2022.
- PEREZ, O., SOUZA, B. M. **Coletivos universitários e o discurso de afastamento da política parlamentar**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 46, e217820, 2020.
- PEREZ, O. C. **Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho**. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 25, nº 3, set.-dez., 2019.
- PEREZ, O. C., SOUZA, B. M. **Velhos, novos ou novíssimos movimentos sociais? As pautas e práticas dos coletivos**. 41º Encontro anual da ANPOCS. Caxambú-MG, Outubro de 2017.
- PETRO, G. **Deserto Alimentar: Comida saudável mesmo é comida de verdade. Mas quem tem acesso a ela?**, 2017. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/deserto-comida>. Acesso em 10/12/2020.
- PLATAFORMA AGENDA 2030. **A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em <http://www.agenda2030.com.br/sobre/> Acesso em 7/10/2020.
- PLEYERS, G. **Movimientos sociales en el siglo XXI : perspectivas y herramientas analíticas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 1a ed., 2018.
- POLANYI, K. **A grande transformação. As origens da nossa época**. Tradução: Fanny Wrobel, 2ª edição, Editora Compus, Rio de Janeiro, 2000.
- QUIJANO, A. **“Bem viver”:** entre o “desenvolvimento” e a “des/colonialidade” do poder. Revista da Faculdade de Direito da UFG, v. 37, n. 01, p. 46–57, 1 jul. 2013.
- QUIJANO, A. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina**. In: La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Argentina: CLACSO, 2000. p. 201–246.
- QUIJANO, A. **Colonialidade e Modernidade/Racionalidade**. In: Los conquistados. Tradução: Wanderson Flor Do Nascimento. Bogotá: Tecer Mundo Ediciones, 1992. p. 437–4449.
- RICCI, R. **Identidades de esquerda. O que é ser de esquerda no século XXI?** REA, no. 99, 5-12, 2009. Disponível em <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/7717/4442> Acesso em 15/08/22.
- ROSAS, R. **Notas sobre o coletivismo artístico no Brasil**. Rua, Campinas, v. 12, pp. 27-35, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Quinze teses sobre o partido-movimento**. 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/quinze-teses-sobre-o-partido-movimento/>

SANTOS, B. DE S. **Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes**. Novos Estudos Cebrap, v.79, p.71-94, 2007.

SANTOS, B. DE S. **Um discurso sobre as ciências**. 5a ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia**. Trad. Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gala, 2003.

SOLANO, E. **Brasil: la caída del PT y el ascenso conservador** | Nueva Sociedad. Nueva Sociedad | Democracia y política en América Latina. 2016. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/brasil-la-caida-del-pt/>. Acesso em: 4 maio 2023.

**Sociedade do Bem Viver**. Instagram e Facebook: @sociedadodobemviver.

TATAGIBA, L. & GALVÃO, A. **Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016)**. Opinião Pública, vol. 25, nº1, p. 63-97, 2019.

TATAGIBA, L. 1984, 1992 e 2013. **Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil**. Política e Sociedade, Florianópolis, vol. 13 nº28, set/dez. de 2014.

THIBES, M. Z., PEREIRA, N. B., SEGURADO, R., CHICARINO, T. S. Movimentos sociais e coletivos no Brasil contemporâneo: horizontalidade, redes sociais e novas formas de representação política. In: GOHN, M. da G.; PENTEADO, C. L. de C.; MARQUES, M. de S. (Orgs.) **Os coletivos em cena: experiências práticas e campo de análise**. Simbiótica. Revista Eletrônica, [S. l.], v. 7, n. 3, jul.-dez., p. 01 –07, 2020. DOI: 10.47456/simbitica.v7i3.33690. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/33690>. Acesso em: 17 mai. 2022.

VALIENGO, C. B., OLIVEIRA, M. J. de. Coletivos e o ciclo de protestos dos anos 2010: reflexões sobre horizontalidade e as tecnologias digitais da informação e comunicação. In: GOHN, M. da G.; PENTEADO, C. L. de C.; MARQUES, M. de S. (Orgs.) **Os coletivos em cena: experiências práticas e campo de análise**. Simbiótica. Revista Eletrônica, [S. l.], v. 7, n. 3, jul.-dez., p. 01 –07, 2020. DOI: 10.47456/simbitica.v7i3.33690. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/33690>. Acesso em: 17 mai. 2022.

## **APÊNDICE A - Roteiro de entrevista exploratório sobre o Coletivo Subverta**

- 1.** Como começou o MBV? (Arrecadação de verbas, escolha dos territórios, MBV presente onde Subverta está presente?)
- 2.** Qual a relação do Subverta e do MBV com a Sociedade do Bem Viver?
- 3.** Como foi montada a estrutura organizacional do MBV?
- 4.** Qual o vínculo do MBV com o Subverta? E qual a relação do Subverta com PSOL?
- 5.** Somente alguns militantes do Subverta constroem o MBV?
- 6.** Qual a relação do mandato da Bancada Feminista com o MBV?
- 7.** O Subverta possui outros projetos? Quais?
- 8.** Poderia explicar sobre a saída de militantes de outros estados e a relação desta saída com o MBV?

## **APÊNDICE B - Roteiro de entrevista - militantes Subverta e MBV**

### **Introdução**

1. Agradecimentos pela participação;
2. Permissão para gravar áudio e vídeo;
3. Declaração da confidencialidade da fonte;
4. Apresentação pesquisador, pesquisa e Universidade.

### **Bloco 1 – Perfil do participante**

- 1.1** Nome; idade; orientação sexual, escolaridade/formação (escola/universidade; pública/privada); composição familiar; onde mora; atuação profissional/onde trabalha; há quanto tempo participa do MBV? Faz parte do Subverta? Se sim, quando ingressou? Se não, tem a intenção de entrar no Subverta? Por que?
- 1.2** Você integra ou já integrou outros movimentos sociais/coletivos? Quais?
- 1.3** Como foi o processo para entrar no MBV? E no Subverta? (Se já participava do Subverta, como foi o processo de impulsionar o MBV? Sabe como chegaram ao Bem Viver?
- 1.4** Como funciona o MBV, há responsabilidades definidas? E o Subverta?
- 1.5** Qual sua atuação no MBV? E no Subverta?
- 1.6** Já conhecia o conceito do “Bem Viver” antes de ingressar no MBV ou no Subverta?
- 1.7** Você poderia descrever seu entendimento sobre “Bem viver”?
- 1.8** Você poderia descrever seu entendimento sobre coletivos e movimentos sociais? Enxerga diferenças?
- 1.9** Você conhece a teoria dos Comuns/bens comuns? Se sim, poderia descrevê-la? Você enxerga aplicações dessa teoria na atuação do MBV?

### **Bloco 2 – Motivações do participante**

- 2.1** Como conheceu o MBV? (Se já atuava no Subverta, como conheceu o Subverta?)
- 2.2** Por que decidiu participar do MBV? Fale-me sobre as suas principais motivações ao aderir ao movimento. Se participa do Subverta, quais foram as motivações?
- 2.3** O que o MBV representa para você? E o Subverta?
- 2.4** O MBV influenciou mudanças na sua vida? Quais? E o Subverta?

### **Bloco 3 – Atuação do Mutirão pelo Bem Viver na regional**

- 3.1** Como e quando começou o Mutirão na sua regional (arrecadação de verbas - como eram distribuídas, escolha dos territórios)?
- 3.2** Qual o objetivo e a principal ação atualmente? Citar também ações pontuais.
- 3.3** Como é a relação com os moradores do(s) território(s)?
- 3.4** Qual a importância de pertencer à um projeto nacional, mesmo com as possíveis diferenças entre cada regional?
- 3.5** O que você enxerga como principais erros e acertos do MBV até o momento? E do Subverta?
- 3.6** Sei que é um assunto bastante delicado, por isso, gostaria de saber se você se sente confortável para falar um pouco sobre o racha, suas percepções e como impactou o Subverta e o MBV. Qual você acredita que tenha sido o motivo que desencadeou no racha?

#### **Bloco 4 – Contribuições e desafios do Mutirão pelo Bem Viver**

- 4.1** Quais você acredita que sejam as maiores contribuições do MBV para as comunidades parceiras? E para a sociedade como um todo?
- 4.2** Você acredita que o MBV incentiva a reestruturação da sociedade? Se sim, como? Se não ou pouco, por que?
- 4.3** Qual(is) você acredita que seja(m) a(s) contribuição(ões)/impactos do MBV para o combate às desigualdades sociais, preservação ambiental e mudança no sistema alimentar?
- 4.4** Quais você acredita que sejam os maiores desafios do MBV? E do Subverta?
- 4.5** Considera importante manter o vínculo entre Subverta e MBV? Por que?

#### **Encerramento**

- 1.Você tem algo a acrescentar?;
- 2.Agradecimentos.

## APÊNDICE C - Roteiro de entrevista - comunidades Jd. Paraná e Jd. Itatiaia

### Introdução

1. Agradecimentos pela participação;
2. Permissão para gravar áudio e vídeo;
3. Declaração da confidencialidade da fonte;
4. Apresentação pesquisador, pesquisa e Universidade.

### Bloco 1 – Perfil do participante

- 1.1 Nome; idade; escolaridade/formação (escola/universidade pública/privada); composição familiar; há quanto tempo mora no Jardim Paraná/Jardim Itatiaia?; condição da moradia (própria, alugada, cedida, outro); atuação profissional/onde trabalha?
- 1.2 Atua no Instituto Caminho da Paz? Se sim, há quanto tempo e por que? *(somente para Jardim Paraná)*
- 1.3 O que o ICP representa para você? *(somente para Jardim Paraná)*
- 1.4 Participa de algum movimento social, coletivo, associação de bairro? Se sim, qual(is)?

### Bloco 2 – Motivações do participante

- 2.1 Como conheceu o projeto do Mutirão pelo Bem Viver (MBV)?
- 2.2 Quando começou o projeto com o MBV?
- 2.3 Como foi o processo para iniciar a projeto?
- 2.4 Por que decidiu participar do projeto?
- 2.5 Influenciou alguma mudança, tanto no âmbito pessoal, quanto no social (no ICP, na comunidade)?

### Bloco 3 – Atuação do Mutirão pelo Bem Viver no Jardim Paraná/Jardim Itatiaia

- 3.1 Descrever o projeto (entrega de cestas, cozinha, economia solidária, horta, associação de bairro).
- 3.2 O que esperava com os projetos?
- 3.3 Destacar erros e acertos dos projetos.
- 3.4 Quem eram as lideranças do MBV?
- 3.5 Como eram tomadas as decisões?
- 3.6 Como é a relação com os participantes do MBV?

3.7 Há alguma diferença entre os projetos do MBV e os projetos das demais organizações (ONG, pública, partidos políticos)?

#### **Bloco 4 – Contribuições com a parceria e principais desafios da comunidade**

1.5 4.1 Houveram contribuições para a comunidade e o ICP(*somente para Jardim Paraná*)?

Se sim, quais? Se não, por que?

4.2 Quais você acredita que sejam os maiores desafios da comunidade do Jardim Paraná/Jardim Itatiaia?

#### **Encerramento**

1. Você tem algo a acrescentar?;
2. Agradecimentos;

## APÊNDICE D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, Alana Belei, estudante de pós-graduação em Ciência Ambiental do IEE-USP, convido você a participar da pesquisa intitulada de “**Bem viver e coletivos: estudo de caso do "Mutirão pelo Bem Viver" em São Paulo**”, que tem como objetivos:

- entender detalhadamente como o coletivo iniciou, se organiza e opera;
- como objetivos específicos, tem o intuito de investigar a motivação dos atores sociais envolvidos, suas interpretações sobre o Bem Viver, as convergências entre teoria e prática, as dificuldades e desafios enfrentados e os impactos e contribuições para as comunidades atendidas.

Caso você concorde em participar, tenho uma lista de perguntas para realizar uma entrevista com você que ajudará no cumprimento dos objetivos dessa pesquisa. A sua participação nesta pesquisa é muito importante para colaborar no entendimento da estrutura e organização dos coletivos/movimentos sociais, compreender como o Bem Viver está sendo aplicado nas práticas sociais, buscar melhor compreensão sobre o processo de construção de uma sociedade alternativa em escala local.

Esta pesquisa tem alguns riscos, que são: exposição pública do coletivo e do grupo de pessoas envolvidas. Mas, as chances desses riscos acontecerem são reduzidas, pois as entrevistas foram preparadas para evitar qualquer constrangimento por parte dos entrevistados e o nome e os dados pessoais de quem participar não serão divulgados na pesquisa. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Os nomes serão transformados em números que serão identificáveis apenas pela pesquisadora e orientadora. Você não será identificada (o) em nenhuma publicação que possa acontecer. As informações serão utilizadas somente para os fins acadêmicos e científicos.

Para participar deste estudo você não vai ter nenhum custo, não será cobrado nenhum valor financeiro, nem receberá qualquer ressarcimento ou pagamento pela participação. Apesar disso, se você tiver algum dano por causa das atividades feitas com você nesta pesquisa, você tem direito a buscar indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar a qualquer momento, mesmo que você tenha aceitado participar, poderá interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido(a). Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada.

Para a realização desta pesquisa, como Pesquisadora Responsável, assumo o compromisso de que serão cumpridas todas as exigências éticas estabelecidas pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 510/2016.

Sua participação é essencial para este estudo e lembro que não existe resposta certa. Sua opinião, costumes, crenças, visão de mundo e sua vivência serão respeitados.

Esclareço-lhe que o tempo estimado de sua participação será de uma hora.

Este Termo de Consentimento será emitido em duas vias, sendo que uma via ficará com você e outra será guardada pela pesquisadora responsável por um período de 5 anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente.

### CONSENTIMENTO DE SUA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Eu, \_\_\_\_\_, concordo em participar voluntariamente deste estudo e entendi o objetivo, procedimentos, riscos e benefícios desta pesquisa. Eu entendi que posso interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão.

Local: \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura do participante: \_\_\_\_\_

Assinatura do pesquisador: \_\_\_\_\_

---

Para **dúvidas e maiores esclarecimentos**, você pode ligar ou enviar um e-mail ao pesquisador ou ao Comitê de Ética e Pesquisa da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (CEP-EACH): Orientadora: Profa. Dra. Tatiana Gomes Rotondaro. Pesquisadora Responsável: Alana Belei. Telefone: (11) 95820-5304. E-mail: [alana.belei@alumni.usp.br](mailto:alana.belei@alumni.usp.br). Comitê de Ética em Pesquisa CEP-EACH, e-mail: [cep-each@usp.br](mailto:cep-each@usp.br). Endereço: Av. Arlindo Béttio, 1000, Ermelino Matarazzo. CEP: 03828-000. São Paulo – SP. Telefone: 3091-1046. Segundas às sextas-feiras das 9h às 11h e das 14h às 16h.